

Brígida Rocha Brito

Co-autoria: Bastien Loloum,
Joaquim Ramos Pinto, Nuno Alarcão
e Andreia Duarte

Prefácio: Rogério Roque Amaro

Turismo em Meio Insular Africano

*Potencialidades,
constrangimentos e impactos*



TURISMO EM MEIO INSULAR AFRICANO

Potencialidades, constrangimentos e impactos

Brígida Rocha Brito

COM TEXTOS DE:

Bastien Loloum

Joaquim Ramos Pinto

Nuno Alarcão

Andreia Duarte

PREFÁCIO DE

Prof. Doutor Rogério Roque Amaro

Gerpress

Ficha Técnica

Título: Turismo em Meio Insular Africano: Potencialidades,
Constrangimentos e Impactos

Autoria e Coordenação: Brígida Rocha Brito

Co-autoria: Bastien Loloum, Joaquim Ramos Pinto, Nuno Alarcão, Andreia Duarte

Prefácio: Rogério Roque Amaro

Fotografias: Brígida Rocha Brito e Joaquim Ramos Pinto

Capa e Maquetização: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

Edição: Gerpress, Comunicação Empresarial e Marketing Lda.

Financiamento: Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MCTES)

Projecto: PTDC/AFR/69094/2006

Título do Projecto: O impacto do turismo no desenvolvimento comunitário em África:
análise de experiências insulares (2007-2010)

Equipa: Brígida Rocha Brito (IR); Joaquim Ramos-Pinto; Bastien Loloum; Nuno Alarcão

Consultores: Rogério Roque Amaro e Carlos Vales

Bolseiros: Joana Marques; Andreia Duarte; Manuel Tavares

Local: Lisboa

Ano: 2010

Depósito Legal:

ISBN:

Impressão e Acabamento: Rolo & Filhos II, S.A. – Indústrias Gráficas

Os pontos de vista e argumentos apresentados nos textos constantes da presente obra são da inteira responsabilidade dos respectivos autores, pelo que em momento algum poderão ser imputados à instituição financiadora

Índice

<i>Uma nota de Agradecimento</i>	5
Prefácio de Prof. Doutor Rogério Roque Amaro	9
Introduzindo o tema: turismo, um sector, múltiplas oportunidades. Princípios e Metodologia	23
Brígida Rocha Brito	36
PRIMEIRA PARTE – Dois casos em estudo	49
1. Particularidades insulares, potencialidades turísticas	
Brígida Rocha Brito	
2. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: alguns elementos de caracterização	61
Brígida Rocha Brito e Andreia Duarte	
3. A situação do Turismo em dois Pequenos Estados Insulares	
<i>Brígida Rocha Brito e Nuno Alarcão</i>	79
SEGUNDA PARTE – Os impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário	
1. As ONGs e o Turismo: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, duas realidades	92
Brígida Rocha Brito e Bastien Loloum	
2. Turismo, Comunidades locais e Cultura	101
Brígida Rocha Brito e Nuno Alarcão	
3. Os impactos ambientais	112
Joaquim Ramos Pinto e Brígida Rocha Brito	123
Concluindo a análise	139
Referências Bibliográficas Consultadas	149
Imagens e Momentos	155
	159
	167
	177

Uma nota de Agradecimento

O Projecto de Investigação “O impacto do turismo no desenvolvimento comunitário em África: análise de experiências insulares” foi desenvolvido com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que financiou todas as actividades, tendo a equipa de investigação sido particularmente apoiado pela Direcção do Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL.

Para a realização do trabalho de campo a equipa contou com o apoio incondicional, dedicado e envolvido de um conjunto alargado de interlocutores, podendo hoje dizer que, sem esta prestimosa colaboração, o estudo não teria sido realizado com o mesmo grau de rigor. Agradecemos a todos os que conosco colaboraram nas mais diversas fases do Projecto, mas, por não ser possível nomeá-los de forma exaustiva, destaco os que mais directamente nos apoiaram na concretização do trabalho: 1) em Lisboa, à Presidente do CEA/ISCTE-IUL, Prof. Doutora Clara Carvalho, pelo incentivo permanente; à Fernanda Alvim e ao Manuel Broco do CEA/ISCTE-IUL, pela eficiência e compreensão; 2) em Cabo Verde, ao Director do Parque Natural do Fogo, Alexandre Nevsky e a todos os colaboradores; aos promotores da ONG Atelier Mar, Leão Lopes e Maria Estrela; à Direcção de Turismo e ao Ministério do Ambiente. Em São Tomé e Príncipe, ao Director-Geral do Ambiente, Arlindo de Carvalho, e a toda a sua equipa; à equipa técnica da Direcção de Turismo e Hotelaria; à responsável pela Escola de Campo Diogo Vaz, Nora Rizzo e ao Director da Escola, Gustavo Duarte; à direcção da Associação Monte Pico, Luís Mário e Faustino, bem como a todos os técnicos que colaboraram na fase de inquirição; à direcção da ONG MARAPA, em particular ao Jorge de Carvalho e a toda a sua equipa; à promotora da RoçaMundo, Isaura Carvalho, e às colaboradoras do projecto “Agarra a Vida”; ao Director Adjunto do Grupo Pestana Equador; ao Carlos Vila Nova da Mistral e à Guitola Dória da Navetur.

E porque sem o precioso contributo das comunidades cabo-verdiana e santomense não teríamos conseguido auscultar percepções e entendimentos sobre os impactos do turismo no processo de mudança, agradeço, em nome da equipa, a todas as pessoas que se disponibilizaram a responder ao inquérito, a acompanhar-nos em todos os momentos e a esclarecer as nossas dúvidas. O envolvimento de todos deu-nos força e alento para concluirmos este estudo, ultrapassando as dificuldades com um sorriso.

Este é apenas um contributo que permite repensar o desenvolvimento com base no turismo, centrando a atenção nas pessoas e tendo por referência o ambiente. Agora que concluímos a análise da informação recolhida, continuaremos certamente a pensar na continuidade dos projectos que estudámos, re-visitando-os sempre que for possível. A próxima etapa consiste no envio dos resultados aos nossos interlocutores em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, esperando que as reflexões partilhadas, apoiadas pelas deles, sejam entendidas como um estímulo para a continuidade, em prol do desenvolvimento, que se

pretende, sustentável.

A todos, muito obrigada.

Brígida Rocha Brito

15 de Maio de 2010

Prefácio

Turismo, Ilhas e África...

Eis uma combinação cheia de ambiguidades e contradições e/ou potencialidades.

Porque o Turismo é hoje um conceito com uma pluralidade de entendimentos, por vezes, muito distintos, para já não dizer opostos.

Além disso, porque implica práticas, contactos, visitas, interações com implicações várias de encontros e desencontros, de diálogos e de subordinações, de relações positivas e negativas, de pontes e rupturas, de enriquecimento e descaracterização.

Porque o Turismo é um dos processos mais sugestivos de globalização; porque a ele se associam rendimentos e benefícios económicos; porque surge muitas vezes como a solução milagrosa para países e regiões com baixos níveis de desenvolvimento; porque, quando não parece haver mais recursos, ter sol, praias, paisagens e/ou Natureza luxuriante ou exótica e/ou espécies animais ou vegetais para observar, surge como o suficiente para atrair visitantes e o seu poder de compra.

Porque, enfim, o Turismo pode ser uma forma de valorizar (ou, pelo contrário, desqualificar) o diálogo entre culturas e para conhecer (ou, pelo contrário, ignorar) a diversidade cultural e o Outro.

Em segundo lugar, as regiões/países insulares tornaram-se, há cerca de três décadas, um dos objectos de curiosidade e observação científica própria, o que faz surgir um campo específico de análise dos pequenos estados (ou regiões) insulares, nomeadamente no que se refere aos seus constrangimentos e potencialidades de desenvolvimento (referência aos PEID – Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento).

Pelas condicionantes associadas à sua geografia insular (arquipelágica ou monoin-sular), às suas (específicas e normalmente difíceis) acessibilidades e consequentes elevados custos de transporte, às suas vulnerabilidades ambientais (e, neste momento, com uma ameaça notória em relação aos efeitos das alterações climáticas e da esperada subida do nível dos mares), às limitações dos correspondentes mercados e às dificuldades de se obterem economias de escala, estas regiões ou países têm merecido uma focalização teórica específica em várias áreas do conhecimento, como a Antropologia, a Ciência Política, a Economia, a Geografia (Física e Humana), as Relações Internacionais e a Sociologia, ou, mais amplamente, se nos situarmos numa lógica mais interdisciplinar ou mesmo pós-disciplinar, como as Ciências do Ambiente, as Ciências do Desenvolvimento ou as Ciências do Território.

Por isso, a análise das regiões insulares requer sempre quadros teóricos próprios e uma resistência a simplesmente importar os modelos explicativos e as propostas de desenvolvimento dominantes nas análises tradicionais, normalmente focadas em países continentais.

Em terceiro lugar, África... o continente considerado mais problemático (mas será?), em termos de desenvolvimento, de governação, de relações interculturais (nomeadamente

entre grupos étnicos de raiz histórica e endógena), de permanência (para além do esperado ou para aquém da assunção de responsabilidades próprias?) dos efeitos dos processos de colonização (na sua diversidade), de crises humanitárias, de patamares intoleráveis de indignidade humana.

África, o continente que suscita mais pessimismo, mas onde “coabitam” situações muito díspares, nomeadamente em termos de sucessos e insucessos de desenvolvimento e que, por isso, não “autoriza” interpretações homogéneas e universais.

África, por outro lado, onde estão presentes alguns dos mitos mais marcantes e interrogativos da História e das estórias de Portugal e dos portugueses. Por onde voltam a passar actualmente algumas das expectativas e planos de cooperação (no sentido mais nobre do termo de “operar em conjunto”, ou no sentido mais deturpado de assistencialismo ou de ajuda oportunista e interessada) e de regresso (camuflado ou não) a formas de exploração dos recursos locais (principalmente em termos de recursos Humanos ou naturais), por parte de portugueses (as), pessoas ou instituições.

África, enfim, por onde andam a desenhar-se algumas das rotas mais recentes das novas (e velhas) formas de Turismo, combinando diferentes tipos de turismo, diferentes tipos de procuras, diferentes valorizações (ou desvalorizações) de recursos.

É esta trilogia (Turismo, Países Insulares e África) que foi objecto da pesquisa que deu origem a este livro.

Foi ela que mobilizou as investigações, as reflexões, as inquirições, as observações, as interrogações e a construção do conhecimento que são aqui partilhadas.

O Projecto de investigação a que este livro se refere, pôde contar com a participação qualificada de vários investigadores em processo de preparação de provas académicas (ou na sequência das mesmas) e, como seu consultor, não só pude participar nalguns dos seus momentos especiais de reflexão, como, sobretudo, pude testemunhar o rigor e a exigência que o caracterizam.

Ao reflectir e discutir as potencialidades e as condicionantes das diferentes formas de turismo em dois países insulares africanos (e de língua oficial portuguesa) – Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe -, o Projecto e este livro proporciona-nos uma análise fundamentada e bem documentada sobre a relação entre os três vectores acima enumerados.

E fá-lo, recorrendo, por um lado, às bases teóricas disponíveis (a partir do estado da arte sobre estes temas), mas aferindo-as, por outro, com as características e especificidades dos dois países referidos, bem distintos, nestes aspectos, por sinal.

É, por isso, um contributo valioso e muito útil para a abordagem do Turismo como caminho (eventual) de Desenvolvimento nestes contextos geopolíticos.

Mas, ao ligar ainda esta trilogia à questão do Desenvolvimento Comunitário (ou Local), o Projecto foi mais longe e permite abordar o papel das comunidades locais face à questão turística e ao controle dos seus processos de desenvolvimento (e conseqüente expectável melhoria das condições de vida), bem como os efeitos que as diferentes formas de turismo têm nelas e nas suas relações internas e com o Mundo.

A discussão, nos dias de hoje, do Turismo e dos processos de Desenvolvimento é, em qualquer contexto, fundamental, para elucidar os seus impactos ambientais, culturais, económicos, políticos e sociais. Mais ainda em países que apresentam estas fragilidades e estas elevadas expectativas (exageradas, nalguns casos) face ao Turismo, como solução para o seu Desenvolvimento.

Foi esta a mais-valia deste Projecto e é esta a riqueza deste livro.

Pela minha parte, não só aprendi muito com um e com outro, como os considero recomendáveis a todos os investigadores, decisores políticos e actores, que se interessam ou actuam neste domínio.

Há notoriamente um interesse científico (pelos conhecimentos sistematizados e construídos), social (pelas situações sociais reflectidas e analisadas e pelas vivências partilhadas) e político (pelas sugestões de medidas e de enquadramento político que deixa ou pode inspirar) nos seus resultados e nos processos que a eles conduziram. E que o conhecimento que já tinha da Investigadora Brígida Brito, já me faziam antever.

Rogério Roque Amaro

Maior 2010

INTRODUZINDO O TEMA

□□□□□□, um sector, múltiplas oportunidades.

Princípios e metodologia

Brígida Rocha Brito

A nível internacional, o turismo tem adquirido uma importância crescente, sendo definido como potencial dinamizador da economia, facilitador da modernização das infra-estruturas, promotor da requalificação da mão-de-obra e veículo de criação de novos postos de trabalho. O sector é vulgarmente considerado como um pólo de atracção do desenvolvimento sócio-económico, por um lado, porque permite gerar receitas, idealmente retidas nos países receptores; por outro lado, porque contribui para estimular o desenvolvimento de outros sectores de actividade económica, através do efeito de difusão, tais como o agro-pecuário, as pescas, a indústria, o comércio e os serviços, o artesanato e a animação sócio-cultural (Brito, 2004). É habitual considerar-se que a aposta no sector do turismo e das viagens é estratégica para o desenvolvimento, sobretudo das regiões mais vulneráveis, porque contribui para uma revalorização múltipla: sócio-económica; cultural; e ambiental, permitindo abrir novas possibilidades para estimular uma melhoria nas condições de vida das populações locais.

Ao longo do tempo, as actividades turísticas têm sido objecto de estudos aprofundados, de âmbito temático, abrangentes e generalistas, ou ainda metodológicos e estratégicos, focando as principais tendências e variações; motivações que levam o Homem a deslocar-se para ambientes diferentes do de residência habitual para estadias de duração limitada no tempo. As análises têm resultado na construção de modelos teóricos tendencialmente interdisciplinares e transversais em resultado da evolução dos segmentos e das motivações dos seus praticantes.

A deslocação turística, o gosto pelas viagens e pela descoberta de povos, de culturas e de paisagens diferentes sempre existiram (Vieira, 1997), tendo historicamente evoluído a partir de uma concepção elitista, fundamentada na curiosidade e no prazer de descobrir outras pessoas e outros lugares, apenas acessível a uma faixa minoritária da população, para uma acessibilidade generalizada e aberta à maioria (Brito, 2004). Esta perspectiva evolutiva acompanhou também o ritmo da valorização do lazer e da ocupação de tempos livres.

A nível mundial, o turismo é simultaneamente uma actividade e uma prática que, ao longo do tempo, registou acréscimos quantitativos significativos na procura, bem como melhorias qualitativas das potenciais ofertas (Silva, 1998). A vulgarização da prática resultou da combinação de três factores principais: o aumento progressivo do tempo livre; a disponibilidade financeira; e a vontade de mudar temporariamente de ambiente físico e social (García, 1997). Foi principalmente através do turismo que os indivíduos tiveram a oportunidade de conhecer novas realidades, novos destinos e novas culturas, criando

estímulos para a experimentação, por períodos de tempo limitados e desprovidos dos constrangimentos inerentes aos meios laboral e familiar impostos pela quotidianidade (Brito, 2004).

As abordagens convencionais focalizam, com frequência, a análise a partir do sujeito da prática, o turista, centrando-se nas suas motivações e expectativas, tipo de actividades e de segmentos que mais procura. O turista é impelido para a viagem em função das motivações que, segundo Pearce (1993), podem ser caracterizadas pelo gosto pelas viagens, *wanderlust*, ou pelo gosto pelo sol, *sunlust*. O gosto pelas viagens favorece a deslocação independentemente da época do ano, preferencialmente para novos destinos diferenciados por traços culturais, instituições, particularidades físicas e ambientais. Ao contrário, o gosto pelo sol tem um carácter sazonal pressupondo uma tipificação de características naturais desejadas, reduzindo o número de deslocações no interior do destino. Os destinos turísticos podem, assim, ser classificados (García, 1997) considerando-se três factores influenciadores:

1. Os elementos e os recursos ambientais, tais como o sol, o mar, as paisagens, a fauna e a flora, considerados como factores de atracção pelas particularidades naturais entendidas como excepcionais e únicas;
2. Os elementos produzidos ou construídos, coincidindo com o património cultural e histórico, nomeadamente museus, edifícios históricos e outros monumentos, cidades e ruínas;

A hospitalidade, quando o traço mais valorizado respeita à forma como o turista é recebido e acolhido, percebida através das relações interpessoais estabelecidas com as populações autóctones, que interagem de acordo com padrões culturais marcados pela diferença, tendo relevância os elementos identificados pelo turista como exóticos.

Jost Krippendorf (1989) identifica uma trilogia de necessidades turísticas que, em qualquer dos casos, implica, para o viajante, proceder a uma ruptura com a vida quotidiana, tendencialmente rotineira e desgastante. Por um lado, o repouso, que implica proceder a uma mudança física e intelectual por referência à rotina quotidiana; por outro lado, a mudança compensada que significa a introdução de alterações nos hábitos e nas práticas desenvolvidas por repetição; por fim, a possibilidade de fugir aos constrangimentos através da valorização hedonista de tudo o que transmite uma sensação de bem-estar e de prazer. Em função das necessidades, o turista pode ser classificado em grupos tipológicos (Urry, 1995) que o caracterizam:

1. O *turista romântico*, que procura uma viagem e estadia solitárias, seguindo o seu próprio caminho, escolhido à medida e em função dos interesses pessoais, descobrindo individualmente as potencialidades locais, tanto de âmbito natural como cultural;
2. O *turista colectivo*, que procura desenvolver actividades em grupo no decurso da viagem, fundamentadas na visita a locais anteriormente explorados e conhecidos, que lhe transmitem uma sensação de segurança;

3. O *turista espectador*, que, valorizando a visita em grupo, não ultrapassa a impressão superficial obtida através de encontros de curta duração, não interagindo de forma profunda e continuada;
4. O *ambientalista*, que procura ambientes naturais preservados onde possa contactar com elementos de fauna e de flora, retirando da visita um sentido didáctico e pedagógico no sentido da auto-aprendizagem e da valorização pessoal;
5. O *antropológico*, que, podendo coincidir com o viajante romântico, procura a convivência e o contacto directo com as populações locais.

Procurando uma sistematização orientadora, apresentada no Quadro 1, pode classificar-se o turista a partir de um critério tipológico tripartido, seguindo a proposta apresentada por Adrian Bull (1994): o *psicocêntrico*; o *mesocêntrico*; e o *alocêntrico*. O *Psicocêntrico* ou *autocentrado* (*Psyche*) é o turista que procura ambientes familiares, onde pode praticar actividades rotineiras, associando as características dos destinos heliográficos à diversão, ao repouso e à descontração, recorrendo a padrões de conforto ocidentais. O *Mesocêntrico* (*Meso*) atribui prioridade ao meio, seguindo viagens organizadas em que pode desenvolver actividades programadas, recorrendo a infra-estruturas e a empreendimentos hoteleiros de larga escala. O *Alocêntrico* (*Allo*) coincide com o viajante que valoriza destinos pouco conhecidos onde a descoberta representa o prazer da novidade, da diferença e da aventura, com elevados índices de actividade e de contacto com a natureza, podendo interagir directamente com as populações e suas culturas, sendo o alojamento de pequena ou média dimensão, explorado localmente e com qualidade satisfatória.

Quadro 1 – Tipologia de Turistas com base na selecção dos destinos turísticos

Turista		Ambiente	Clima	Distração	Equipamentos culturais	Cultura	Acesso
ALOCÊNTRICO	Explorador	Montanha Deserto Selva	Qualquer	Nenhuma	Nenhum	Qualquer	Remoto
	Amante Da natureza	Montanha Deserto Selva	Qualquer	Básica	Cultura	Diferente	Remoto
	Experimental	Qualquer	Qualquer	Boa Individual	Museu Festival Teatro Arquitectura	Observar Interactuar	Qualquer
	Individual	Pitoresco	Temperado	Boa Individual	Panorâmicos	Qualquer	Acessível Longínquo
MESOCÊNTRICO	Grupo	Qualquer	Temperado	Alojamento	Secundário	Idêntico origem	Bom Seguro
	Massivo	Mar Areia	Sol Calor	Organizado	Nenhum	Idêntico origem	Massivo
		Nenhum	Idêntico origem	Local	Local	Idêntico origem	Local

FONTE: Adaptado de BULL (1994) por BRITO (2004)

Diversos autores e organismos internacionais, tais como Mathieson (1990), Kadat (1997), Vieira (1997), Baptista (1997) e a Organização Mundial do Turismo (OMT), definem o sector como o conjunto das actividades desenvolvidas durante uma deslocação ou estadia, fora do local fixo de residência, por um período superior a 24 horas e inferior a um ano, independentemente das motivações que estão subjacentes, não envolvendo actividades remuneradas e pessoalmente lucrativas, mesmo que temporárias, implicando contudo o pagamento dos serviços prestados. É indiscutível que o turismo é uma actividade económica que envolve a prestação de serviços aos turistas no decorrer da deslocação e estadia (Vieira, 1997), nomeadamente relacionadas com transporte, alojamento, restauração, actividades culturais e recreativas, produção artesanal, entre outros. Mas está limitado no tempo e referenciado no espaço, sendo marcado pelo carácter efémero, passageiro ou transitório, não podendo assim ser confundido com um estado de permanência.

A partir do tradicional conceito de turista, largamente discutido em Encontros Científicos, por Organizações Internacionais, investigadores e académicos, emergem outras definições classificatórias com o objectivo de distinguir os diferentes tipos, tais como o excursionista, o visitante e o viajante. O caminho da discussão conceptual e teórica que fundamenta a análise do turismo, sendo longo, parece não ter ainda chegado ao fim, já que não existe consenso nos termos e nas formas de o definir.

Os modelos turísticos evoluíram de forma associada ao seu praticante (Brito, 2004), estando fundamentados em factores de atracção, entre os quais o geográfico, o socioantropológico, o histórico, o desportivo, o religioso, a saúde, os negócios, o estudo e o lazer. O geográfico inclui as paisagens, os parques naturais, a fauna e a flora; o socioantropológico engloba os costumes, a gastronomia, o artesanato, as crenças, o folclore e as práticas tradicionais e rituais; o histórico respeita aos elementos patrimoniais, facilmente identificado pela arquitectura e monumentos; o religioso relaciona-se com as peregrinações; a saúde com o termalismo; os negócios com a realização de feiras e convenções; o estudo com a participação em encontros científicos e cursos; o lazer com o descanso, os parques temáticos, o entretenimento e a praia.

Um dos marcos mais importantes na problematização do turismo coincide com a realização da Conferência de Manila, em 1980, evento internacional promovido pela OMT, em que foi ensaiada uma reinvenção das práticas turísticas, através da apresentação para discussão de um conjunto de pressupostos conceptuais fundamentando a relação entre o turista, as comunidades locais e os agentes de desenvolvimento turístico (Brito, 2004). Neste evento foi apresentada uma nova concepção do turismo enquanto prática, ultrapassando os objectivos meramente económicos, anteriormente entendidos como prioritários, passando a considerar-se um conjunto complementar e alargado de dimensões, tais como a social, a cultural e a ambiental. Após a Conferência de Manila, o panorama analítico sobre o turismo foi radicalmente alterado, surgindo uma nova terminologia com a criação de categorias tipológicas diferenciadas, opondo o antigo turismo, caracterizado pela massificação e ao qual são reconhecidos indícios depredadores do

ambiente e aglutinadores do ponto de vista cultural, e o novo turismo, também denominado de alternativo, que assume uma atitude consciente, respeitosa e responsável por parte dos diferentes actores envolvidos, tanto na relação estabelecida com as comunidades locais como no usufruto dos espaços naturais.

As novas formas de turismo, qualificadas de alternativas, valorizam as particularidades, o típico e o característico, o tradicional e o histórico, os símbolos e indícios de exotismo, identificados com uma autenticidade procurada pelo viajante, e longamente apresentada por McCannel (1989). Esta autenticidade genuína dificilmente é encontrada por se distinguirem no seio das comunidades, muitas vezes inconscientemente, *regiões de fachada* e *regiões de bastidores*, sendo as primeiras acessíveis aos visitantes e as segundas protegidas ao olhar exterior, assegurando o reforço das identidades culturais locais.

Com as novas formas de turismo, a valorização passou a recair nos serviços personalizados, individuais ou em pequenos grupos, permitindo a emergência de tipologias conceptuais próximas da sustentabilidade (Joaquim, 1997; Baptista, 1990), fundamentando-se em critérios de controle, apropriação local, pequena dimensão, vocação por segmentos, enquadramento das vertentes social e ambiental sem, contudo, pôr em causa a económica.

O turismo alternativo (Quadro 2) passou a ser definido a partir da dispersão geográfica podendo ser encontrado tanto em zonas costeiras como interiores, rurais ou mesmo urbanas, caracterizando-se pela baixa densidade e pela capacidade de controlar os impactos, sobretudo negativos, independentemente da dimensão em que são sentidos. Os alojamentos são de pequena escala e a propriedade, ou gestão, tendencialmente familiar ou de pequenas e médias empresas, sendo o mercado e o volume de negócios considerados baixos, não se identificando mercados dominantes (Brito, 2004).

Quadro 2 – Diferenças entre Turismo de Massa e Turismo Alternativo segundo Weaver:

	TURISMO DE MASSA CONVENCIONAL	TURISMO ALTERNATIVO
Alojamento Padrões espaciais Escala Propriedade	Costeiros/alta densidade Grande dimensão/integrados Estrangeira/multinacional	Dispersos/baixa densidade Pequena escala/tipo caseiro Local/familiar/pm empresas
Mercado Volume Origem Segmento Actividades Sazonalidade	Elevado Um mercado dominante Psicocêntrico Água/praias/vida nocturna Inverno/estação alta	Baixo Sem mercado dominante Alocêntrico Natureza/cultura Sem estação dominante
Economia Estatuto Impacto	Sector dominante Sector dependente de importações e repatriamento de lucros	Sector suplementar Sector não dependente de importações/lucros retidos no país

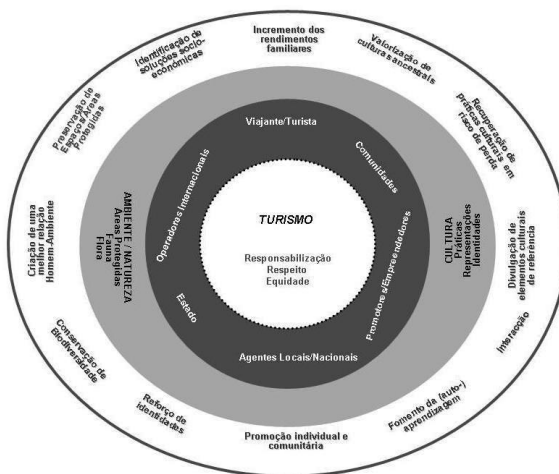
Fonte: Adaptado de VIEIRA (1997) por Brito (2004)

As actividades promovidas fundamentam-se na envolvente natural e na interacção social com intercâmbio cultural. Por característica, estas iniciativas não dependem da sazonalidade por não serem identificados picos de procura nem quebras, sendo entendidas, em muitos casos, como uma actividade económica suplementar à fonte de rendimento principal, assente noutros sectores produtivos, que o garantem sem necessidade de recorrer a mecanismos internacionais de abastecimento, já que se enquadram em redes produtivas integradas.

Sem minimizar a importância do protagonista da deslocação (o turista), as concepções evoluíram passando a evidenciar-se a preocupação com os impactos produzidos junto das comunidades locais que acolhem o turista, o excursionista, o visitante e o viajante. Procurando um olhar transversal do processo turístico, destacam-se outros actores sociais, culturais, económicos e políticos, como elementos influenciadores da prática, produzindo efeitos directos e indirectos nas sociedades de acolhimento. O turista é apenas um dos actores que intervém e influencia.

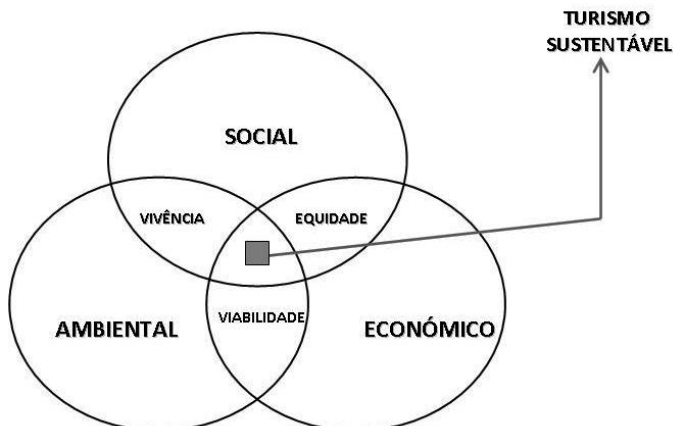
As comunidades locais foram concebidas, durante um longo período de tempo, unicamente como mão-de-obra mas, com a evolução das formas de abordar a questão, passou a atribuir-se e reconhecer-se capacidades múltiplas, susceptíveis de ser potenciadas com o desenvolvimento do sector, estimulando a participação, o envolvimento e a aquisição de protagonismo. Do ponto de vista da análise conceptual e teórica, numa fase inicial, considerava-se que os benefícios da actividade revertiam para as populações locais sob a forma remuneratória ou de rendimento acrescido, transformando-as em simples beneficiários. A evolução da mentalidade favoreceu a emergência de novas concepções tendentes à aquisição de protagonismo, em que mais do que beneficiárias, as populações locais passaram a adquirir um estatuto de intervenção por serem consideradas como actores privilegiados (Brito, 2004), enquanto anfitriãs de todo o processo.

Esquema I – Actores, contextos e efeitos do turismo



Para os países de acolhimento, as consequências e os efeitos da actividade, quer positivos quer negativos, são determinantes implicando uma transformação e uma contínua adaptação com carácter de permanência, não só no presente, mas também com efeitos para o futuro. O turismo passou assim a ser concebido a partir da interacção entre actores e contextos, sendo gerador de impactos, idealmente desejáveis e positivos, mas que podem também resultar negativamente (Abranja, 2005). A prática sustentável é o resultado da articulação entre três grandes dimensões, concebidas com uma base equitativa, não hierárquica mas interligada (Esquema 2): a social, a económica e a ambiental.

Esquema 2 – Níveis de análise



Da intercepção sócio-económica emergem princípios equitativos no acesso a bens e serviços, na satisfação das necessidades e na aquisição de rendimento, minimizando

as desigualdades entre visitantes e visitados. Da relação económico-ambiental é evidenciada a viabilidade, já que se espera que os projectos sejam ambientalmente possíveis e economicamente rentáveis. Mas igualmente importante é a esfera sócio-ambiental, das vivências e dos afectos, das sensações e do conhecimento, da aquisição de experiência e da valorização pessoal viabilizada através do contacto directo com novas situações. Assim, a interpretação do sentido da sustentabilidade turística, e promovida pelo turismo, respeita à garantia de preservação de recursos naturais (dimensão ambiental), à valorização da identidade cultural (dimensão social) e à rentabilização económica (McIntosh *et al*, 2002). Estas três dimensões são consideradas de forma interligada e indissociável (Hall, 2001), adquirindo um sentido sistémico, perspectivadas no longo prazo. A sustentabilidade representa uma nova forma de olhar o desenvolvimento, já que implica uma capacidade de gerir os recursos atendendo ao futuro.

O enquadramento do turismo na abordagem da sustentabilidade, integrando diferentes dimensões, faz todo o sentido. Evidenciando uma preocupação para com os impactos da actividade, em particular, no ambiente e nas comunidades locais, a Organização Mundial de Turismo propôs, em 1999, o Código *O Código Mundial de Ética do Turismo*, valorizando princípios assentes em respeito e responsabilização no desenvolvimento da actividade e das práticas por parte de todos os actores envolvidos. O turismo passa a ser formalmente considerado como um veículo susceptível de incrementar a compreensão e o respeito entre culturas diferentes, contribuindo para o desenvolvimento individual e colectivo no longo prazo, através do recurso e da divulgação do património natural e construído, gerando benefícios para os países e comunidades de acolhimento, mas implicando o cumprimento de obrigações, ou deveres.

Nas três dimensões consideradas, a sustentabilidade promovida pela actividade turística ética e responsável, contribui para a valorização do património construído, cultural, histórico e identitário, contribuindo para a preservação de costumes e tradições. Por outro lado, estes elementos são impulsionadores do desenvolvimento do turismo, já que a actividade beneficia com a conservação das referências autênticas e entendidas como genuínas (Honey e Rome. 2001). A participação comunitária nos projectos turísticos, com envolvimento efectivo, é um dos elementos que evidenciam a valorização das capacidades locais e o estímulo à cidadania, seguindo também o princípio da responsabilização e do respeito, nomeadamente nos contactos inter-culturais e no uso do espaço, o que implica recursos naturais de fauna e de flora. A preocupação com a rentabilização económica é legítima, requerendo a captação e a gestão de recursos que garantam a manutenção e a continuidade, sendo particularmente estimulado o incentivo e o reforço de uma cultura empreendedora e geradora de oportunidades alternativas.

O tema do turismo em meio insular africano obriga à reflexão com base num conjunto de questões: 1) Que tipo de turismo existe e qual o desejável em função das potencialidades insulares?; 2) Quem são os principais actores envolvidos na implementação dos projectos turísticos?; 3) Quem são os principais beneficiários da iniciativas?; 4) Quais os

tipos de turistas que mais procuram os destinos insulares africanos e que motivações os movem? 5) Que impactos são gerados com o incremento do turismo?; 6) Quais os mecanismos existentes para regular os efeitos produzidos e menos desejados? Algumas destas questões iniciais não são de fácil e imediata resposta. O turismo em meio insular africano apresenta disparidades nas formas, nos actores e nos mecanismos utilizados e, ao longo do tempo, tem produzido impactos diferenciados e, em alguns casos, contraditórios.

O livro *“Turismo em meio insular africano. Potencialidades, constrangimentos e impactos”* é o produto final do Projecto de Investigação intitulado *O impacto do turismo no desenvolvimento comunitário em África: análise de experiências insulares* (PTDC/AFR/69094/2006), prosseguido no Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE-IUL) entre 1 de Junho de 2007 e 31 de Maio de 2010, e integralmente financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MCTES).

O Projecto consistiu num estudo comparativo, realizado em meio insular africano, seguindo-se a metodologia do estudo de caso, centrada em dois Pequenos Estados Insulares (PEI): Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. A análise incidiu sobre os impactos do turismo no desenvolvimento das comunidades locais, considerando-se os benefícios resultantes do incremento do sector, mas também os efeitos perversos, não desejáveis, que resultam negativamente para a totalidade, ou parte, dos grupos comunitários envolvidos, e que, tantas vezes, são esquecidos ou encobertos em favor da criação de uma imagem de marca, positiva e de perfeição idílica, que não passa de superficialidade.

A análise fundamentou-se assim na metodologia do estudo de caso procurando identificar-se alguns traços comuns e muitas particularidades que os diferenciam. Trata-se de dois Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento da África Subsahariana, geograficamente localizados por referência ao Oceano Atlântico que, ao longo do tempo, têm sofrido, de forma diferenciada, os efeitos da insularidade, da natureza arquipelágica, da pequena dimensão, da distância e do isolamento, ou seja do habitualmente denominado *Síndrome dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento*. Os dois países caracterizam-se pela vulnerabilidade dos ecossistemas, e da biodiversidade, pela precariedade sócio-económica e pela ancestralidade das práticas culturais.

Enquanto Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento¹, os dois casos em estudo são definidos, por um lado, por um conjunto de traços físicos, ambientais e paisagísticos e, por outro lado, pela diversidade cultural, sendo vulgarmente qualificados com os atributos de exóticos, paradisíacos e potenciais para o desenvolvimento da prática turística.

Os dois países são marcados por um passado histórico comum, com recente constituição como Estado-Nação, que os identifica com a denominação de jovens democracias,

¹ Cf. <http://www.sidsnet.org>. Os PEID compreendem os Estados Insulares membros da ONU e das suas agências especializadas: Antígua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Bahrain, Barbados, Cabo Verde, Comores, Ilhas de Cook, Cuba, Chipre, Dominica, República Dominicana, Fidji, Granada, Haiti, Jamaica, Kiribati, Maldivas, Malta, Ilhas Marshall, Maurícias, Micronésia, Nauru, Niue, Antilhas Holandesas, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, São Tomé e Príncipe, Seychelles, Singapura, Ilhas Salomão, Saint Kitts e Nevis, Santa Lucía, São Vicente e Granadinas, Tokelau, Tonga, Trinidad y Tobago, Tuvalu, Ilhas Virgens Americanas e Vanuatu.

onde tem dominado uma estabilidade política relativa e diferenciada, particularmente mais sustentada em Cabo Verde do que em São Tomé e Príncipe, país que sofre de precariedade político-governativa, sem que contudo se registem incidentes armados relevantes. Do ponto de vista sócio-cultural, caracterizam-se pela prevalência de sociedades crioulas e miscigenadas, sendo dotadas de população reduzida e tendencialmente jovem, com propensão para a mobilidade e a viver em situação de pobreza agravada.

Dadas as condições geográficas características das regiões insulares e as particularidades ambientais, paisagísticas e sócio-culturais, nos últimos anos, para os dois países estudados, o turismo tem sido considerado estratégico e fortemente potencial. Por um lado, porque é considerado como um sector economicamente dinâmico e propiciador do incremento de actividades produtivas complementares, contribuindo para a redução da pobreza e, por isso, representando uma alternativa viável no longo prazo para a aquisição de rendimento. Por outro lado, porque é considerado como sector promotor de paz e de bem-estar social, estimulando o contacto inter-cultural, a tolerância e a criação de sociedades sustentáveis a um nível global.

O investimento no sector, a implementação dos projectos e os efeitos resultantes têm evidenciado diferenças significativas em função do caso em análise. Se Cabo Verde tem estado no centro do desenvolvimento turístico da costa ocidental africana, os efeitos menos virtuosos têm emergido rapidamente, deixando algumas marcas: a instabilidade e a insegurança têm aumentado; a prostituição, incluindo juvenil, tem sido potenciada; o consumo de drogas, associado ao tráfico interno e internacional, tem marcado presença; a viciação da relação entre o turista e as comunidades alimentando dependências a partir da dádiva, em nome da troca por uma fotografia, uma conversa ou um passeio. Em São Tomé e Príncipe, o desenvolvimento do turismo tem sofrido avanços e recuos, fazendo lembrar a imagem do “empurrão-tropeção”, em que as expectativas de continuidade são quase sempre marcadas por um qualquer percalço que obriga a repensar todo o processo. O sector é significativamente mais incipiente do que em Cabo Verde, frágil e irregular e os efeitos vão surgindo também com menor constância, tendo um carácter mais pontual.

Em Cabo Verde, a maioria das iniciativas turísticas implementadas estão centradas do ponto de vista territorial num reduzido número de ilhas, sendo promovida e gerida pela iniciativa privada, incluindo estrangeira, produzindo impactos ambientais e sociais significativos, nem sempre positivos, já que a preocupação subjacente é a recuperação do investimento realizado e a consequente rentabilização dos equipamentos turísticos. As organizações da sociedade civil representam apenas uma franja do mercado turístico cabo-verdiano, sendo emergentes no sector, estando vocacionadas para segmentos específicos em função das ilhas, seguindo uma filosofia de implementação própria e orientada por princípios maioritariamente solidários. Ao contrário, em São Tomé e Príncipe,

a iniciativa privada estrangeira dá ainda os primeiros passos, evidenciando preocupação com a valorização do destino a nível internacional e a boa sustentação na sua implementação. A sociedade civil santomense tem-se desdobrado pelos diferentes sectores de intervenção social e ambiental, e o turismo é uma área que tem também sido particularmente privilegiada, principalmente quando interligada com actividades ambientalmente enquadradas. Existem iniciativas turísticas de vocação ambientalista e conservacionista, bem como projectos solidários e socialmente integrados, e ainda marcas irregulares de empreendedorismo nacional.

Do ponto de vista metodológico, a investigação foi enquadrada por princípios conceptuais e linhas de orientação teórica tendentes à valorização das capacidades e das potencialidades locais, no sentido do reconhecimento e do reforço identitário, incentivando o aprofundamento do sentimento de pertença, as redes de solidariedade locais e a auto-estima, através da adopção de atitudes proactivas com envolvimento. A análise foi prosseguida pela equipa de investigação do Projecto, constituída por um coordenador² (Investigador Responsável) doutorado em Estudos Africanos, um doutorando³ em Educação Ambiental e dois mestres, um em Estudos Africanos⁴ e outro em Turismo⁵. No decurso da investigação foi contratado um Bolseiro de Investigação⁶ licenciado em Sociologia e a frequentar Mestrado em Economia Social e Solidária e dois bolseiros de Iniciação à Investigação⁷, estudantes de licenciaturas de 1º ciclo do ISCTE, no enquadramento de Bolonha.

Numa fase inicial, foi prosseguida pesquisa bibliográfica e documental intensiva de forma a viabilizar a análise conceptual de enquadramento com uma preocupação revisionista, tendo-se procedido à despistagem temática, seguindo o critério da análise conceptual: turismo; cultura; ambiente; economia solidária. De forma sequencial, foram elaboradas listagens de iniciativas turísticas enquadráveis pelo estudo, tendo em consideração os objectivos propostos, nomeadamente no que respeita à identificação dos impactos do turismo, tanto positivos como negativos, no desenvolvimento comunitário. Desta forma, foi possível proceder à selecção das iniciativas a estudar tendo em conta as áreas regionais de intervenção consideradas mais importantes e respeitando dois princípios

2 A coordenação da investigação foi da responsabilidade de Brígida Rocha Brito, socióloga com mestrado e doutoramento em Estudos Africanos (ISCTE), estando paralelamente a desenvolver investigação de Pós Doutoramento em área temática congénere, Educação Ambiental.

3 Joaquim Ramos-Pinto, doutorando em Educação Ambiental, Universidade de Santiago de Compostela.

4 Nuno Alarcão, sociólogo e mestre em Estudos Africanos (ISCTE).

5 Bastien Loloum, mestre em Turismo pela Universidade de Montpellier.

6 Joana Marques, socióloga e mestranda em Economia Social e Solidária (ISCTE), contratada com as funções de criar a base de dados, transcrever entrevistas, apoiar na análise dos dados e integrar a tese de mestrado como produto do Projecto. Foi-lhe dada a possibilidade de integrar missões e realizar o trabalho de campo para a tese, bem como de participar em eventos científicos com apresentação de comunicação. A tese de Mestrado "Para além da filantropia: contributos do turismo solidário para o Desenvolvimento Comunitário", elaborada no âmbito das actividades do Projecto é um dos produtos da investigação.

7 Andreia Duarte e Manuel Ernesto Tavares, contratados com as funções de apoiar a bolseira de investigação na criação da base de dados e transcrição de entrevistas, tendo sido aberta a possibilidade de colaborarem em parte da análise, participarem no livro final e no Encontro Internacional de apresentação pública dos resultados da investigação.

fundamentais: a proximidade de áreas protegidas ou zonas de sensibilidade ambiental; a existência de comunidades residentes na envolvência das iniciativas caracterizadas por elementos culturais tradicionais e ancestrais.

Para a realização do levantamento de informação, foram estabelecidas parcerias informais com entidades locais. Em Cabo Verde, foram privilegiados os contactos com a direcção do Parque Natural do Fogo (ilha do Fogo) e ainda com a Associação Atelier-Mar (ilha de Santo Antão). Com a continuidade de recolha de dados, optou-se por alargar o estudo à ilha de Maio. Da mesma forma, em São Tomé e Príncipe, foram estabelecidas parcerias informais com a Direcção de Turismo e Hotelaria, a Direcção-Geral do Ambiente, a Associação Monte Pico e a ONGa MARAPA. Estas parcerias viabilizaram a colaboração de equipas locais de tradutores e inquiridores, que funcionaram simultaneamente como guias, após sessão de formação com a equipa de investigação.

Desde o início, a metodologia previa a aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra representativa da população residente na envolvência dos Projectos estudados, que se estimou inicialmente em 450 para cada um dos países considerados em análise, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Contudo, durante as missões constatou-se existir alguma dispersão geográfica, sendo necessário proceder-se a adaptações metodológicas. Assim, foram aplicados 393 questionários em Cabo Verde (repartidos pelas ilhas de Fogo, Santo Antão e Maio) e 456 em São Tomé e Príncipe (ilha de São Tomé e Ilhéu das Rolas), perfazendo um total de 849.

Quadro 3 – Distribuição da Amostra

Ilha	Nº	%	Distribuição Regional
<i>Cabo Verde</i>	393	46,3	
Maio (Maio)	185		47,1%
Fogo (Chã de Caldeiras)	138		35,1%
Santo Antão (Lajedos)	70		17,8%
<i>São Tomé</i>	456	53,7	100,0%
Porto Alegre / Malanza	49		10,7%
São João / Angolares	28		6,1%
Entre Cruzeiro e Bombaim	53		11,6%
Diogo Vaz	34		7,5%
Cidade de São Tomé	140		30,7%
Neves	97		21,3%
Monte Café	42		9,2%
Ilhéu das Rolas	8		1,8%
Não Especificado	5		1,1%
Total	849	100,0	100,0%

Dadas as características do estudo e das populações em análise, a opção recaiu na definição de uma amostra aleatória ou probabilística, seguindo o critério estratificado, por conglomerados, grupos ou áreas, de forma a garantir a representatividade (Cf. Quadro 3).

Em Cabo Verde, e dado que foram privilegiadas ilhas diferentes e deslocalizadas do ponto de vista geográfico (no Barlavento, Santo Antão e no Sotavento, Maio e Fogo), foi imprescindível contratar técnicos locais que apoiassem na aplicação dos questionários. Contudo, todos os projectos em estudo foram visitados pela equipa, tendo-se procedido ao levantamento de informação para posterior análise. Em São Tomé e Príncipe foram realizadas sessões de formação e de acompanhamento da aplicação de questionários com os técnicos locais, seleccionados pela Associação Monte Pico, que colaboraram na fase do trabalho de campo. Dado que uma grande parte da população santomense não domina o português, a aplicação dos questionários seguiu o critério do respeito pelo dialecto local, sendo fundamental o apoio de tradutores e técnicos nacionais que facilitaram o estabelecimento dos contactos. Paralelamente, os membros da equipa aplicaram directamente os questionários na Roça de São João e no Ilhéu das Rolas a representantes das comunidades cabo-verdiana e angolara.

De forma a obter informação ponderada, servindo de mecanismo de controle, nos dois países em estudo, foram realizadas entrevistas semi-directivas pelos investigadores da equipa, procurando seguir-se o critério do envolvimento de diferentes actores das sociedades santomense e cabo-verdiana. Estas entrevistas foram antecedidas pelo estabelecimento de contactos, tanto informais como formais, em momentos diferentes, permitindo sustentar a recolha de informação por investigadores diferentes (Ministério do Ambiente, Ministério do Turismo, Direcção-Geral do Ambiente, Direcção de Turismo e Hotelaria; agentes de viagens e de turismo; representantes das Organizações da Sociedade Civil; promotores de projectos; e observadores, locais a internacionais). Em São Tomé e Príncipe foram realizadas 10 entrevistas formais e uma entrevista de grupo com a comunidade do Ilhéu das Rolas, enquanto que em Cabo Verde foram realizadas 16 entrevistas. Todas as entrevistas, individuais e de grupo, foram gravadas de forma a assegurar a fiabilidade do discurso dos interlocutores.

As missões de recolha de dados foram ainda complementadas por visitas, nas quais foram privilegiados os momentos de observação directa e o registo escrito e fotográfico, de forma a facilitar a posterior análise e o enquadramento de algumas informações recolhidas que, pela diversidade de actores, resultaram em alguns casos de forma contraditória. Tanto em São Tomé e Príncipe como em Cabo Verde foram realizadas duas missões de carácter misto, exploratório e efectivo por diferentes membros da equipa de investigação. Em dois momentos destinados a missões, a equipa contou com a colaboração dos dois consultores do Projecto, Prof. Doutor Rogério Roque Amaro, consultor nacional (ISCTE-IUL) e Professor Carlos Vales Vasquez, consultor estrangeiro (CEIDA).

No decurso da investigação, a equipa organizou, em São Tomé e Príncipe, um

Seminário Internacional sobre o tema “*Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário*”, que resultou num instrumento facilitador para o estabelecimento dos contactos e recolha de dados, por ter sido possível reunir os principais intervenientes das áreas em análise que, no estudo, são consideradas complementares ao turismo. Este evento contou também com a participação de interlocutores cabo-verdianos e permitiu, além das actividades em sala, visitar as iniciativas turísticas e as comunidades envolvidas. Em resultado deste encontro, a equipa editou um primeiro livro, que concentra tanto as reflexões de enquadramento da investigação como os contributos dos interlocutores santomenses, intitulado “*Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas. Turismo, Ambiente e Práticas Educativas em São Tomé e Príncipe*”. Na publicação está reflectido o impacto do evento no país, que contou com o envolvimento da classe política santomense, nomeadamente o Primeiro Ministro, Rafael Branco, o Ministro da Educação, Jorge de Bom Jesus, o Director-Geral do Ambiente, Arlindo Carvalho, que co-organizou, e a então Directora de Turismo e Hotelaria, Miriam Daio. Após este evento, a equipa co-organizou o “*1º Encontro Internacional de Desenvolvimento Local*”, em parceria com outras organizações santomenses e estrangeiras, do qual resultou uma segunda publicação que reforça a primeira, “*Abrindo Trilhos, Tecendo Redes*”. Paralelamente à presente obra, a equipa organiza em Lisboa o Encontro Internacional de apresentação pública dos resultados da investigação aqui contidos, intitulado “*Turismo em meio insular africano*”.

A apresentação temática do livro está organizada em duas partes: uma primeira parte em que são analisados os dois países em estudo; uma segunda parte orientada para a análise dos principais impactos no desenvolvimento comunitário. Na primeira parte, *Dois casos em estudo*, é analisado o tema do turismo em meio insular africano, seguindo-se uma especificação da situação do sector em cada um dos países, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Na segunda parte, *Os impactos do turismo no desenvolvimento comunitário*, são apresentados os resultados da análise, organizados tematicamente em *ONGs e Turismo; Turismo, Comunidades locais e Cultura; e Impactos Ambientais*. Seguidamente, são discutidas as linhas conclusivas da investigação. O livro termina com a apresentação de uma bibliografia geral, contendo as referências consultadas e indicadas ao longo do texto.

PRIMEIRA PARTE

Dois casos em estudo

I. Particularidades insulares, potencialidades turísticas

Brígida Rocha Brito

Após a 2ª Guerra Mundial (Barre & Michaud, 1997), o sector do turismo foi sujeito a um forte incremento a nível mundial, tendo as chegadas internacionais de viajantes estrangeiros aumentado de 25 milhões, em 1950, para 903 milhões, em 2007, equivalendo a uma taxa média de crescimento superior a 6% (WTO, 2008b), com estimativa de obter um acréscimo suplementar até 2010 (937 milhões).

Até 2005, as regiões que registaram um impulso mais significativo foram, por ordem decrescente de importância: Ásia e Pacífico (em média, 13% por ano); Médio Oriente (em média, 10% por ano), África (em média, 8% por ano), Europa (em média, 6% por ano) e América (em média, 5% por ano). A tendência para a valorização dos novos destinos, em detrimento dos convencionais (Europa e América do Norte), pode ser explicada pelo facto destes apresentarem índices de saturação já que foram, do ponto de vista das práticas, os mais antigos, ou seja, os que despertaram mais cedo interesse na procura internacional. Assim, a saturação de alguns destinos turísticos favoreceu a emergência de outros, novos, destacando-se os asiáticos, os países do Médio Oriente e, mais recentemente, os africanos. Os novos destinos de viagens em período de férias e lazer marcam pela diferença, por serem menos explorados e conhecidos, por serem ricos em diversidade biológica e paisagística, mas também pelo exotismo cultural que caracteriza as populações locais.

A análise média por período indica que, entre 2000 e 2007, se verificou uma ligeira variação relativamente aos dados anteriormente apresentados, traduzindo uma progressão comparativa a partir da média mundial (Quadro 4), sendo de destacar que o continente africano registou valores médios superiores aos apresentados para o Mundo, mantendo a terceira posição em termos de valorização.

Quadro 4 – Progressão das chegadas de turistas internacionais por região, 2000-2007

Região	% de crescimento
Mundo	4,1
Europa	3,0
Ásia e Pacífico	7,8
Américas	1,5
África	6,9
Médio Oriente	10,0

Fonte: Organização Mundial de Turismo

Segundo a Organização Mundial de Turismo (WTO, 2009), após 2007, o panorama das viagens e do turismo foi objecto de um abrandamento relativo em consequência da crise económica e financeira sentida a nível mundial, resultando num desaceleramento da procura internacional de destinos turísticos. Contudo, o sector continua a registar importância económica, sobretudo quando analisado comparativamente com os fluxos de exportações, sendo considerado como uma das principais categorias do comércio internacional. Os países menos avançados, revêem no turismo um leque diversificado de oportunidades, identificando fontes alternativas para aquisição de rendimento a partir da multiplicação de postos de trabalho directos e indirectos.

É verdade que, a nível mundial, o turismo adquiriu uma importância crescente a partir da década de 1980, sendo que, ao longo do tempo, o número de turistas internacionais cresceu de forma progressiva e regular, sendo expectável que a tendência se mantenha, mesmo considerando a emergência de crises pontuais. Paralelamente, a capacidade de acolhimento aumentou de forma significativa e a Organização Mundial de Turismo indica que este incremento coincidiu, na generalidade, com a emergência dos novos destinos turísticos no continente asiático, em África, no Médio Oriente, na América e mesmo na Europa. No sentido oposto, os países que menos investiram no alargamento da capacidade de acolhimento e hoteleira foram os mais procurados no decurso da primeira fase do desenvolvimento do sector, já que, por característica, estes são os mais bem dotados de infra-estruturas turísticas.

O interesse pelas viagens é naturalmente alargado para os territórios insulares, em resultado do reconhecimento das potencialidades e das particularidades ambientais e culturais. O sentido da insularidade, tantas vezes traduzido na imagem de um pequeno território rodeado de mar faz aumentar, em certo sentido, o interesse pela descoberta. Nas pequenas ilhas, o turismo adquire uma importância acrescida graças às potencialidades subjacentes: a ilha, enquanto espaço confinado mas distante, pode ser identificada com a oportunidade perfeita de fugir à rotina quotidiana, abrindo novas oportunidades, muitas vezes difíceis de materializar.

Aos espaços insulares são atribuídos qualificativos particulares e que permitem diferenciá-los dos países continentais: o exotismo, as culturas ancestrais que conservam a autenticidade permanecendo genuínas, em resultado de um certo fechamento em relação ao exterior, que decorre da situação de insularidade; a preservação da natureza, marcada por ambientes tropicais ricos em diversidade de vida biológica, evidenciando forte influência dos ecossistemas marinhos e costeiros. Contudo, segundo João Estêvão⁸, o desenvolvimento das pequenas economias insulares tem sido fortemente condicionado por constrangimentos, particularmente relacionados com a insularidade e a dimensão.

⁸ Estêvão, João (2000) *Pequenos Estados Insulares, Conferência proferida em 25-02-2000, Lisboa, Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)*.

Os Pequenos Estados Insulares⁹ classificam-se em monoinsulares e arquipelágicos, dependendo do número de ilhas que os constituem, sendo os segundos mais comuns. Em qualquer uma das tipologias podem identificar-se alguns factores constringedores que resultam, no conjunto, de um certo isolamento e da pequena dimensão que, em génese, os caracteriza, entre os quais:

- a fragilidade dos ecossistemas e a vulnerabilidade face a catástrofes naturais;
- uma base produtiva antiga, estagnada e com carência de modernização;
- a falta de integração num espaço económico regional dinâmico;
- os elevados custos da produção e a dependência do exterior;
- a irregular rede de comunicações e a precariedade da rede de transportes.

Tradicionalmente, estas economias têm subsistido em estreita dependência das actividades do sector primário, com destaque para toda a produção que não implica transformação directa e imediata, estando intrinsecamente associadas à recolção, captura e extracção de recursos naturais vivos e inertes. Trata-se de economias pouco complexas, fortemente dependentes da estrutura familiar, mobilizadas para a sobrevivência e a manutenção.

Os espaços insulares são caracteristicamente preservados do ponto de vista ambiental e a degradação resulta, em grande medida, da intervenção humana, promovida através de acções de desflorestação não planeada ou controlada com fins produtivos, da pressão demográfica, da erosão, da degradação dos recursos marinhos nas zonas costeiras e balneares e da contaminação da água doce com perda da diversidade biológica animal e vegetal. Apesar da relativa preservação ambiental (Brito, 2001; 2004), em alguns Pequenos Estados Insulares, foram iniciados programas nacionais e regionais de vocação ambientalista e conservacionista sempre que os problemas emergentes se relacionam com espécies em risco.

Na maioria dos casos, o sector primário vive momentos de transição, visto que, com o tempo e em resultado da relativa saturação de outros destinos, os países insulares de pequena dimensão adquiriram importância no mercado internacional do turismo e das viagens. Se anteriormente existiam limitações no que respeita à competitividade destas economias no mercado internacional, por falta de modernização das estruturas produtivas com inovação, actualmente, através do turismo, as pequenas economias insulares têm sido alvo de um impulso que se traduz na capitalização das potencialidades, tanto naturais como culturais. O turismo tem-se revelado, para algumas destas economias, como a alternativa que permite minimizar a precariedade dos sectores tradicionais ancestralmente bloqueados por carência de investimento direccionado para a modernização.

9 *Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento têm assinado tratados e acordos através da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS). Os Estados Membros da AOSIS são Antigua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Cabo Verde, Comores, Cuba, Chipre, Dominica, Fidji, Granada, Guiana, Ilhas de Cook, Ilhas Salomão, Ilhas Seychelles, Jamaica, Maldivas, Malta, Maurícias, Papua Nova Guiné, Saint Kitts e Nevis, Samoa, São Vicente e as Ilhas Granadinas, Santa Lucía, São Tomé e Príncipe, Suriname, Tonga, Trinidad e Tobago e Vanuatu.*

Nestes casos, pode representar um dos pilares da economia enquanto fonte de rendimentos, públicos e privados (Brito, 2004), sendo entendido como promotor de rápido crescimento.

O turismo, considerado como potenciador de mudanças, favorece, a nível interno, a dinamização de outros sectores de actividade económica, motivando a diversificação da procura de bens e serviços, contribuindo ainda para a revitalização da produção interna. Assim, representa um mecanismo facilitador do empreendedorismo, sobretudo de micro-escala, em sectores complementares e necessários à prática turística, por a fundamentar. Os efeitos sócio-económicos directos, positivos e desejáveis, coincidem com o objectivo da empregabilidade, incluindo a criação de emprego, a reconversão profissional, a aquisição de competências por via da formação funcional e adequada ao desempenho, de forma a viabilizar o aumento dos rendimentos e, conseqüentemente, da capacidade de consumo das famílias. Por outro lado, o turismo pode ser considerado como vector de produção de outros benefícios a favor das populações locais (Middleton & Hawkins, 1998) no que respeita à construção de infra-estruturas sociais e de ligação, facilitadoras no cumprimento de tarefas da vida quotidiana e promotoras de incremento no bem-estar.

Apesar da importância que o sector reveste, face a elevadas expectativas de contínuo e sustentável desenvolvimento, se não existir uma gestão adequada a actividade turística pode resultar de forma prejudicial, gerando efeitos perversos no ambiente natural, em particular em contexto de área protegida, que, pelas condicionantes internas apresenta fragilidades acrescidas, pondo também em causa elementos referenciais e identitários das populações locais. Este aspecto é de extrema relevância visto que, em contexto insular, estes factores, naturais e culturais, são entendidos como os atractivos turísticos por excelência. Assim, e apesar de surgir como potencial e representar novas oportunidades para as pequenas economias insulares, os impactos negativos parecem ser aqui mais incrementados do que nos Estados continentais (Ferreira, 2008), o que é o resultado da própria situação de insularidade e das vulnerabilidades inerentes. Os efeitos perversos podem classificar-se em ambientais e sócio-económicos:

Entre os primeiros contam-se: a degradação costeira e marinha, principalmente originada pelas águas residuais dos hotéis e pela poluição das embarcações a motor destinadas a desportos náuticos; a utilização excessiva de água doce; a carga exercida sobre espécies de *habitat* costeiro ou marinho, podendo contribuir para o agravamento das ameaças, aumentando o risco; a agressão sobre os ecossistemas florestais e montanhosos, incorrendo num afastamento de algumas espécies mais solitárias; a poluição por aumento de resíduos sólidos sem tratamento adequado.

Os impactos sócio-económicos respeitam à emergência de processos de aculturação com eventual perda de referenciais tradicionais e ancestrais, em particular no que respeita às formas de produção, ao não controlo local de benefícios financeiros gerados com as actividades e que tendem a ser repatriados pelos investidores estrangeiros que, face à estratégia concorrencial agressiva, não deixam margem para os empreendedores

locais se afirmarem. Mas também à identificação de alternativas não formais de aquisição de rendimento, favorecendo a emergência e o crescimento de actividades de economia informal e, eventualmente, paralela que, em alguns casos, podem inclusivamente incorrer em situações de criminalidade, tais como as redes organizadas de prostituição, mesmo com menores, o tráfico de droga e os esquemas de extorsão planeada.

No que respeita aos impactos negativos de âmbito social, cultural e económico, Williams (1998) apresenta uma sistematização clara, classificando-a a partir de cinco grandes efeitos-tipo: a) a comercialização cultural; b) a minimização do valor atribuído às práticas culturais tradicionais; c) o aumento de tensões entre estilos de vida de visitantes e visitados; d) a emergência de novos padrões de consumo; e) a evidência de processos anti-sociais.

Por serem micro-Estados insulares, estão naturalmente integrados por ecossistemas frágeis e vulneráveis a ocorrências inesperadas de catástrofe ambiental, que condicionam fortemente o processo de desenvolvimento, já que, muitas vezes, põem em causa a continuidade. Nas pequenas ilhas, os principais factores de vulnerabilidade decorrem, assim, da acção humana não planeada que resulta em agressões ao ambiente e que coincidem com a destruição de ecossistemas já de si frágeis. Estas acções são, muitas vezes, involuntárias e evidenciam desconhecimento das alternativas possíveis. Paralelamente, o ímpeto pelo desenvolvimento impele à construção desenfreada pouco amiga do Ambiente e que põe em causa a sua sustentabilidade.

Nos casos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe (cf. Quadro 5), as vulnerabilidades identificadas têm um fundamento sócio-ambiental, visto que, em parte, resultam das condições físicas das ilhas, nomeadamente da situação geográfica, do clima, das características do solo e das zonas costeiras. Mas, por outro lado, têm uma causa humana, social e que decorre da forma como as comunidades interagem com os espaços, as paisagens e os recursos. Na verdade, os factores sociais e ambientais estão interdependentes não sendo fácil avaliar as vulnerabilidades de forma isolada e recorrendo apenas a um critério temático.

Quadro 5 – Vulnerabilidade a ocorrências naturais inesperadas em contexto insular africano

País	Vulnerabilidade
Cabo Verde	Seca
	Desertificação
	Erosão
	Tempestades de areia (Sahara)
	Extracção de areia
	Sobre-exploração de recursos
Vulcão activo	

São Tomé e Príncipe	Pluviosidade intensa Desflorestação Erosão Extracção de areia e outros inertes Sobre-exploração de recursos
---------------------	---

Fonte: Adaptado de Ferreira (2008)

A maioria dos Pequenos Estados Insulares tem vindo a adoptar medidas integradoras do turismo com o objectivo de o promover como sector prioritário e estratégico. Em contexto africano, actualmente, todos os países insulares dispõem de documentos orientadores da actividade, sob a forma de planos estratégicos e regulamentos, produzidos no enquadramento de avaliações prospectivas realizadas com o apoio de organizações internacionais ou de empresas privadas. Neste sentido, o planeamento estratégico do turismo, com vista a alcançar o desejado desenvolvimento sustentável, contribuindo para a mudança de base comunitária, passa a ser também concebido como uma atribuição do Estado por via da inclusão do sector na política económica nacional (Ferreira, 2008). Assim, é esperado que o turismo contribua, de forma determinante, para a redução das vulnerabilidades tradicionalmente sentidas em espaço insular e que vão ao encontro de necessidades sócio-ambientais, económicas e culturais, implicando um envolvimento participativo, incluindo dos grupos minoritários, e eventualmente excluídos.

O turismo passa a ser um dos sectores integrantes da estratégia de desenvolvimento dos países que o acolhem, tendo presentes os objectivos económicos, sociais e ambientais. A Organização Mundial do Turismo (WTO, 2004b) equaciona três níveis da sustentabilidade a partir da promoção turística: o económico, evidenciado pela eficácia na gestão de recursos; o social, traduzido na valorização dos elementos culturais de referência comunitária; o ambiental, pela preservação de espaços e conservação de espécies.

O sector dos transportes e das comunicações representa um dos principais mecanismos promotores de relacionamento entre os micro-Estados e o exterior, aproximando regiões, contribuindo para minimizar os efeitos da distância e do isolamento tradicionalmente sentido. Contudo, algumas ilhas sofrem de um agravamento da situação de insularidade em resultado dos elevados custos dos transportes internacionais monopolizados por um reduzido número de empresas transportadoras (Brito, 2004). A acção dos monopólios, tanto públicos como privados, que com frequência se concentram em companhias estrangeiras, resultou também na inflação dos custos das telecomunicações, sem que se verifique uma complementaridade na qualidade e na frequência dos serviços prestados. Nestes casos, os sectores dos transportes e das comunicações passam a ser considerados como limitadores do desenvolvimento.

No que respeita às possibilidades de desenvolvimento autónomo e auto-sustentado, a insularidade arquipelágica e a pequena dimensão podem actuar num duplo e contraditório sentido: por um lado, promovendo o isolamento e agravando a situação de precariedade económica e social; por outro lado, dinamizando mecanismos identitários locais e

nacionais, promotores de participação comunitária e de aquisição de poder por parte das populações locais, assegurando uma maior conservação dos recursos ambientais.

A actividade turística nas pequenas ilhas pode ser concebida como uma forma de promover e valorizar as características e as potencialidades locais do ponto de vista natural, económico e sócio-cultural, consistindo num dos mecanismos de minimização dos efeitos perversos das contingências inerentes à sua situação, o isolamento, a dimensão e a insularidade. O turismo passa a ser concebido como um mecanismo susceptível de reforçar as identidades, favorecendo o surgimento e o incentivo de sistemas participativos de desenvolvimento, assim como a emergência de novos protagonistas.

Face à vulnerabilidade permanente com que se confrontam, originada em grande medida pelas características inerentes à insularidade coloca-se a questão de qual a estratégia mais adequada, para a promoção do desenvolvimento no longo prazo. A partir das características principais: a vulnerabilidade do ambiente; o isolamento face ao exterior com conseqüente fechamento; a distância em relação aos principais centros económicos internacionais; a dependência externa no que respeita aos sistemas de comunicações, transportes e produção, as pequenas economias confrontam-se com dificuldades relacionadas com a subsistência das suas populações e com o desenvolvimento sócio-cultural, e ainda com a prossecução do desejado crescimento económico, entendido como promotor de bem-estar social através do efeito de difusão.

Perante a contextualização da problemática dos Pequenos Estados Insulares, e dada a situação internacional, a estratégia do turismo alternativo fundamentado na abordagem do desenvolvimento local e participativo adequa-se aos objectivos da sustentabilidade. Quando perspectivadas de forma complementar e integrada, apresentam maior coerência nas análises estratégicas, contribuindo para a inovação com mudança qualitativa das condições de vida, ao longo do tempo, facilitando o equilíbrio entre as diferentes dimensões do processo.

A conceptualização do turismo sustentável sugere o objectivo do equilíbrio entre o número de turistas, as condições de acolhimento e os impactos gerados no destino (Middleton & Hawkings, cit por Ferreira, 2008), de forma a assegurar a disponibilidade e as características dos recursos locais. Esta harmonização não parece ser tarefa fácil em todos os Pequenos Estados Insulares, já que, sendo perspectivado como estratégico, o turismo é vulgarmente entendido como um sector promotor de crescimento e dinamismo, sendo sinónimo de captação de recursos financeiros e facilitador de novos e avultados investimentos, pelo que gerador de elevadas expectativas de rápido desenvolvimento. A ideia generalizada resulta de forma redutora e simplista numa equação linear de: se “turismo é igual a riqueza” e “riqueza é igual a mudança”, então “turismo é igual a mudança”.

As leituras economicistas de crescimento imediatista imperam em muitos dos documentos estratégicos das pequenas economias insulares, o que pode representar uma dificuldade acrescida na implementação dos projectos, visto que os diferentes actores envolvidos nem sempre estão predispostos a encontrar soluções alternativas e consensuais para

fazer face às dificuldades que se vão deparando pelo caminho.

O turismo, além de ser considerado um sector em permanente crescimento, e um dos principais promotores do desenvolvimento económico a nível mundial, no que respeita aos países em desenvolvimento, particularmente africanos, tem registado uma expansão significativa, tornando-se, em alguns Pequenos Estados Insulares, o principal segmento de actividade económica. No continente africano, o turismo adquiriu uma importância crescente ao longo do tempo, mais evidenciada a partir da década de 1970, registando-se um incremento significativo do número de chegadas internacionais e da importância das receitas turísticas (Quadro 6).

Quadro 6 – Evolução das Chegadas de Turistas Internacionais a África, em milhares e das Receitas do Turismo Internacional, excluindo transporte, em milhões de USD

Período	Turistas	Receitas
1950	524	88
1960	750	243
1970	2.407	482
1980	7.329	2.711
1990	15.059	5.336
1998	24.903	9.551

Fonte: OMT (1999)

Apesar de ser um período em que o sector das viagens em contexto de lazer foi alvo de incrementos, entre 1950 e a década de 70, o continente africano foi pouco procurado como destino turístico, sendo os efeitos desejáveis marcados pela fragilidade e fraca sustentabilidade na esfera sócio-económica. Este foi o período por excelência da passagem de muitas das regiões por processos de independência política, eventualmente conturbados, associados a conflitos internos, geradores de instabilidade e insegurança. Paralelamente, os territórios africanos, em particular os insulares, eram desprovidos de meios de acolhimento dos fluxos de turistas internacionais, sendo conotados com uma imagem exterior nem sempre positiva porque associada à existência de múltiplas doenças endémicas com eventuais efeitos graves que podem implicar sequelas e mesmo a morte, como é o caso do paludismo (Brito, 2004).

Durante um período de cerca de 30 anos foram privilegiados destinos não africanos, nomeadamente europeus, pela tradição do *Grand Tour*, e americanos, com destaque para as ilhas, que começaram a reunir as vantagens da estabilidade política e das potencialidades do lazer heliotrópico centrado na diversão, sendo a procura principalmente de origem europeia. Após a década de 80, os países africanos, então constituídos como Estado-Nação, deram continuidade a processos centrados no desenvolvimento económico, sendo

apenas após a década de 90 que o turismo foi alvo de valorização e incremento mais significativo por ser concebido como um sector privilegiado na promoção de mudança social e do desejado crescimento económico.

África revelou-se um continente dotado de um vasto e diversificado potencial natural, vulgarmente conotado com o exotismo das paisagens tropicais, vegetação diferenciada em função das regiões, mas frequentemente marcada pela densidade, e fauna abundante com traços de endemismo e espécies a sofrer ameaças de esgotabilidade. O potencial turístico dos meios naturais africanos ainda preservados é de grande importância começando a despertar a curiosidade e a acolher um interesse crescente por parte da procura internacional. Por outro lado, o continente é identificado por elementos culturais tradicionais específicos, carregados de ancestralidade, evidenciados por tradições, práticas rituais, símbolos identitários, momentos festivos e formas de produção particularmente apelativas aos olhos do visitante.

A análise das tendências das chegadas de turistas estrangeiros ao continente africano, entre 1980 e 1997 (cf. Quadro 7), indica que se registou um incremento significativo para o total do continente (de 7329, em 1980, para 23157, em 1997), bem como para a maioria das sub-regiões consideradas, com excepção do Norte de África que sofreu uma ligeira quebra no decorrer da década de 90. Em termos médios, a previsão da Organização Mundial de Turismo (OMT, 2000) indicava que, no decénio 2000-2010, a taxa de crescimento das chegadas de turistas estrangeiros ao continente africano, fosse de 4.0%, valor indicativo para o crescimento do fluxo total de turistas no ano de 2010 (WTO, 2010), após recessão em 2009. Em 2008, a taxa de crescimento das chegadas de turistas ao continente africano ascendia aos 4,6% (WTO, 2009) ultrapassando a média prevista nas avaliações prospectivas.

Nas sub-regiões consideradas, constata-se a existência de variações positivas para qualquer uma das sub-regiões, sendo de destacar que a taxa de crescimento mais elevada se regista na África Austral (5.4%), seguida da África Oriental (3.2%), da África Ocidental (1.9%), da África Central¹⁰ (1.4%) e do Norte de África (1.0%). Apesar das variações, as sub-regiões africanas mais procuradas em 1997 foram, por ordem decrescente de importância o Norte de África (34.6% do turismo africano total), os países da África Austral (30.7%), da África Oriental (23.1%), da África Ocidental (9.7%) e, por fim, da África Central (1.9%).

10 A OMT (1999f) define como países pertencentes à África Central: Angola, Camarões, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro Africana, República Democrática do Congo, República Democrática de São Tomé e Príncipe, e Tchad. Os países pertencentes à África Ocidental: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Niger, Nigéria, Santa Helena, Senegal, Serra Leoa e Togo. Os países pertencentes ao Norte de África: Argélia, Marrocos, Sudão e Tunísia. Os países constituintes da África Oriental: Burundi, Comores, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Tanzânia, Ilha da Reunião, Ruanda, Seychelles, Somália, Uganda, Zâmbia e Zimbábwe. Os países pertencentes à África Austral: Botswana, Lesoto, Namíbia, Swazilândia e África do Sul.

Quadro 7 – Tendência das chegadas de turistas internacionais a África por sub-regiões, 1980-1997

	1980		1993		1997	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
África – Total	7329	100.0	18544	100.0	23157	100.0
Norte de África	3973	54.2	8848	47.7	8000	34.6
África Ocidental	790	10.8	1380	7.4	2253	9.7
África Central	189	2.5	330	1.8	448	1.9
África Austral	1118	15.3	4357	23.5	7107	30.7
África Oriental	1259	17.2	3629	19.6	5349	23.1

Fonte: OMT (1999)

No que respeita às receitas (OMT, 1999) provenientes do desenvolvimento do sector (Quadro 8), constata-se, entre 1980 e 1997, um incremento para a maioria dos países das sub-regiões consideradas, com excepção dos países da África Central em que se registou uma evolução negativa (-0.3%).

Quadro 8 – Evolução das receitas turísticas no Continente Africano, em milhões de dólares EUA

	1980		1993		1997	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
África – Total	2711	100.0	6302	100.0	9018	100.0
Norte de África	1165	42.9	2418	38.4	2890	32.1
África Ocidental	280	10.3	669	10.6	879	9.8
África Central	117	4.3	101	1.6	78	0,8
África Austral	697	25.7	1692	26.9	2877	31.9
África Oriental	452	16.8	1422	22.5	2294	25.4

Fonte: OMT

Em média, no período considerado, o continente africano evidenciou um crescimento anual positivo, na ordem dos 2.3%, sendo que a África Oriental foi a sub-região com um crescimento positivo mais significativo (4.1%) seguida da África Austral (3.1%), da África Ocidental (2.1%) e do Norte de África (1.5%).

No que concerne às despesas turísticas, ou gastos realizados pelos visitantes no

decurso da viagem, (Quadro 9) pode concluir-se que, no continente africano e no período considerado, independentemente das sub-regiões, se registou um incremento. Esta situação resultou, não só da necessidade de acompanhamento do progressivo aumento da procura de destinos turísticos africanos como também do crescimento das receitas, registado na maioria das sub-regiões.

Quadro 9 – Evolução das despesas da actividade turística em África, em milhões de dólares EUA

	1980		1993		1997	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
África – Total	3191	100.0	4812	100.0	7001	100.0
Norte de África	486	15.2	626	13.0	573	8.2
África Ocidental	1244	39.0	808	16.8	2403	34.3
África Central	278	8.7	675	14.0	473	6.8
África Austral	806	25.3	2067	42.9	2231	31.8
África Oriental	377	11.8	636	13.3	1321	18.9

Fonte: OMT (1999)

Em média, as despesas turísticas anuais do continente africano aumentaram 1.2%, registando-se evoluções desequilibradas em função das sub-regiões. A sub-região com maior crescimento médio anual de despesas turísticas foi a África Oriental (2.5%) seguida de África Austral (1.8%), África Ocidental (0.9%), África Central (0.7%) e, por fim, o Norte de África (0.2%) que evidencia um fraco significado.

Apesar do crescimento das despesas ser uma realidade, neste período, percebem-se oscilações no Norte de África, com uma ligeira subida até 1993 seguido de uma quebra para 1997. Na África Central é de assinalar uma progressão entre 1980 e 1993, seguida de regressão até 1997. Inversamente às situações anteriores, no caso da África Ocidental é evidente uma quebra, sendo que, para 1997, as despesas com o sector foram fortemente intensificadas.

Da análise comparativa entre as receitas e as despesas, realça a ideia de que, no geral, o sector do turismo potencia o lucro e a rentabilização dos investimentos realizados, sendo de destacar que, no continente africano, as receitas foram superiores às despesas apesar de, regionalmente, se poderem identificar alguns desequilíbrios. As sub-regiões que evidenciaram maior capacidade de rentabilização foram o Norte de África (2.890 milhões de dólares EUA de receitas e 573 milhões de dólares EUA de despesas), a África Oriental (2.294 milhões de dólares EUA de receitas e 1.321 milhões de dólares EUA de despesas) e a África Austral (2.877 milhões de dólares EUA de receitas e 2.231 milhões de dólares EUA de despesas). Da mesma forma, as sub-regiões que demonstraram maior fragilidade na gestão das receitas face às despesas turísticas, nomeadamente quanto à capacidade de

rentabilização do sector, foram a África Central (78 milhões de dólares EUA de receitas e 473 milhões de dólares EUA de despesas) e a África Ocidental (879 milhões de dólares EUA de receitas e 2.403 milhões de dólares EUA de despesas).

Apesar de se registar uma evolução positiva no sentido da valorização do sector em África, o crescimento do número de turistas tem seguido um ritmo brando, “*leve-leve*” e “*no stress*”¹¹, resultado da inexistência de uma estratégia agressiva e sustentável de *marketing* turístico a nível internacional.

De acordo com estudos realizados (Beck, 2007), a imagem que o turista ocidental tem do continente parece ser contraditória, já que se verifica um apelo à visita, com sedução a partir de elementos identificados com o exotismo e com uma autenticidade perdida no mundo ocidental, possível de ser reencontrada em África. Contudo, emerge também o receio pelo confronto com a diferença, a incerteza do desconhecido e o receio dos grandes espaços onde habitam espécies que podem implicar algum risco. Esta leitura contraditória, que naturalmente condiciona a procura e a evolução do sector, é incrementada sempre que o destino turístico em África coincide com espaços insulares. A insularidade encerra um duplo sentimento, marcado por opostos e repleto de contradições: por um lado, seduz os não ilhéus pela identificação e pelo reconhecimento de elementos diferenciadores do espaço, pela influência que o oceano que rodeia o território exerce, pela especificidade do ambiente e pelas características da população evidenciadas nas formas de interacção com os turistas. Mas, por outro lado, para outros, pode representar a tomada de consciência dos limites territoriais confinados que encerram uma sensação de inevitabilidade impotente em situação de emergência. Estes são, paradoxos, segundo Beck (2007), que requerem alguma atenção para a promoção do turismo em espaço insular.

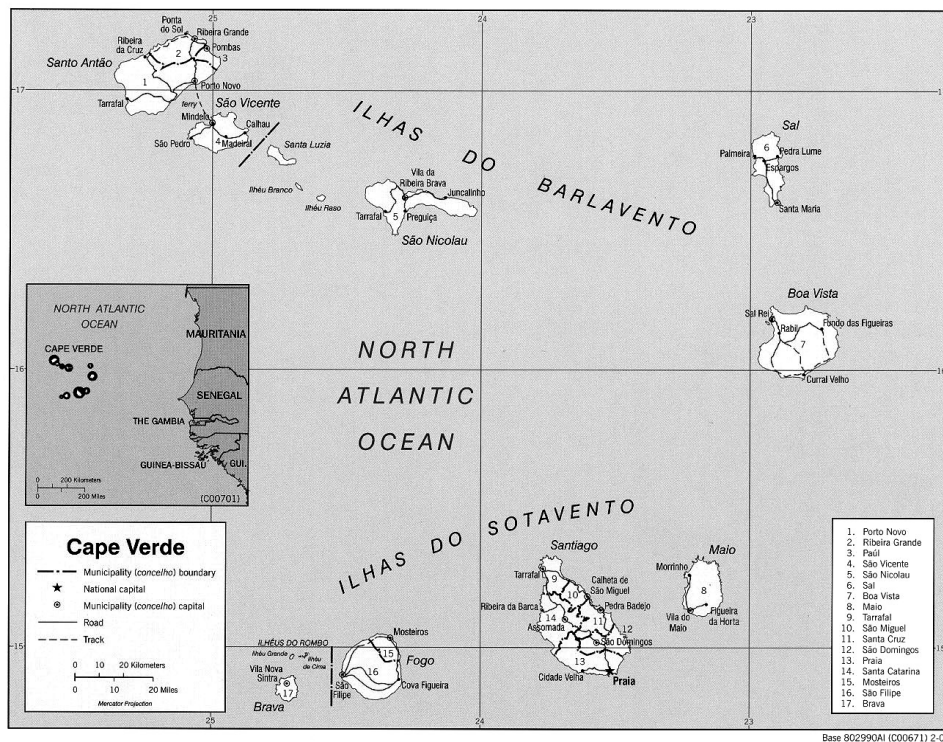
11 *Leve-leve* é uma expressão santomense cujo significado vai ao encontro da expressão cabo-verdiana *no stress*: viver com calma, sem pressa.

2. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: alguns elementos de caracterização

Brígida Rocha Brito e Andreia Duarte

Tanto Cabo Verde como São Tomé e Príncipe são Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, de natureza arquipelágica, que sofreram uma longa influência portuguesa de cerca de 500 anos, alcançando tardiamente a independência política, apenas em meados da década de 70 do século XX¹². Os dois arquipélagos foram descobertos no século XV, por navegadores¹³ ao serviço da coroa portuguesa, no decurso do período por excelência dos descobrimentos, fortemente impulsionado pelo Infante D. Henrique.

Mapa I – Representação cartográfica do Arquipélago de Cabo Verde



Fonte: http://map.primorye.ru/raster/maps/africa/cape_verde_pol_2004.jpg

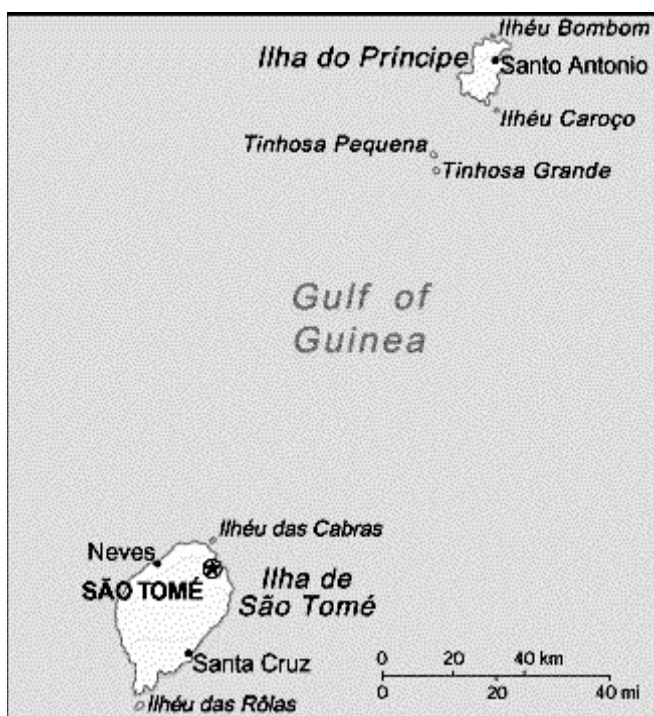
12 A independência de Cabo Verde data de 5 de Julho de 1975 e a de São Tomé e Príncipe foi obtida em 12 de Julho de 1975.

13 Não sendo consensual, é aceite que Cabo Verde tenha sido descoberto pelo genovês António Noli e pelo português Diogo Gomes em 1460 e, dez anos depois, São Tomé seria formalmente registado por João de Santarém e Pêro Escobar.

Cabo Verde é habitualmente denominado como um micro-Estado (Mapa 1), cujo território constituído por dez ilhas, das quais nove habitadas, se reparte por 4.033 km² e se encontra dividido em duas regiões geográficas na zona sub-saheliana: as ilhas do Barlavento, localizadas no norte do arquipélago (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista); e as ilhas do Sotavento, no sul (Maio, Santiago, Fogo e Brava).

São Tomé e Príncipe é um Estado de menores dimensões do que Cabo Verde, dotado de 1.001 km², sendo considerado o segundo país insular mais pequeno do Mundo (segundo as Seychelles), constituído apenas por duas ilhas principais, São Tomé e o Príncipe, e por um conjunto de ilhéus que, na maioria, é desabitado.

Mapa 2 – Representação cartográfica do Arquipélago de São Tomé e Príncipe



Fonte: <http://geography.about.com>

Os dois países estão referenciados no oceano Atlântico, pertencendo Cabo Verde à sub-região da África Ocidental, distando em cerca de 640 km do continente, sendo o Senegal o país de maior proximidade física; e São Tomé e Príncipe, à sub-região da África Central, no Golfo da Guiné, distando em cerca de 300 km do continente, sendo o Gabão

o país mais próximo.

Do ponto de vista ambiental, os dois países têm origem vulcânica, sendo de destacar que, no caso de Cabo Verde, existe ainda um vulcão em actividade numa das ilhas, Fogo, factor que reveste particular interesse turístico, tanto pela peculiaridade de estar activo, como por ser o ponto mais elevado do arquipélago (2.829 metros de altitude). Actualmente, em São Tomé e Príncipe não existe actividade vulcânica, se bem que seja possível visitar antigas crateras vulcânicas que se transformaram do ponto de vista paisagístico, dando origem a locais de forte interesse turístico, como é o caso de Lagoa Amélia. O país é caracterizado pela existência de elevações significativas, também de interesse para a prática da contemplação (Brito, 2004), como são os casos do Pico de São Tomé (2.024 metros de altitude), do Pico de Ana Chaves (1.636 metros), do Pico Pinheiro (1.613 metros), do Pico do Calvário (1.600 metros), de Lagoa Amélia (1.488 metros) e do Pico Cabumbé (1.405 metros).

Como consequência da localização geográfica, de grande proximidade do deserto do Sahara, e das características climáticas, Cabo Verde é considerado um arquipélago particularmente vulnerável, sofrendo os efeitos agravados da combinação de factores, tais como a erosão e a desertificação (Twining-Ward, 2010), que conferem a algumas das ilhas uma paisagem lunar. As tempestades de areia são transportadas para o arquipélago, através do vento, contribuindo para um agravamento da situação de seca que, por característica, o país sente. O clima é tendencialmente seco, sendo, contudo, convencionada a possibilidade de se identificarem três períodos principais: o *das águas* (de Agosto a Outubro), marcado pela irregularidade; o *das secas* (de Dezembro a Junho), claramente predominante e associado a ventos; e o *das brisas* (ventos alíseos, secos e quentes). A paisagem cabo-verdiana alterna entre o desértico e o montanhoso, havendo vales, maioritariamente ocupados por produção agrícola de subsistência, arribas e praias de extensão variável. Na maior parte do território, o manto florestal é escasso e rarefeito, por efeito da escassez de cursos de água doce, sendo mesmo inexistentes em algumas ilhas. Contudo, é possível encontrar diversidade de vida biológica, tendencialmente mais abundante, e revestindo particular interesse turístico, em ecossistema marinho: as águas territoriais de Cabo Verde são propícias a migrações e passagem de espécies de fauna como cetáceos, tartarugas marinhas e aves migratórias marinhas.

Em São Tomé e Príncipe, o clima é tropical húmido, identificando-se duas estações principais: a *das chuvas*, de Setembro a Abril e a *Gravana*, caracteristicamente mais fresca e seca, entre Maio e Agosto, podendo ainda identificar-se um período diferenciado, próximo dos traços pluviométricos e das características climáticas da *Gravana*, denominada de *Gravanito*, que ocorre no mês de Janeiro (Brito, 2004). Em termos médios, as amplitudes térmicas são fracas, mas os índices de humidade e de pluviosidade são elevados ao longo de todo o ano, claramente mais intensos na região sul. A paisagem é marcada pela irregularidade do relevo com densidade florestal, entrecortada por abundantes cursos de água doce: elevações, montanhas e picos; vales e planícies; costa rochosa

e acidentada alternando com praias de areia branca e escura. Dada a riqueza dos ecossistemas e da paisagem, as ilhas do arquipélago santomense são dotadas de biodiversidade e endemismo, factores fortemente potenciais para a prática de actividades turísticas de observação em contexto de lazer.

Com base na análise do Quadro 10, podemos constatar a existência de vários indicadores ambientais comuns entre os dois arquipélagos, nomeadamente no que respeita à biodiversidade e ao endemismo, apesar das espécies serem diferenciadas. Assim, ambos os países são ricos em diversidade biológica, com uma margem de elementos únicos e referenciados à região, considerando-se a especificidade de cada um, em particular no que respeita a espécies de flora e de fauna florestal. A fauna marinha com interesse turístico é idêntica, sendo possível encontrar as mesmas espécies de tartaruga marinha, cetáceos, tubarões e tunídeos que, em qualquer dos casos, encerra valor para os diferentes segmentos turísticos considerados: de observação; ecoturismo; de aventura, incluindo actividades de pesca desportiva.

Apesar da diferença de dimensão territorial, bem como de extensão e importância da zona costeira (965 km em Cabo Verde e apenas 260 km em São Tomé e Príncipe), percebe-se que, em São Tomé, a diversidade paisagística é mais marcada do que em Cabo Verde, naturalmente caracterizada por ambientes mais áridos, chegando a semi-desérticos em algumas ilhas. A diversidade paisagística é também considerada fortemente potencial para a prática turística, já que propicia o desenvolvimento de actividades diversas e consideradas complementares. Na verdade, Cabo Verde sofre a influência do Sahel e dos longos períodos de seca, enquanto que São Tomé e Príncipe beneficia da influência das florestas primárias da África Central, nomeadamente do Gabão e da Guiné Equatorial, em resultado da sua localização no Golfo da Guiné.

Quadro 10 – Características ambientais de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

Indicador	Cabo Verde	São Tomé e Príncipe
Localização Geográfica	África Ocidental Sahel	África Central Golfo da Guiné
Área	4.033 km ² 965 km de costa	1.001 km ² 260 km de costa
Ilhas	10 repartidas por Barlavento e Sotavento Ilhéus	São Tomé Príncipe Ilhéu das Rolas Ilhéus desabitados
Clima	Tropical Seco	Tropical Húmido

Paisagem	Árida Praias Costa acidentada Montanhas Vulcão	Relevo acidentado Costa abrupta Praias Montanhas Floresta Savana Ecossistemas fluviais
Flora	Espécies herbáceas Palmeiras endémicas Gramíneas Plantas arbustivas	Flores tropicais (rosa de porcelana, bico de papagaio, bordão macaco) Orquídeas endémicas Plantas medicinais Árvores centenárias
Fauna marinha	Tartarugas marinhas (<i>Caretta caretta</i> ; <i>Chelonia mydas</i> ; <i>Eretmochelys imbricata</i> ; <i>Dermochelys coriácea</i> ; <i>Lepidochelys olivacea</i>) Baleia Golfinho Tubarão Tunídeos Crustáceos endémicos	Tartarugas marinhas (<i>Caretta caretta</i> ; <i>Chelonia mydas</i> ; <i>Eretmochelys imbricata</i> ; <i>Dermochelys coriácea</i> ; <i>Lepidochelys olivacea</i>) Baleia Golfinhos Tubarão Tunídeos Crustáceos
Fauna florestal	Aves Répteis Insectos	Macaco Lagaia Aves endémicas Répteis (“cobra preta”) Insectos

Cabo Verde é dotado de áreas protegidas classificadas e regulamentadas, que revestem extrema importância no contexto ambiental, estando vocacionadas para a conservação de um património natural particularmente vulnerável, caracterizado por especificidades próprias resultantes da situação de insularidade, do solo vulcânico e da aridez (Ferreira, 2008). As áreas protegidas cabo-verdianas integram a Rede de Áreas Protegidas criada em 2003, e são classificadas em terrestres e marinhas, sendo consideradas como espaços de excelência para a prática de actividades de turismo de natureza, sobretudo de *trekking*, onde é possível proceder à contemplação de paisagens e à observação (*watching*) de espécies em ambiente adequado. As áreas protegidas terrestres classificadas são: “Chã das Caldeiras” na ilha do Fogo; “Serra Malagueta”, em Santiago; “Monto Gordo”, em São Nicolau; “Moroços”, em Santo Antão; e “Monte Verde”, em São Vicente. Em Santo Antão existe ainda a Zona Integrada nas localidades de Cova, Ribeira de Paul e Ribeira das Torres. No que respeita a áreas protegidas marinhas, existe a Reserva Natural Marinha da

Baía da Murdeira na ilha do Sal e a Reserva Natural Integral de Santa Luzia.

Em São Tomé e Príncipe, as áreas protegidas classificam-se em Parque Natural Obô, existindo nas duas ilhas principais, São Tomé e Príncipe, que representa cerca de um terço do território nacional, e as Zonas Ecológicas de Malanza e da Praia das Conchas. Dada a dimensão do arquipélago e a representatividade das áreas protegidas, todo o espaço insular é considerado vulnerável a agressões ambientais, pelo que a gestão destas áreas é uma atribuição do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. Mesmo sem enquadramento de área protegida, os ecossistemas em São Tomé e Príncipe são marcados pela diversidade: florestal, claramente preponderante; costeiro e marinho, de grande importância; e de mangal que, apesar de localizado, reveste particular interesse e importância.

A vulnerabilidade dos ecossistemas nos dois países insulares em análise é resultado, em parte, da intervenção humana não planeada e sem controle. Naturalmente que, em meios áridos e secos, a vulnerabilidade sócio-ambiental é mais manifesta, já que em ambientes tropicais húmidos a renovação tende a ser espontânea com uma margem de auto-regulação.

Em 2009, a população cabo-verdiana era estimada em 508.633 habitantes (INE, 2009), sendo definida como jovem, já que 41,6% do total tinha idade inferior a 15 anos. Dado que, ao longo do tempo, ocorreram processos de mestiçagem sócio-demográfica, a população cabo-verdiana é claramente crioula, ou seja, miscigenada. A língua oficial é o português, apesar do crioulo ter forte representatividade na vida quotidiana, coincidindo com um dos principais referenciais identitários. Contudo, outros elementos culturais adquiriram destaque com o passar dos tempos, entre os quais a música de raízes africanas, as danças, a gastronomia crioula, os rituais e as práticas culturais mais enraizadas que resultam de uma mistura entre o misticismo africano e a ocidentalização. Todos os elementos culturais cabo-verdianos evidenciam a mestiçagem de influência africana: os ritmos do batuque na música; o *cuscus* e a *catchupa* na culinária; o jogo de ouril nos momentos de lazer e de sociabilidade.

Os contactos entre Cabo Verde e o resto do Mundo têm sido fortemente estimulados graças ao processo migratório. O país é frequentemente qualificado pela população como uma “terra ingrata” (Copons, 2000) em resultado da infertilidade do solo, da escassez de água doce e das dificuldades económicas relacionadas com a aquisição de rendimento. Neste contexto, marcado pela precariedade sócio-económica, uma parte da população procedeu a migrações em busca de alternativas mais sustentáveis, transformando a estrutura sócio-demográfica e económica do país. A emigração cabo-verdiana condicionou também o contacto do país com o exterior, já que, após a *hora di bai*, a melancolia motiva ao retorno, senão físico dos que saíram, pelo menos sob a forma de remessas financeiras enviadas para a família, e que representam uma mais valia para a promoção do desenvolvimento do país.

Quadro II – Indicadores sócio-económicos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe

Indicador	Cabo Verde	São Tomé e Príncipe
População	508.633 habitantes (2009)	152.000 habitantes (2008)
Alfabetização	85,2% (2007)	84,9% (2007)
Esperança Média de Vida	71 anos	64,9 anos
Acesso a água potável	80% (2008)	79% (2008)
PIB per capita	5.803 USD	2.178 USD
Principal sector de actividade	Terciário formal e informal (serviços)	Terciário formal e informal (serviços)

Fontes: UN (2009); INE (2009)

Em São Tomé e Príncipe, estima-se que a população ascenda a 152.000 habitantes (2005), dos quais 95,5% residentes na ilha de São Tomé e apenas 4,5% na ilha do Príncipe (INE, 2006). A população é, tal como em Cabo Verde, caracteristicamente jovem, já que 41,2% tem idade inferior a 15 anos, sendo de destacar que a esperança média de vida é substancialmente inferior (64,9 anos).

A língua oficial de São Tomé e Príncipe é também o português, o que lhe confere estatuto de país lusófono e membro da CPLP, mas as línguas locais de base crioula revestem particular importância no contexto da vida quotidiana, principalmente o *forro*, um crioulo adaptado, de base cabo-verdiana. O passado histórico de São Tomé e Príncipe confere à cultura um traço de mestiçagem ou de miscigenação, neste caso resultando da mistura de elementos cabo-verdianos com angolanos, e outros do continente, com europeus, entre os quais portugueses e espanhóis. O misto de elementos culturais explica a riqueza, bem patente nas práticas tradicionais, nas representações e no sistema simbólico de referência, evidenciados nas danças, na música, no artesanato, na gastronomia e nos rituais.

Cabo Verde foi, durante o período colonial, considerado como um ponto estratégico no transporte de escravos entre o continente africano (Copons, 2000), Portugal e o Brasil, representando, tal como São Tomé e Príncipe, um importante entreposto comercial. Do ponto de vista produtivo, Cabo Verde esteve dividido em latifúndios, localmente denominados de *morgados* e *capelas*, explorados por colonos portugueses que utilizavam mão-de-obra escrava, dedicando-se à produção de algodão e de urzela, uma planta tintureira procurada principalmente por Inglaterra, mas também de cana-de-açúcar, vinho, sal e criação de gado. Após os intercâmbios com outros territórios, passou a produzir-se *purgueira*, um arbusto do qual era extraído um óleo que permitia a produção de sabão. Cabo Verde foi, durante o período colonial um território produtivo com diversificação de actividades.

São Tomé e Príncipe foi um importante entreposto comercial entre os três principais pontos de valor económico para Portugal (Brito, 2004), a Europa, o Continente Africano e

o Brasil, representando um dos locais privilegiados de passagem do comércio de escravos, neste caso principalmente oriundos do Golfo da Guiné. No período colonial, o território passou a estar organizado de acordo com o sistema de *Roças*, unidades de exploração agrícola de grandes dimensões, muitas vezes consideradas como Estados dentro do Estado (Brito, 2004). A produção do arquipélago foi orientada por fases, ou ciclos sequenciais, iniciando-se no século XVI com a cana-de-açúcar, passando, no final do século XVII, para o café e mais tarde, no século XIX, para o cacau, sendo definida como a primeira economia de plantação dos trópicos (Seibert, 2001).

A evolução sócio-económica cabo-verdiana foi marcada por períodos de seca que condicionaram fortemente a continuidade produtiva, e a rentabilidade associada, sobretudo na fase pós-independência. A situação de pobreza das populações locais, existente durante o período colonial, agravou-se em resultado dos condicionalismos sentidos e as alternativas centraram-se ora nos recursos internos, em particular na agricultura de subsistência, na pesca, maioritariamente artesanal ou semi-industrial, e no comércio informal, ora nas já referidas migrações (Copons, 2000).

Em São Tomé e Príncipe, a evolução sócio-económica levou ao abandono da produção das *Roças*, com ocupação das instalações, provocando uma aceleração na degradação do património e, em paralelo, uma escassez económica agravada. Os ritmos produtivos alcançados com os ciclos de cana-de-açúcar, café e cacau decresceram perdendo toda a importância anterior, sem que fossem encontradas alternativas sustentáveis (Brito, 2004). A base económica do arquipélago permanece assente numa economia incipiente e vocacionada para a subsistência, com agricultura pouco diversificada, alguma recollecção, pesca artesanal e criação de gado, maioritariamente suíno e caprino, sem carácter intensivo e destinado ao consumo familiar. As actividades que têm beneficiado de acréscimos e valorização são as enquadradas pelo sector informal, em particular centradas no pequeno comércio que prolifera sem qualquer critério ou planeamento.

Actualmente, e em resultado da evolução mundial, os dois arquipélagos centram estratégias na promoção do turismo, criando condições, de forma diferenciada, para a implementação de projectos e iniciativas, na expectativa de criação de condições para a modernidade. O turismo surge como uma alternativa possível, e viável, face à fálencia de outras actividades produtivas anteriormente seguidas e que resultaram de forma fragilizada. A tomada de consciência de que os dois arquipélagos são dotados de características sociais, culturais e ambientais ímpares, valorizadas pela procura internacional, reforçou a opção estratégica pelo sector.

3.A situação do turismo em dois Pequenos Estados Insulares

Brígida Rocha Brito e Nuno Alarcão

Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são dois Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), classificados como arquipelágicos, já que, como foi anteriormente referido, do ponto de vista territorial são dotados de mais do que uma ilha. Qualquer um dos arquipélagos é um pequeno país insular, ao qual está associada uma pequena economia, tradicionalmente centrada em actividades do sector primário, nomeadamente agricultura, vocacionada para a subsistência com eventual exportação de um reduzido número de produtos, pesca artesanal, caça e recolção, e ainda exploração de matérias primas. O desenvolvimento destas actividades não evidencia planeamento e/ou controle, representando a emergência de riscos acrescidos de natureza sócio-ambiental e cultural.

As populações locais dos dois países tendem a depender directamente dos recursos naturais disponíveis num ambiente, ora rico em diversidade de vida biológica e densidade paisagística, ora marcado pela adversidade climática e geológica pouco propícia à produção, particularmente agrícola, em larga escala. Nos dois países, existem ecossistemas de características diversas que condicionam as formas de vida e de produção, requerendo uma acrescida capacidade humana de adaptação às contingências e às dificuldades capaz de reinventar soluções e alternativas.

O sector do turismo surgiu recentemente no contexto sócio-económico das pequenas ilhas africanas de língua portuguesa, não tendo sido, no geral, objecto de um impulso significativo no período imediatamente após a independência. O sector tem vindo a ser alvo de uma atenção crescente mas o número de chegadas internacionais continua a ser reduzido face às expectativas que emergem dos diagnósticos prospectivos realizados sobre seu o desenvolvimento. Numa altura em que a actividade turística começa a ser visível, emergem as dúvidas acerca das formas e dos segmentos que devem ser privilegiados, tendo em conta os objectivos que se pretende alcançar.

3.1. Cabo Verde

Como foi referido anteriormente, Cabo Verde é um pequeno país arquipelágico constituído por 4.033 km², repartidos por 10 ilhas desigualmente representadas do ponto de vista geográfico, sendo apenas nove habitadas. As ilhas classificam-se em barlavento (Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista), representando 55,3% do território, e sotavento (Maio, Santiago, Fogo e Brava), equivalendo a 44,7% do país.

Em Cabo Verde, e dadas as dificuldades em rentabilizar outros sectores de actividade, o turismo foi considerado como estratégico desde a década de 1980, revestindo

progressivo interesse económico, tanto para a classe governativa como para a população local. Assim, por um lado, é considerado como um instrumento privilegiado para a captação de investimento estrangeiro; por outro lado, representa, para a população local, uma alternativa sócio-profissional e económica propícia à aquisição de rendimento, num país que se confronta com problemas agravados de pobreza.

Em Cabo Verde, o turismo começou a ser fortemente equacionado com o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), entre 1986 e 1990, perspectivado como vector de desenvolvimento interno, vocacionado para a criação de infra-estruturas de acolhimento e apoio que tivessem uma dupla utilidade: por um lado, que estimulassem as visitas turísticas; de forma complementar, que servissem as populações locais. Apesar das limitações iniciais relacionadas com as precárias acessibilidades, a prestação de serviços e a cobertura de actividades complementares facilitadoras de uma mudança nacional integrada, registou-se uma forte aposta nos recursos nacionais, tendencialmente vocacionados para o turismo balnear ou heliotrópico, fundamentado nas potencialidades sol e praia, identificado com o princípios dos 3 S – *Sun, Sea, Sand* – aos quais, mais tarde, foi associado um quarto S (*sex*). Para estas categorias existia então procura a nível internacional, o que potenciou o desenvolvimento de segmentos específicos que, contudo, com o tempo, foram geradores de efeitos menos desejáveis, tanto pela sobrecarga no ambiente costeiro e marinho, como pelo aproveitamento de recursos humanos e de capacidades de forma não contabilizada.

A partir do 2º Plano (PND), o turismo passou a ser considerado como um sector potencial, requerendo uma intervenção promocional por ser catalizador de recursos vários, em particular do investimento estrangeiro. O 4º Plano (PND), entre 1997 e 2000, equacionou o turismo como uma das áreas com maior potencial para a promoção do desenvolvimento do país, evidenciando preocupação com a qualidade no acolhimento e com a prestação de serviços, por passarem a ser entendidos de forma conjugada como o factor mobilizador do crescimento. No 5º Plano (PND), entre 2002 e 2005, evidenciou-se a necessidade de valorização de outros segmentos, implicitamente alternativos à tradicional prática balnear fundamentada no sol e na praia, permitindo destacar outras potencialidades naturais, tais como a diversidade dos ecossistemas, reforçando o florestal, e os Parques Naturais, bem como os factores culturais, com destaque para a gastronomia, a música, as danças e as representações, a arquitectura e as festas tradicionais.

A legislação cabo-verdiana do sector do turismo é marcada pela desactualização, antiguidade (Lei de Bases 21/VI/91) e precariedade na aplicação (Canas, 2010), havendo áreas de intervenção que carecem de enquadramento legal, nomeadamente a animação turística e as iniciativas desenvolvidas em espaço natural.

No final de 2009, foi aprovado, pelo Governo cabo-verdiano, o *Plano Estratégico para o Desenvolvimento Turístico*, tendo por objectivo a promoção do sector no período decorrente entre 2010 e 2013. O documento parece ser ambicioso nas propostas, prevendo atingir um fluxo de 500 mil turistas por ano até ao final do período, o que representa um

acréscimo de 60% ao actual número de chegadas de turistas internacionais. **A ideia de que, ao longo do tempo, Cabo Verde tem vindo a ser considerado como um destino turístico internacional é confirmada pela análise do número de chegadas de turistas estrangeiros (Observatório do Turismo de Cabo Verde, 2010): entre 2000 e 2008, o número de turistas que visitou o arquipélago aumentou em média 11,4% ao ano, passando de 145.000 (2000) para 333.354 (2008). No que respeita às dormidas, a tendência é idêntica, registando-se um crescimento médio anual de 14,5% no mesmo período, passando de 684,7 mil para 1,8 milhões de dormidas em 2008, indicando que o número médio de noites passado em unidades hoteleiras aumento de 5 para 6.** As medidas previstas no *Plano* incluem uma criação proporcional de novos postos de trabalho, o que significa alcançar cerca de 6.530 empregos directos. A aposta radica na criação de uma imagem de marca para o país, utilizável como medida de *marketing* turístico, tendo a opção recaído no factor natureza, com forte valorização dos recursos marinhos, já que a “marca” a ser criada em 2010 procura representar todas as ilhas.

Apesar da tradicional imagem de aridez, o ambiente cabo-verdiano é rico e diversidade paisagística, sendo possível encontrar ecossistemas diversos e ricos em vida biológica propícia à prática de segmentos turísticos diferenciados em função das ilhas visitadas: sol e praia; desportos náuticos; terrenos acidentados com possibilidade de realizar actividades pedestres e contemplativas; paisagem lunar e vulcânica. Paralelamente, as características da população, tendencialmente acolhedoras, simpáticas e receptivas ao contacto com os turistas, representam um factor complementar para a valorização do país como destino turístico. Cabo Verde é um país sem problemas de malária, algumas doenças infecciosas, maioritariamente relacionadas com a “diarreia do viajante” comum a qualquer destino tropical (Twining-Ward, 2010).

Quadro 12 – Identificação das potencialidades turísticas em Cabo Verde

Ilha	Potencialidades
Maio	Ilha mais antiga do arquipélago Clima quente e árido Praias planas / Desova das tartarugas marinhas Beleza paisagística Tranquilidade / Lugar pouco explorado Acácias Culinária

Santo Antão	Paisagem única / Montanhas majestosas Microclimas Vegetação luxuriante nos vales Ribeiros Paraíso para os apreciadores da natureza e amantes do turismo activo Caminhadas, escaladas, bicicleta, mergulho, pesca Grogue
Fogo	Vulcão Energia Paisagens de rara beleza, únicas Ambiente rural Vinho

Fonte: Direcção Geral do Turismo, Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade

No que respeita aos factores potenciais mais identificados, tanto por turistas como por operadores turísticos, foi realizado um estudo de mercado para avaliação e selecção dos elementos mais relevantes para a criação da imagem promocional.

Após identificar as potencialidades sociais, culturais e naturais, o estudo de mercado propõe uma mensagem “*One country, ten destinations... ten key ingredients of a dream holiday*”, a fundamentar o slogan “*Forget the rest of the World*” (Direcção Geral do Turismo, 2010). Na sequência da criação do Observatório do Turismo de Cabo Verde, está prevista a prossecução de uma dupla medida:

1. por um lado, o *Barómetro do Turismo de Cabo Verde*, que tem por objectivo “auscultar a opinião dos profissionais e responsáveis das organizações que actuam no sector do turismo”;
2. por outro lado, a *Academia Aberta do Turismo de Cabo Verde*, que procura “promover o desenvolvimento das ilhas de Cabo Verde através da definição e implementação de estratégias turísticas capazes de potenciar os recursos e conhecimentos locais. A Academia aberta do turismo pretende constituir uma experiência única de aprendizagem e conhecimento da arte e prática da liderança e gestão dos destinos”.

Para a prossecução destes objectivos, está previsto que, até ao final de 2010, sejam realizados os *Estudos do Perfil do Turista Interno* e do *Perfil e Satisfação do Turista Estrangeiro*, complementados pelos *Estudos dos Mercados Emissores Internacionais*; a *Definição dos Indicadores de Monitorização e Previsão da Actividade Turística de Cabo Verde*

De acordo com o *Plano*, as ilhas consideradas com forte potencial para o incremento do turismo são Sal, Boavista e São Vicente que, de uma forma ou de outra, têm já obtido resultados significativos no que respeita ao desempenho do turismo: as duas primeiras ilhas, tendencialmente vocacionadas para o turismo heliotrópico; São Vicente com abertura para o segmento cultural. Estas são também as ilhas que têm recebido maior atenção por parte dos investidores estrangeiros, nomeadamente de grandes grupos europeus do

sector do turismo e das viagens. Segundo o Observatório do Turismo de Cabo Verde, “é de salientar que embora Cabo Verde possa segmentar-se por produtos/ilhas, constata-se que **94,7% do fluxo turístico centra-se em apenas quatro ilhas, nomeadamente Sal, (57%), Santiago (20,1%), Boavista (9,9%) e São Vicente (7,6%)**”. De acordo com dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, em 2008, **85% dos visitantes estrangeiros eram europeus, destacando-se os portugueses, ingleses, italianos, alemães e franceses.**

A estratégia de desenvolvimento cabo-verdiana tem sido, ao longo do tempo, fundamentada na promoção do país como destino turístico, procurando criar condições competitivas e vantajosas para o potencial visitante. Em certo sentido, pode afirmar-se que o país é, no início do século XXI, um forte concorrente para outros destinos insulares, já que beneficia de uma localização geográfica vantajosa, pela dupla proximidade ao continente africano e à Europa. Apesar de insular, o arquipélago tem mantido proximidade em relação ao continente europeu, abrindo a sua economia a novas perspectivas de investimento, na expectativa de o modernizar e de ultrapassar as dificuldades decorrentes das vulnerabilidades tradicionalmente sentidas.

A captação do investimento estrangeiro tem sido uma opção estratégica que, na verdade, tem contribuído para a modernização de infra-estruturas várias, destacando-se todas as que servem o turismo, ou seja de acolhimento e de ligação. De forma a agilizar os procedimentos de acesso ao investimento estrangeiro em contexto africano, vulgarmente definidos como burocráticos e morosos, o governo cabo-verdiano criou a *Agência Cabo-verdiana de Promoção de Investimentos e de Exportação* que substitui a antecessora Promex. A ideia de base desta agência é o modelo “one stop shop”, em que o pretendo investidor contacta apenas com uma instituição para dar continuidade ao processo. A estabilidade governativa e o reduzido nível de corrupção têm resultado num incentivo ao investimento, consistindo no reforço da credibilidade a nível internacional, facilitado por um sistema simplificado de impostos conjugado pela reforma do sector bancário (Twining-Ward, 2010). Em Cabo Verde, o investimento directo estrangeiro tem vindo a crescer, representando um incremento de 41,7% em 2000 e 82,1% em 2003 (Ferreira, 2008); um total de 3.516 postos de trabalho directos, em 2003, e 6.680 empregos gerados, incluindo directos e indirectos, para o mesmo período. Os empresários italianos são os que maior investimento têm realizado na área turística (52%), seguindo-se os portugueses (16%), os alemães (14%), os suecos (8%) e os espanhóis (5%).

Cabo Verde tem beneficiado de uma modernização ímpar no contexto da África insular, bem evidenciada nas infra-estruturas criadas e remodeladas: aeroportos; estradas de ligação; sistema de comunicações e transportes. Os aeroportos têm sido alvo de remodelações importantes, tendo o aeroporto internacional sido classificado com a Categoria I pelo governo norte-americano (Twining-Ward, 2010), com benefício tanto para a promoção turística como para a valorização interna do país, já que também agilizam as ligações inter-ilhas da população cabo-verdiana, estando inclusivamente prevista a

criação do *Plano Nacional Aeroportuário*. Os portos têm sido objecto de atenção através do *Programa de Modernização e Expansão das Infraestruturas Portuárias* e a rede rodoviária tem também sido considerada como um dos eixos estruturantes da modernização do país.

Além destes aspectos, o número de unidades hoteleiras com capacidade de acolhimento diferenciada tem crescido, desde a macro-escala até aos micro-projectos de âmbito local, na multiplicação dos serviços de apoio ao turista, incluindo restauração, lazer, ocupação de tempos livres e animação turística diurna e nocturna. Ao determinar o turismo como área prioritária para a promoção do desenvolvimento, Cabo Verde tem procurado encontrar parceiros, investidores e empreendedores nacionais e estrangeiros com capacidade para, com espírito proactivo, mobilizado e até associativo, dinamizar acções conjugadas e integradas que incluam as comunidades locais. A participação e o envolvimento das populações locais são estimulados de forma diferenciada em função dos promotores e das características das iniciativas, sendo naturalmente mais marcada em unidades de pequena dimensão do que em grandes empreendimentos. Contudo, e de uma forma global, há que considerar que estas macro-iniciativas são catalizadoras de alguns benefícios directos, entre os quais a criação de emprego com formação, seguindo um critério de integração das duas dimensões, pelo que devem ser necessariamente contabilizadas.

A imagem turística cabo-verdiana tem sido, ao longo do tempo, revitalizada, apesar dos elementos dominantes continuarem a estar associados ao segmento balnear, procurando transmitir-se a ideia de um destino tropical que, após o contacto directo, resulta de forma pouco consistente. O arquipélago é caracterizado por um clima quente seco e, maioritariamente, por uma paisagem desértica que alterna com praias de extensão variável, mas que, pelas características climatéricas, o afastam da imagem idílica dos trópicos, vulgarmente associada a espaços verdes com densidade florestal. A tradicional classificação do destino como pouco frequentado, com praias a perder de vista, cujo mar é rico em diversidade biológica, com destaque para os crustáceos abundantes e acessíveis para o turista porque comercializados a preços reduzidos, é actualmente enganadora, apesar de facilmente vendável nas agências de viagens europeias. No conjunto, o arquipélago transformou-se num destino procurado pelos turistas europeus, em resultado da relativa proximidade e da facilidade de acesso: além dos voos regulares, existem charters em época alta promovendo o serviço do tipo pacote turístico (voo + hotel e eventualmente meia pensão ou regime de tudo incluído).

Os serviços turísticos cabo-verdianos têm vindo, ao longo do tempo, a beneficiar de modernização e de actualização, podendo ser equiparados, pelo menos nos casos de gama média e alta, aos padrões internacionais. Mas, além das iniciativas padronizadas, o sector foi fortemente incrementado, permitindo a proliferação de segmentos diferenciados em função das motivações da procura internacional. Assim, além do turismo heliotrópico, emergiram novos modelos, tendencialmente alternativos e centrados nas potencialidades

locais, ora naturais, ora culturais, ora potenciando a combinação entre as duas. Passam então a considerar-se novos segmentos, entre os quais:

- o turismo de natureza, propiciando a prática da observação e o contacto directo com espaços, ecossistemas e espécies, destacando-se, por exemplo, o *birdwatching*, o *turtle watching*, o *whale watching*;
- o ecoturismo, conciliando o desenvolvimento de actividades de contacto directo com a natureza, como o *trekking*, favorecendo a interacção social com as comunidades locais e o aprofundamento de conhecimentos sobre práticas culturais e formas de ser, estar e agir;
- o turismo cultural, particularmente vocacionado para os festivais, a música e a dança, a gastronomia, as crenças mais tradicionais e os trajes;
- o turismo desportivo, propiciado pelas condições climatéricas e geográficas, prevendo uma margem de risco e de aventura, que inclui escaladas, *surf* e *wind-surf*, mergulho e *snorkeling*.

Em Cabo Verde, de década para década, o turismo tem sido reinventado porque, sendo considerado um sector fundamental para a economia nacional, é também perspectivado como um instrumento de divulgação da identidade nacional. É um país dotado de uma população afável e acolhedora, com destaque para a imagem de *marketing* referenciada na *morabeza*, crioula e, portanto, mestiça, combinando elementos culturais africanos com europeus e norte-americanos. O centramento do turismo no segmento sol e praia tem vindo a ser, mais do que substituído, complementado por outros que valorizam tanto os recursos naturais como a identidade cultural.

3.2. São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe é um pequeno país insular, com uma área total de 1.001 Km², de natureza arquipelágica, localizado na sub-região da África Central, rico em densidade paisagística, variedade de ecossistemas, diversidade de vida biológica e riqueza cultural. É também o resultado de uma sociedade crioula que, ao longo da História, passou por contínuos e complexos processos de miscigenação. Contudo, e apesar das potencialidades naturais e culturais vulgarmente identificadas e reconhecidas, o país tem registado um desenvolvimento irregular da actividade turística, com impactos também variáveis. Este é um sector que tem evidenciado um desempenho económico marginal (ICP, 2001), já que, como destino turístico, o arquipélago tem sido preterido a favor de outras regiões mais divulgadas nos meios internacionais (Brito, 2004) e que, antecipadamente, adoptaram uma estratégia mais agressiva de *marketing*, direccionada para o exterior, conseguindo uma forte implementação.

Com excepção do investimento estrangeiro mais recente que tem contribuído para a evolução do cenário turístico nacional, nomeadamente através das iniciativas implementadas e geridas pelo Grupo Pestana, a oferta turística interna e nacional permanece caracteristicamente limitada, com insuficiente, precária, e nem sempre adequada criação

de novas infra-estruturas ou modernização das existentes, evidenciando em alguns casos ausência de sustentabilidade. Também em resultado dos elevados custos, tanto de deslocação como relacionados com a estadia, os benefícios advindos com a actividade nem sempre têm produzido os resultados esperados nos tempos previamente definidos. Por fim, os serviços prestados evidenciam alguma desadequação entre os padrões de qualidade requeridos a nível internacional e os preços praticados. Assim, São Tomé e Príncipe tem-se demarcado como destino periférico no contexto das viagens.

A análise das tendências evolutivas demonstra a existência de fragilidades que se traduzem na emergência de factores contextuais e de enquadramento que têm marcado o desincentivo ao investimento em infraestruturas promotoras de modernização: um sistema burocrático e complexo implicando, entre outros requisitos, a criação de sociedades mistas. A legislação de enquadramento, *Código de Investimentos*, tendo sido criada em 1992, foi revista e actualizada em 2008 (Lei nº 7/2008 de 27 de Agosto) com o objectivo da simplificação dos procedimentos.

O país é dotado de dois aeroportos, o internacional na ilha de São Tomé com 2.200 metros de comprimento por 45 metros de largura, e outro na ilha do Príncipe com 1.200 metros de comprimento por 30 metros de largura, sendo que apenas o primeiro tem capacidade para descolagens e aterragens de voos internacionais (PNUD & OMT, 2001). Nos últimos anos, foram identificadas falhas e irregularidades no asfalto da pista do aeroporto internacional na ilha de São Tomé, tendo-se procedido à abertura de concurso público para a reabilitação e alargamento da pista, após pressão exercida pela companhia aérea portuguesa TAP que ameaçou com a quebra na prestação do serviço, sem que contudo a intervenção tenha sido iniciada.

Desde meados da década de 90 até ao presente, do total de companhias aéreas a operar para e do arquipélago, registaram-se variações significativas e que resultaram ora em incrementos do número de viajantes estrangeiros, ora em quebras acentuadas. A evolução do número de viajantes estrangeiros tem, desta forma, sofrido fortes variações, que se revelam prejudiciais para o desenvolvimento do sector e para a credibilização do país como destino turístico competitivo e concorrencial.

As estatísticas oficiais de turismo, produzidas pelos órgãos da tutela (Direcção de Turismo e Hotelaria, Serviço de Migrações e Fronteiras e Instituto Nacional de Estatística), referentes ao número de entradas de turistas estrangeiros por ano, receitas geradas, número e tipo de alojamento, com descritivo dos serviços prestados, é claramente insuficiente, carecendo de actualização e não dispondo de informação referente aos períodos temporais, de forma sistemática e regular.

Enquanto destino turístico, São Tomé e Príncipe não apresenta indícios de sazonalidade ao longo do ano, evidenciando regularidade no número de chegadas de viajantes estrangeiros. Os impulsos no sector adquirem um carácter mais anual do que mensal e dependem, de forma directa, do número de companhias de aviação a operar para o arquipélago. Assim, nos períodos em que a concorrência no sector da aviação que liga o

país à Europa aumenta, o número de viajantes estrangeiros, ou residentes no estrangeiro, é imediatamente incrementado. Da mesma forma, aquando da existência de suspensão ou quebra de serviços de transporte aéreo por parte de uma das companhias de aviação a operar, o número de viajantes diminui. Numa primeira interpretação, esta situação parece evidente por se traduzir na variação do número de lugares disponíveis por semana. Contudo, após uma análise aprofundada compreende-se que a explicação ultrapassa este factor, já que o número de entradas depende também e directamente das tarifas em vigor, que são ora inflacionadas ora depreciadas em função da concorrência. Esta situação é facilmente explicada pela análise dos factos ao longo do tempo: até final de 2002, as ligações directas à Europa eram monopolizadas pela TAP que praticava tarifas elevadas, que foram substancialmente reduzidas com a entrada da concorrente privada Air Luxor. Após 2006, com a falência da Air Luxor, a TAP regressou ao monopólio das ligações directas com a Europa, mantendo esta situação até Agosto de 2008, altura em que a STP Airways iniciou o serviço de transporte aéreo de Lisboa para São Tomé, tendo subjacente a EuroAtlantic e, consequentemente, o Grupo Pestana.

A nível internacional, a alternância na concorrência cria a imagem de um jogo de interesses pouco favorável ao viajante, e consequentemente aos promotores turísticos locais, favorecendo a instabilidade na procura pela incerteza na concretização da prestação de serviços, gerando descrédito e, consequentemente, fortes oscilações no mercado das viagens. O cenário anteriormente traçado respeita apenas ao transporte directo para a Europa, já que relativamente às ligações com outros países africanos, o contexto é significativamente mais regular, operando a Air Gabon e a TAAG, Linhas Aéreas de Angola.

A entrada do turista estrangeiro em São Tomé e Príncipe é facilitada pelos serviços de acolhimento, implicando a obtenção de visto de entrada e permanência por um período de tempo variável entre uma semana e três meses sem possibilidade de exercer actividades remuneradas, requerendo passaporte com validade superior a seis meses e o boletim da febre amarela válido. Contudo, nos últimos anos, as regras foram ligeiramente alteradas tendo o processo de ser completado antes da viagem nos Serviços Consulares das Embaixadas nos países de origem ou onde exista representação diplomática.

Do ponto de vista estatístico (Direcção de Turismo e Hotelaria), e tendo em presença a relativa ausência de dados actualizados, o fluxo turístico aumentou de forma significativa entre 1996 (6.348) e 2006 (12.374), com uma duplicação do número de visitantes. Contudo, apesar de até 2000 (7.137) o crescimento ser contínuo, em 2005 (15.454) detecta-se o pico máximo (Direcção do Turismo e Hotelaria) com quebra no ano seguinte.

Quadro 13 – Evolução da entrada de viajantes estrangeiros em São Tomé e Príncipe, 2000-05

Origem	Anos	
	2000	2005
Portugal	2.153	7028
França	1.064	1578
Espanha	299	510
<i>Outros Europa</i>	1.083	1183
Angola	626	873
Gabão	345	495
Cabo Verde	170	442
<i>Outros África</i>	696	2568
Outras Regiões	701	777
TOTAL	7.137	15454

Fonte: PNUD, OMT (2001) e Direcção de Turismo e Hotelaria da República Democrática de São Tomé e Príncipe

De acordo com o Quadro 13, de 2000 para 2005, foi registado um significativo acréscimo nas chegadas de viajantes estrangeiros, com particular destaque para os residentes em Portugal (2.153 em 2000 para 7.028 em 2008) e outros países africanos (696 em 2000 e 2.568 em 2005). Esta situação, principalmente no que respeita aos viajantes portugueses é explicada pela crescente valorização do destino São Tomé e Príncipe no circuito nacional das viagens e do turismo, fortemente impulsionado pelos interesses de Grupos económicos com implementação internacional, destacando-se o Pestana.

A oferta turística passou a ultrapassar largamente o conceito tradicional da aquisição separada de serviços a favor da acessibilidade dos pacotes, combinando o transporte aéreo, o alojamento em hotéis de padrão internacional e os trasferes com tarifas compensadoras para o orçamento familiar do viajante. Este princípio favoreceu a dinamização do sector, em particular, nos últimos dois anos por facilitar a visita a um leque diferenciado de interessados que passaram a visitar o arquipélago pelas mais diversas motivações: negócios; encontros científicos; história, património e cultura; contacto com o ambiente e áreas protegidas; lazer e praias.

Em 2005, as visitas ao arquipélago por motivo de férias, ou seja, em contexto de lazer, representam a maioria (60.2%), seguindo-se as viagens em negócios, congressos e outros encontros científicos (33.6%) e, com menor relevância, (6.1%) outros motivos, entre os quais se enquadram as visitas a familiares, por exemplo (Direcção de Turismo e Hotelaria). Também é de destacar a importância dos visitantes africanos, nomeadamente de origem angolana e cabo-verdiana, facto que pode ser justificado, em parte, pelas ligações históricas estabelecidas durante o período colonial, e que se perpetuaram para

além da independência, marcando a identidade sócio-cultural santomense, em resultado das migrações de mão-de-obra contratada, precisamente de origem angolana e cabo-verdiana. Por outro lado, é evidente a proximidade geográfica do Gabão e a importância do segmento turístico dos negócios.

Com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,651, em 2009, São Tomé e Príncipe enquadrava-se no grupo de países com um grau de desenvolvimento humano médio (131º), apesar do país beneficiar da abundância e da diversidade dos recursos naturais. Esta riqueza traduz-se num conjunto alargado de potencialidades para o desenvolvimento do turismo, em particular quando conciliadas com elementos sócio-culturais que resultam da miscigenação de referenciais simbólicos e identitários de grupos demográficos de origens distintas: cabo-verdianos, angolanos e europeus (Alarcão, 2008).

Face às potencialidades ambientais e culturais, São Tomé e Príncipe parece ser um dos exemplos paradoxais que evidenciam dificuldades em criar condições sustentáveis para a promoção do sector. Dado tratar-se de um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID), o país tem sido confrontado com inúmeros constrangimentos e que decorrem da própria situação de insularidade, bem definida pela expressão vulgarmente aceite de *Síndrome dos Pequenos Estados Insulares* (Brito, 2001; 2004). Trata-se de economias frágeis, de pequena dimensão, vulneráveis pela dependência externa e pelo relativo isolamento, dotadas de insuficiência estrutural com deficiente utilização de recursos e certa indefinição estratégica no que respeita ao futuro.

A estrutura interna do país é reveladora da precariedade no que respeita à sustentabilidade de uma estratégia turística: a rede viária é deficitária e insuficiente, constituída por um total de 221 km, entre estradas nacionais e principais, representando 61.1% do total, e estradas secundárias, correspondendo a 38.9% (PNUD & OMT, 2001; MPF, 1998), incluindo estradas alcatroadas e pistas rurais, não pavimentadas, coincidindo com caminhos de acesso a explorações agrícolas. As principais estradas nacionais são a EN1, que liga a cidade de São Tomé ao norte, Ponta Furada, passando por Neves e Santa Catarina (48 km); a EN2, que liga a capital ao sul, Porto Alegre (71,6 km); e a EN3, que estabelece a ligação entre São Tomé e o centro da ilha, S. Nicolau, passando pela Trindade (15,4 km). Qualquer uma das estradas é de herança colonial, sendo de destacar que alguns troços têm sido objecto de reabilitação, enquanto que outros, em resultado das condições climáticas, com elevados índices de pluviosidade, têm sofrido de degradação.

Uma alternativa ao transporte rodoviário em alguns troços, vocacionados para a observação com fins turísticos, poderia ser o ferroviário, já que a ilha é dotada de extensa linha férrea que, contudo, está desactivada, e em grande parte inoperacional requerendo reabilitação, deteriorando-se dia-a-dia desde a independência. Este era um meio de locomoção e transporte de matérias primas para exportação no interior das unidades de exploração agrícola, roças.

Os transportes marítimos entre as ilhas são caracteristicamente incipientes e marcados pela irregularidade, sendo assegurados, na maioria das vezes, por pequenas embarcações

de pesca artesanal ou pequenas lanchas, utilizadas tanto para o transporte de pessoas como de mercadorias. No final de 2009, a Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPORT) passou a gerir o barco “Príncipe”, destinado a efectuar a ligação entre as ilhas de São Tomé e do Príncipe, de forma a minimizar o isolamento da segunda ilha do arquipélago, contribuindo paralelamente para a promoção turística. Contudo, as ligações regulares foram postas em causa em 2010, aquando do acidente com a embarcação numa praia à entrada de São Tomé, deixando-o temporariamente inoperacional.

Apesar dos projectos apresentados em concurso público, o país ainda não dispõe de porto de águas profundas, o que representa uma forte limitação para os barcos de cruzeiro, que são impedidos de aportar, inviabilizando as visitas dos passageiros. Esta poderia ser uma forma alternativa de promover o turismo no arquipélago, estimulando as visitas dos excursionistas de um dia. Existem experiências, se bem que pontuais porque marcadas pelas dificuldades operativas, de desembarque através de transbordo de passageiros recorrendo a pequenas embarcações, possibilitando as visitas de um dia. Estas incursões têm sido organizadas por agências de viagens locais, como por exemplo a Navetur e a Mistral, inculcando um novo dinamismo à actividade turística da ilha de São Tomé, pela possibilidade de programar e realizar excursões a zonas emblemáticas, o que requer uma conciliação de esforços pouco comum no sistema turístico santomense. Estas iniciativas exigem um acompanhamento dos grupos durante as visitas, pressupondo a capacitação de guias locais que tem sofrido de precariedade, funcionando com base no sistema da prestação de serviços em regime de *free-lancer*. No ano de 2008 havia sido concluído um curso de formação turística, resultado da acção da Cooperação Portuguesa que, contudo, não recolhia receptividade por parte dos operadores locais no que respeita à integração sócio-profissional dos técnicos recém-formados. A formação específica e direccionada para o desempenho funcional parece ser um dos problemas com os quais o arquipélago se confronta, apenas colmatado em unidades hoteleiras de grande dimensão e com alargada capacidade de acolhimento.

A oferta hoteleira, no arquipélago tem-se revelado reduzida e limitada, tendo sido particularmente estimulada pelo Grupo Pestana que concentra a exploração das principais unidades hoteleiras e que, simultaneamente, são as que oferecem maior capacidade de acolhimento. No centro da capital, o Hotel Pestana São Tomé, de 5 estrelas e o Hotel Miramar, de 4 estrelas; no ilhéu das Rolas, o Pestana Equador de 4 estrelas. Contudo, estas iniciativas são o resultado do investimento estrangeiro, traduzindo-se na criação de benefícios pontuais e pouco regulares para as comunidades residentes que percebem a mudança apenas por via da formação e da criação de postos de trabalho com aquisição de rendimento.

A análise da evolução das unidades hoteleiras de São Tomé e Príncipe resulta de forma superficial, já que não existe disponibilidade, para consulta, de uma listagem classificatória actualizada das iniciativas em curso. A única sistematização oficial existente mantém-se desactualizada, continuando a incluir unidades desactivadas e encerradas,

não constando iniciativas novas e menos ainda as alterações nas denominações. A clara classificação das unidades de alojamento, seguindo o critério aceite internacionalmente de Hotel, Pensão, Residencial e Pousada com especificação da categoria, parece estar totalmente ausente. Este aspecto, sendo uma atribuição da responsabilidade dos órgãos da tutela, requer um seguimento regular que tem ficado aquém do desejado em resultado da constante alternância dos representantes políticos, pondo em causa o bom funcionamento das instituições e a continuidade das estratégias defendidas.

De uma forma geral, pode dizer-se que o turismo em São Tomé e Príncipe se tem confrontado com problemas estruturais internos que não têm sido objecto de melhorias desde 2000 até ao presente, entre os quais:

- A alternância dos representantes dos órgãos tutelares do sector associada a uma indefinição estratégica no que respeita aos segmentos prioritários a privilegiar, às metodologias a seguir, à formação de técnicos e ao apoio ao empreendedorismo local. O sector do turismo é coordenado e fiscalizado pela Direcção de Turismo e Hotelaria, dependendo do Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, sendo-lhe reconhecidas algumas atribuições sectoriais específicas, como a aplicação regulamentar, a classificação hoteleira, a concessão de licenças de exploração, a planificação da actividade, a emissão de pareceres sobre projectos, a criação de organismos locais e regionais, a promoção turística e a representação internacional do país (Brito, 2004);
- Os limites da oferta hoteleira que, com excepção das iniciativas do Grupo Pestana, não evidenciam a aplicação de investimentos significativos na construção de novos hotéis ou no alargamento e na modernização dos existentes;
- Apesar da tendência para a diversificação, a oferta de restauração e serviços similares permanece estrangulada, não existindo mobilização para a criação de uma estrutura organizativa e promocional de enquadramento;
- Apesar das melhorias e do alargamento, com um carácter temporário, a rede viária continua reduzida e largamente insuficiente face às necessidades, não cobrindo totalmente as ilhas e resultando em dificuldades acrescidas nos acessos a algumas regiões que sofrem de isolamento, particularmente em áreas interiores e a oeste da ilha de São Tomé;
- O parque automóvel e os meios de transporte mantêm-se insuficientes, e sem renovação, representando, em alguns casos, um risco acrescido aquando das deslocações;
- As infra-estruturas portuárias são deficitárias e insuficientes, estando, em algumas situações, directamente dependentes de unidades hoteleiras, como é o caso da ligação entre Ponta Baleia na ilha de São Tomé e o Ilhéu das Rolas;
- O espaço aéreo permanece centrado num número limitado de companhias de aviação, factor que inflaciona as tarifas.

Perante o contexto sócio-económico e cultural, o sistema político tem sido, ao longo do tempo, marcado por uma irregular estabilidade governativa, evidenciando-se crises de dimensão incipiente e efeitos pontuais, que têm resultado numa alternância governativa que não chega a pôr em causa a paz e a segurança humana internas, mas transmitem, para o Mundo, uma imagem de instabilidade e incerteza que não é compatível com o turismo em contexto de lazer. As estratégias político-governativas tentadas têm sido marcadas pela incerteza da continuidade, resultando em simples ensaios, ficando a continuidade e a manutenção das práticas a aguardar novas possibilidades.

O turismo, enquanto sector estratégico que encerra oportunidades, parece ser, aos olhos externos, mais do que potencial, uma evidência com resultados garantidos. Mas não tem sido. Na verdade, e apesar das potencialidades do país, este é um sector de actividade que tem sofrido com a influência de todos os factores possíveis de serem considerados: a insularidade; a distância e o isolamento; a precária estabilidade; a incerteza na definição estratégica; o limitado investimento interno em infra-estruturas de acolhimento, de ligação e sociais; a desadequação entre a prestação de serviços e os preços praticados.

O turismo pode assumir, tal como sucede noutros países insulares e de pequena dimensão, um papel importante na dinamização da estrutura económica, captando recursos financeiros e gerando mais riqueza susceptível de ser reinvestida a favor do desenvolvimento do próprio país, ou seja, centrando-se nas pessoas. O turismo, entendido como sector estratégico para a prossecução do processo de mudança, assume um papel activo como pólo dinamizador e estruturante da economia, possibilitando a captação de recursos financeiros e, conseqüentemente, a criação de condições de vida mais adequadas face às necessidades. Além de fomentar a expansão de diversas actividades que lhe são complementares, e de viabilizar a optimização da utilização de recursos naturais locais, favorece a preservação ambiental, incluindo acções de conservação, e o reforço das identidades comunitárias que sustentam os grupos.

Desde o ano 2000 que, em São Tomé e Príncipe, o turismo tem revestido um interesse particular por parte dos representantes do Estado que, a nível global, têm assumido, com um carácter formal, um discurso de valorização do sector, definindo-o como uma das actividades mais importantes na interacção entre povos e civilizações, potenciada pelos contactos culturais (Branco, 2008; Carvalho, 2008). Jorge Bom Jesus (2008), Ministro da Educação, afirmou no discurso de abertura do *Seminário Internacional Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário*: “São Tomé e Príncipe, estas ilhas paradisíacas ancoradas no Equador, com uma História rica de miscigenação, possui todos os trunfos para se transformar num destino turístico internacional, tanto natural como cultural. No Programa do Governo, o turismo constitui um dos eixos prioritários e estruturantes do nosso desenvolvimento.”

As preocupações institucionais com o desenvolvimento do turismo aparecem referenciadas em documentos estratégicos de enquadramento, sendo definido como um instrumento promotor de mudança a vários níveis, destacando-se o económico, o sócio-cultural

e o ambiental, sendo ainda considerado como um vector de paz e segurança, pelo que considerado como uma prioridade a nível nacional.

O segmento turístico mais referenciado pelos Órgãos da Tutela, e assumido como estratégico a partir de 2000, é o ecoturismo, centrando-se a prática em actividades que viabilizam o contacto directo com a natureza, potenciando tanto os recursos florestais como costeiros e marinhos, enquadrados por áreas protegidas classificadas. Esta definição estratégica assumida pelo Estado santomense nos discursos oficiais, que se mantiveram até ao final da primeira década do século XXI, foi apoiada e reforçada por consultores internacionais, nomeadamente da Organização Mundial de Turismo (OMT), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e, mais recentemente, da Cooperação Espanhola que, desde 2008, tem apoiado a Direcção de Turismo e Hotelaria na definição de um modelo estratégico. O segmento turístico vocacionado para a prossecução de actividades em meio natural coincide com factores motivacionais definidos por tempos de lazer, nos quais a prática balnear, a contemplação de paisagens, a observação de espécies em *habitat* natural, o conhecimento, a valorização pessoal e a aventura são priorizados.

A promoção do arquipélago como destino turístico tem sido fundamentada na valorização das potencialidades ambientais e culturais, orientando a procura em função das características da oferta, reduzindo os efeitos da dependência económica face ao exterior e potenciando a preservação da identidade nacional. O arquipélago é vulgarmente identificado pelas particularidades ambientais, sendo divulgada uma imagem fundamentada na beleza e diversidade paisagística, na preservação florestal, na densidade da vegetação, nas praias desertas de areia branca, dourada e escura e nas águas cristalinas e quentes.

Do ponto de vista florestal, a referência nacional é o Parque Natural Obô, área protegida de excelência pela densidade, diversidade de vida biológica, endemismo e dificuldade extrema de acesso ao interior, representando um terço das ilhas. O Parque tem uma capacidade regenerativa própria de ecossistemas densos e impenetráveis ao Homem. A beleza e a exuberância de São Tomé e Príncipe facilmente surpreendem qualquer viajante ao deparar-se com uma vegetação original e única no mundo.

No contexto do Parque Natural Obô, o programa da União Europeia, ECOFAC (*Écosystèmes Forestiers d'Afrique Centrale*), tem tido um papel de relevo, em particular no que respeita à formação de ecoguias, assistência à gestão e apoio às unidades institucionais que tutelam a área ambiental. Contudo, ao longo do tempo, o contributo do programa tem sofrido variações em função das fases, encontrando-se na fase quatro, menos vocacionada para o ecoturismo e mais direccionada para a gestão de recursos ambientais e de espaços públicos. Em parte decorrendo da intervenção anterior da ECOFAC, foi criada uma Associação local com dupla vocação: conservacionista e de turismo de natureza. Os seus promotores participaram anteriormente em acções e programas prosseguidos pela ECOFAC, tendo-se autonomizado com o objectivo de contribuir para a preservação do Parque Natural, apoiando os visitantes que procuram contactar com o ambiente santomense e, paralelamente, conhecer através da observação (cf. II, 1.).

A Associação Monte Pico passou a promover e a dinamizar visitas ao Jardim Botânico, na entrada do Parque Natural Obô, onde o visitante contacta com a flora do arquipélago, devidamente catalogada com indicação dos nomes comuns e científicos, viabilizando ainda outras visitas através de trilhos e percursos ecoturísticos no interior do Parque Obô, tais como a caminhada a Lagoa Amélia, a subida ao Pico de São Tomé ou a ligação de Bombaim a São João. A valorização dos recursos ambientais é inerente à actividade da Associação Monte Pico que a complementa com a divulgação cultural tradicional mais ancestral no que respeita, por exemplo, ao uso de plantas com propriedades medicinais. Contudo, uma das actividades mais privilegiadas é o *birdwatching*, actividade ecoturística em crescimento a nível mundial e que reveste particular interesse em São Tomé, devido ao elevado número de espécies de aves com interesse pelo traço de endemismo. Além do Parque Natural Obô, existem ainda as Zonas Ecológicas de Malanza e Praia das Conchas, marcadamente diferenciadas do Parque Natural no que respeita às características da paisagem, sendo a primeira caracterizada por ecossistemas de mangal e a segunda por vegetação arbustiva do tipo de savana.

Na Zona Ecológica de Malanza foi criada uma actividade ecoturística de observação do ecossistema de mangal, dotado de plantas tintureiras, e da diversidade biológica, o *Mangrove Tour*, permitindo estabelecer ligação com o *Jalé Ecolodge*, localizado na proximidade geográfica, considerado como o *ex-libris* ecoturístico da conservação de tartaruga marinha do arquipélago. O *Mangrove Tour* consiste numa iniciativa criada em parceria pela Organização Não Governamental *Mar, Ambiente e Pesca Artesanal* (MARAPA) com a comunidade piscatória de Malanza, uma das regiões mais carenciadas da ilha, facilitando ao viajante a subida do rio em canoa tradicional com remador. As praias são de extensão variável, rodeiam parte das ilhas e a paisagem é caracteristicamente tropical, sendo enquadrada por coqueirais ou formações rochosas de origem vulcânica, tendencialmente desertas ou pouco procuradas. Apesar de não ser um destino potencialmente heliotrópico, no sentido da exploração da imagem a partir do conceito “sol e praia”, as zonas balneares e costeiras são propícias ao desenvolvimento de actividades de observação dos fundos marinhos e de contacto com a natureza como o mergulho e o *snorkeling*. Neste contexto, a ilha de São Tomé é dotada de quatro grandes regiões que encerram potencialidade turística balnear (PNUD & OMT, 2001; Brito, 2004):

A região Norte da Ilha de São Tomé, desde a Praia da Juventude a Neves, incluindo as Praias dos Tamarinos, Conchas e Lagoa Azul. Dada a proximidade da capital, o tempo de deslocação é reduzido, permitindo desfrutar de um meio natural envolvente e preservado e da qualidade da água, sendo a única região do país dotada de vegetação do tipo savana arbustiva.






















As praias do Este de São Tomé, entre a cidade e São João dos Angolares, incluindo as Praias das Sete Ondas e Micondó, reconhecidas pelas particularidades da configuração e pelo enquadramento com vegetação do tipo coqueiral. Esta é a região de toda a ilha onde se encontram praias de areia branca, preta e dourada.

As praias do Sul de São Tomé, incluindo as Praias Piscina, Jalé e Xixi, apesar de serem as mais distantes, são valorizadas pela qualidade da areia e da água e pela exuberância da vegetação, sendo particularmente ricas do ponto de vista da fauna. Nesta zona existe ainda a possibilidade de aceder ao Ilhéu das Rolas, em processo de desenvolvimento turístico.

A zona do Ilhéu das Rolas, com acesso a partir de Ponta Baleia, no sul de São Tomé, dotada de alojamento turístico gerido pelo Grupo Pestana, à data do levantamento dos dados para a investigação, beneficia da localização geográfica por coincidir com a linha do Equador, sendo dotada de praias privativas e de um ambiente preservado.

De acordo com a representação do Quadro 14, a maioria das praias consideradas apresenta potencialidade para a prática balnear e de actividades relacionadas com a observação do fundo marinho. As duas praias que colocam mais reservas são as que recebem maior ondulação, nomeadamente as Sete Ondas e a Jalé, sendo possível desenvolver outras actividades, tais como a observação de espécies em ecossistemas complementares e não marinhos, nomeadamente costeiro e fluvial de mangal. Estas são zonas privilegiadas para a observação de tartaruga marinha, em época de nidificação, desova e lançamento de filhotes para o mar, após a eclosão dos ovos; cetáceos, como baleias e golfinhos; macaco e aves.

Quadro 14 - Identificação da potencialidade turística heliotrópica por região em São Tomé

	Norte		Este		Sul		Rolas
	Conchas	Tamarinos	7 Ondas	Micondó	Piscina	Jalé	
T. Balnear Média gama							
T. Balnear Alta gama							
T. Temático, pesca e mergulho							

Fonte: Adaptado e revisto com actualização, Brito (2004)

No que respeita à conservação de tartaruga marinha, São Tomé e Príncipe reúne duas experiências que funcionam de forma complementar e em paralelo, tendo sido

dinamizadas pela ONG MARAPA: por um lado, o *Jalé Ecolodge*, localizado no sul da ilha de São Tomé, na praia Jalé, é dotado de infra-estruturas de acolhimento, permitindo pernoitar, facilitando a prestação de serviços de restauração pela comunidade e de segurança. Uma das actividades potenciadas é a observação de postura de ovos de tartaruga marinha e a nidificação em centros de incubação artificial.; no norte da ilha, o *Eco-Museu Tatô*, um museu criado no seio da comunidade de Morro Peixe vocacionado para a sensibilização comunitária e turística no que respeita ao processo de conservação de tartaruga marinha, dispondo ainda de centro de incubação artificial e de vigilância das praias. Em qualquer um destes casos, o envolvimento da comunidade parece ser estratégico, potenciando a reconversão profissional e a identificação de alternativas sócio-profissionais de aquisição de rendimento (cf. II, 1.).

No que respeita ao alojamento, foi elaborada, pela OMT e pelo PNUD, uma análise prospectiva em cenários que abria a possibilidade de praticamente todas as praias serem adaptáveis à construção de projectos de média gama, ou alta. De forma a minimizar os efeitos da depreciação da costa, a leitura crítica da informação leva-nos a repensar os procedimentos tendo em conta os impactos, pelo que a nossa interpretação recai num centramento de iniciativas com alojamento em zonas previamente identificadas com critério rigoroso, em vez de estendidas por toda a zona costeira.

Além das potencialidades balneares, São Tomé e Príncipe reúne um conjunto de factores favoráveis para a prática de actividades em contexto florestal e/ou rural, adquirindo características de destino alternativo e responsável (Brito, 2004; Alarcão, 2005). O país é dotado de especificidades ambientais favoráveis à realização de actividades de contacto com a natureza, tais como as caminhadas, ou *trekking*, vocacionadas para a observação, ou *watching*, de espécies animais em *habitat* natural e de flora, incluindo endémicas e árvores centenárias. Esta prática enquadra-se na categoria do turismo de *randonné* (Brito, 2004), fundamentada na realização de actividades de contacto com a natureza em trilhos, percursos e passeios pedestres nos quais é estimulada a inter-relação entre o indivíduo e a natureza. Toda a área florestal é dominada por elevações de origem vulcânica, havendo zonas de floresta primária (PNUD & OMT, 2001), onde abundam os cursos de água sob a forma de rios, ribeiros e cascatas favorecendo a densidade e a diversidade de flora. O país é rico em plantas tropicais e em espécies de fauna, destacando-se neste caso as aves, já que das 60 espécies ornitológicas existentes, 25 são endémicas.

Ainda, e de forma paralela, o país é dotado de estruturas patrimoniais e arquitectónicas centradas nas roças, as antigas unidades de exploração agrícola, tendo algumas sido objecto de reabilitação para fins turísticos, estando concretamente vocacionadas para o acolhimento de visitantes. Tal como sucede em muitas iniciativas, em São Tomé e Príncipe, ao longo do tempo, o turismo em espaço de roça foi alternando entre a promoção envolvida e empreendedora dos promotores e o abandono. Apesar de existirem projectos planeados, existem principalmente três iniciativas referenciadas: a Roça de São João, a sudeste; a Roça de Bombaim, no centro da ilha; e a Roça de Monte Forte, a noroeste. A análise

da evolução do turismo em espaço rural, no contexto da roça, demonstra que a única unidade que tem beneficiado de continuidade e de relativa constância é a Roça de São João (cf. II, 1.), já que as restantes sofrem de carência de investimento para modernização, de definição estratégica e de precariedade na gestão.

A valorização ambiental das iniciativas em espaço rural parece ser evidente já que o sucesso destes projectos agro-turísticos, em parte, depende das condições de preservação da envolvente natural. Contudo, a manutenção ambiental e a conservação de espécies não tem sido promovida de forma espontânea, directa e imediata, sendo muitas vezes entendida como um recurso de *marketing* destinado apenas a servir a captação de novos visitantes.

No caso da Roça de São João, enquanto empreendimento assente em estruturas ecológicas, a actividade turística consiste numa prática em que o primado é atribuído aos resultados económicos, conciliando os objectivos da sustentabilidade ecológica e do apoio social. O discurso dos promotores deste projecto encerra mensagens económicas simpatizantes e favoráveis ao lucro, já que a iniciativa é o resultado do empreendedorismo privado, do esforço e da dedicação pessoal. Paralelamente, são ainda manifestadas preocupações com a qualidade ambiental, particularmente exteriorizadas através do projecto *RoçaMundo Ecologic Park*, uma tentativa de criação de um Parque Natural de exploração privada que procura conciliar a promoção de diferentes actividades, sendo: umas promotoras de bem-estar social de grupos minoritários ou desfavorecidos, tais como mães solteiras; outras de conservação da Natureza; e outras ainda tendentes à sustentabilidade económica a partir da rentabilização das visitas e de uma gestão controlada.

Estes projectos, sendo caracteristicamente integrados, porque complementares, marcam pela diferença na atitude dos empreendedores, ou promotores, e nos resultados alcançados. A participação social e de base comunitária parece ser uma das marcas de referência deste Projecto, estimulada por um critério metodológico de envolvimento de grupos pré-identificados como grupos alvo que, pelas carências ou características dominantes, são susceptíveis de criar sinergias com os promotores e/ou com os objectivos da iniciativa. Contudo, esta metodologia de actuação é mais programada do que à partida pode parecer e menos o resultado de espontaneidade dos intervenientes, tanto no que respeita à prossecução das actividades sócio-económicas, como na valorização da natureza e na sua preservação.

A promoção cultural é um dos elementos fortes do turismo em espaço rural. Por um lado, porque os projectos turísticos são implementados e desenvolvidos em contexto comunitário, ou seja, no enquadramento envolvente da vida quotidiana das populações residentes. Neste contexto, o turista compreende como se vive na roça, toma contacto consciente com as rotinas, sente os cheiros, ouve os sons e, durante a estadia, sente-se parte integrante de uma forma de vida diferente da que tem no seu local de origem. Por outro lado, os visitantes contactam com a produção local tradicional, seja agrícola, pecuária, de artes ou de ofícios.

Na Roça de São João, a valorização do trabalho manual está implícita a todas as actividades desenvolvidas, já que um dos promotores tem ligações a ofícios artesanais e às artes plásticas, considerando-se ele próprio um criador que reinventa formas de vida, fazendo emergir novas alternativas. Esta vertente associada ao turismo surge, para o visitante, como uma evidência natural e genuína, marcada pela ancestralidade, como se fosse parte intrínseca do contexto. Uma vez mais, é o resultado de um trabalho assertivo de programação, planeamento e estudo que resulta positivamente em favor do sucesso do Projecto, possibilitando a emergência de novas iniciativas que se vão encadeando e relacionam com a principal.

Sendo considerados necessários por todos os interlocutores contactados, entrevistados ou inquiridos, desde os representantes do Estado até aos membros da comunidade, passando por promotores e operadores turísticos, o planeamento e a programação do desenvolvimento do turismo têm sofrido de irregularidade e incerteza. Das entrevistas realizadas, bem como da informação recolhida através da aplicação dos inquéritos por questionário, alguns factores são referenciados em comum:

- Em São Tomé e Príncipe, o turismo é um sector considerado como potencial e importante para a dinamização do país do ponto de vista económico, sócio-cultural e ambiental;
- As potencialidades turísticas do arquipélago são duplas, naturais e culturais, sendo as primeiras particularmente mais evidentes;
- O desenvolvimento da actividade turística representa expectativa de aquisição de benefícios acrescidos, podendo ser gerador de impactos indesejáveis que devem ser controlados e regulados;
- A valorização do turismo tem sido aproveitada pela iniciativa privada estrangeira sem que os benefícios revertam de forma sistemática e regular a favor da população local;
- As comunidades locais beneficiam prioritariamente quando os projectos são promovidos em parceria, estando a maioria numa fase embrionária ou a viver situação de precariedade económico-financeira;
- Apesar das intenções manifestadas publicamente pelos órgãos da tutela, regista-se alguma precariedade na continuidade dos apoios aos empreendedores turísticos locais, pondo em causa a permanência no sector.

Apesar dos factores potenciais identificados, e da importância atribuída e reconhecida a partir de 2000, o turismo tem-se mantido como um sector económico marginal, tendo, a nível nacional, um desempenho frágil. Os factores constrangedores têm contribuído para perpetuar essa fragilidade, nomeadamente no que respeita à disponibilidade de infra-estruturas de apoio, ligação e acolhimento. Face às potencialidades naturais e culturais, e tendo em conta os factores limitativos, os segmentos prioritários contemplam actividades de contacto directo com a natureza, nomeadamente de observação e contemplação de espécies de fauna e de flora, integrando o contacto com as comunidades locais

e as suas culturas.

II PARTE

Os impactos do Turismo no Desenvolvimento Comunitário

I. As ONGs e o Turismo: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, duas realidades

Brígida Rocha Brito e Bastien Loloum

I.1. ONGs e Turismo em Cabo Verde

O turismo em Cabo Verde tem sido, ao longo do tempo, fortemente promovido pela iniciativa privada, em resultado do forte incentivo ao investimento estrangeiro que o Estado tem vindo a desenvolver. Pelas características inerentes, o empresariado, nacional e estrangeiro, é motivado pela possibilidade de rentabilizar recursos investidos, multiplicando-os, pelo que se caracteriza por uma capacidade de dinamismo económico dificilmente igualável. Contudo, visto que a iniciativa privada se centra maioritariamente em objectivos económicos, muitas vezes, esquecendo, ou minimizando as preocupações de carácter social, outros actores da sociedade civil têm vindo a emergir no circuito sócio-económico e o turismo não ficou ausente do processo.

Apesar de manter um segmento balnear importante, o turismo cabo-verdiano tem sido alvo de revitalização com alargamento dos segmentos procurados, começando a perceber-se que outros nichos de mercado adquirem importância: o turismo de observação; o ecoturismo; e o turismo solidário. Neste contexto, variando em função das ilhas e das principais potencialidades locais, os actores envolvidos na promoção turística e na gestão de iniciativas têm-se vindo a diversificar. Por um lado, as direcções dos Parques Naturais procuram promover actividades turísticas no interior das áreas protegidas, com a preocupação de valorizar e divulgar os recursos naturais locais, preservando os espaços e conservando espécies, particularmente as que têm estatuto de ameaçadas. Por outro lado, as organizações da sociedade civil, através das Organizações Não Governamentais (ONG), começam a desempenhar um papel importante pela capacidade de captação de recursos e pela elaboração de projectos integrados de valorização ambiental e de promoção da redução da pobreza.

A análise do conjunto dos dados estatísticos recolhidos no decorrer das missões da equipa de investigadores a Cabo Verde permite afirmar que as principais formas de envolvimento nos projectos turísticos estudados (Quadro 15) são a colaboração directa (16,8%), o empreendedorismo com gestão das unidades (14,1%), o associativismo (13,2%) e a participação em acções de formação (9,1%), sendo de registar um elevado número de não respostas (23,2% do total).

Quadro 15 – Forma de envolvimento nos Projectos em Cabo Verde, em %

Colaboração directa	16,8%
Aluguer de quartos	6,4%
Formação	9,1%
Envolvimento em iniciativas pontuais	2,3%
Contacto com os turistas	3,6%
Empreendedorismo	14,1%
Educação ambiental	5,5%
Intercâmbio cultural	0,9%
Associativismo	13,2%
Sentimento de satisfação	5,0%
NS/ NR	23,2%

De uma forma geral, e em média, a avaliação dos impactos globais promovidos pela actividade turística é positiva (89,3%). A análise dos projectos cabo-verdianos centra-se principalmente em duas iniciativas: uma na ilha do Fogo, o Projecto de “Turismo Sustentável na ilha do Fogo”; outra na ilha de Santo Antão, o Projecto “Turismo Solidário e Desenvolvimento”.

No caso das Áreas Protegidas, o estudo centrou-se no *Parque Natural do Fogo* que tem vindo a promover o Projecto “Turismo Sustentável na ilha do Fogo”. A paisagem da ilha é dominada pelo vulcão, ainda em actividade, o Pico do Fogo, cuja cratera tem 9 km de largura e uma bordeira de 1 km de altura. O cone central do Pico (2.829 km) é um dos pontos turísticos que encerra maior interesse, visto ter entrado em erupção em 1995, gerando alguma curiosidade ao turista estrangeiro que o procura visitar e sentir as vibrações da terra. A observação da lava resultante da última erupção e da vinha característica desta ilha representam potencialidades turísticas de grande interesse. A Direcção do Parque tem vindo a incentivar a possibilidade de realização de actividades de contacto com a natureza, nomeadamente de caminhadas e escaladas, incentivando a prática de *trekking* complementada por observação de espécies e contemplação paisagística.

O Projecto resultou de uma parceria com o *Instituto de Apoio ao Desenvolvimento* (IPAD), entidades portuguesas da cooperação descentralizada do Estado, Associações Locais e outras organizações da sociedade civil. Os objectivos iniciais do Projecto foram a promoção do desenvolvimento local, contribuindo para a redução da pobreza sentida pelas comunidades locais, recorrendo à prática do turismo sustentável, em particular nos segmentos cultural e de natureza. Por requererem o envolvimento e a participação das populações residentes na envolvimento do Parque, as actividades promovidas foram concebidas como geradoras de rendimento, contribuindo assim para o desenvolvimento local. Os objectivos específicos definidos foram diversificados, permitindo compreender a

abrangência do Projecto. Assim:

1. a identificação e a concepção de novos produtos turísticos atractivos, que complementassem a promoção dos traços cultural tradicionais com a biodiversidade;
2. a melhoria da formação de pessoas envolvidas na área do turismo através da criação e da prossecução de programas temáticos de capacitação;
3. o incentivo ao associativismo;
4. a promoção da oferta de turismo sustentável no Fogo a partir de pontos estratégicos em Cabo Verde e em Portugal;
5. o desenvolvimento de experiências, consideradas como boas práticas, nacionais e internacionais, como metodologia de multiplicação dos benefícios.

Para a prossecução das actividades do Projecto, foram produzidos materiais de divulgação que apresentavam os objectivos do Projecto e as áreas de actuação, caracteristicamente conservacionista e solidária. O turismo enquadrado pelo Parque Natural tem, assim, sido estimulado a partir de uma dupla preocupação, natural e cultural. Face aos objectivos do Projecto, mas condicionados pelos recursos disponíveis e pelas características locais de enquadramento, não foi possível criar alojamentos próprios que possibilitassem o acolhimento dos visitantes. Assim, a Direcção do Parque passou a organizar actividades de observação e de visita às diferentes áreas, estimulando o acolhimento dos turistas em casas particulares, de forma a contribuir para a aquisição de rendimento por parte das famílias. Era esperado que, esta opção viabilizasse a melhoria das condições de vida dos grupos locais, ancestralmente a viver em situação de precariedade sócio-económica, pela dificuldade de encontrar novas formas de aquisição de rendimento. Por outro lado, representaria uma forma de estimular o contacto entre os visitantes e as populações locais, valorizando a cultura cabo-verdiana e as práticas quotidianas, mas também abrindo novos horizontes para as comunidades. Por fim, permitiria aos turistas uma experiência única que resultaria no enriquecimento pessoal e na aprendizagem por contacto directo com formas de vida diferentes.

O Projecto estimulou o associativismo, reforçando a intervenção das Associações Locais de Desenvolvimento, prestando acompanhamento e assessoria, viabilizando acções de formação temáticas e apoiando a comercialização de produtos locais ao turista. Neste sentido, foi estimulada a participação de todos os intervenientes locais (77,8% dos inquiridos), mas também dos parceiros estrangeiros, havendo a realização de reuniões temáticas e técnicas.

O Projecto sofreu de alguns problemas, não relacionados com a forma de gestão ou com a intervenção participativa, mas que resultaram negativamente provocando algumas disfunções sociais. O alojamento em casas particulares foi projectado tendo como preocupação de fundo os benefícios a gerar para a comunidade, não tendo sido equacionada a possibilidade de emergirem impactos negativos. Por um lado, as comunidades nem sempre se revelaram aptas a acolher turistas, o que implicou a criação e a adaptação de condições de alojamento; por outro lado, os visitantes, nacionais e estrangeiros, nem

sempre revelaram capacidade de interacção positiva e construtiva, gerando efeitos indesejáveis, relacionados com o abuso e a intrusão em espaço privado.

Apesar dos efeitos não desejáveis, de uma forma geral, a Direcção do Parque avalia o impacto como positivo, pela possibilidade de gerar benefícios directos e indirectos para as populações locais, dinamizando actividades sócio-económicas complementares. Assim, foram criados novos empregos, definidas funções, prosseguida a reconversão profissional de algumas actividades em declínio e incrementada a formação funcional. As visitas ao Parque foram incrementadas e também prolongadas no tempo, o que evidencia uma receptividade por parte da procura turística.

A análise dos questionários permite também definir o Projecto como gerador de impactos positivos, globalmente considerados como mais relevantes (96,4%) do que os negativos.

Quadro 16 – Impactos positivos do Turismo no Parque Natural do Fogo, em %

Emprego e novas oportunidades	51,1%
Relacionamento com os turistas e outras culturas	2,7%
Valorização cultural	7,1%
Melhoria de equipamentos ligados ao turismo	7,1%
Envio de materiais	3,8%
Preservação ambiental	9,2%
Novos produtos turísticos e conservação do património	0,5%
Acesso a informação e conhecimento	10,9%
Benefícios para todos/ Apoios em geral	4,3%
NS/ NR	3,3%

De uma forma geral (Quadro 16), os inquiridos valorizam o emprego e as novas oportunidades criadas (51,1%), o acesso a informação e a conhecimentos adequados ao desempenho funcional (10,9%), a possibilidade de promover acções de preservação ambiental (9,2%), a valorização e a divulgação dos elementos da cultura cabo-verdiana (7,1%).

Quadro 17 – Impactos negativos do Turismo no Parque Natural do Fogo, em %

Novos e maus hábitos sociais	0,7%
Acumulação de lixo	2,9%
Abandono de actividades tradicionais	4,3%
Falta de comunicação e envolvimento da população	0,7%
Exploração pelos turistas e Imposição de valores externos	0,0%
Aumento dos preços/ especulação	1,4%

Trabalho infantil	1,4%
Perturbação de ecossistemas	0,0%
Nada	84,3%
NS/ NR	4,3%

É curioso referir que, 84,3% dos inquiridos indica não existirem impactos negativos promovidos pelo Projecto (Quadro 17), e dos que referem algum efeito indesejável, o maior número de respostas centra-se no abandono de actividades tradicionais, na acumulação de lixo, no aumento de preços e na recorrência a trabalho infantil, nos maus hábitos criados e no reduzido envolvimento comunitário. Contudo, estes itens acolhem um número pouco significativo de respostas, variando entre 1 e 6.

Assim, a população considera que o Projecto beneficiou as famílias através da criação de emprego (83,3%), da melhoria das condições de trabalho (73,3%), da dinamização das actividades produtivas locais (63,8%), do incremento do rendimento familiar (57,1%) e, de uma forma global, por contribuiu para a redução da situação de pobreza em que as famílias vivem (75,2%).

Da mesma forma, o Projecto contribuiu para o reforço dos laços solidários entre as comunidades (79%) e para a integração de grupos vulneráveis, entre os quais, os jovens (83,5%) e as mulheres (53,2%), sendo ainda conotado com um forte apoio social (92,8%). Do ponto de vista cultural, as actividades do Projecto contribuíram para a valorização das actividades tradicionais (67,3%), para a dinamização das actividades culturais e artísticas (60,2%) e para a reabilitação do património (50%).

Um outro projecto estudado respeita a uma ONG, *Atelier Mar*, que tem vindo a promover o Projecto “Turismo Solidário e Desenvolvimento”, referenciado na localidade de Lajedos em Santo Antão.

De uma forma genérica, a ONG procura desenvolver actividades de divulgação e valorização da cultura cabo-verdiana através da animação cultural, estimulando a criação de alternativas sócio-profissionais com criação de emprego e valorização pessoal, recorrendo a metodologias de intervenção participativa. A *Atelier Mar* enquadra um *Centro de Animação Cultural*, no qual são promovidos programas formativos em áreas diversas, com prioridade para as artes. Paralelamente, tem desencadeado acções tendentes à transformação de produtos agrícolas, nomeadamente no que respeita à cozinha criativa, área de intervenção que reveste forte potencial turístico.

No contexto da insularidade, marcado pela distância em relação à capital, foi criado pela ONG um projecto turístico denominado “Turismo Solidário de Lajedos”, inicialmente a partir de uma ideia intuitiva, resultando de uma parceria com outra ONG portuguesa, o *Instituto Marquês de Valle Flôr*, procurando alcançar o desenvolvimento social, fundamentado num princípio proactivo de participação comunitária. Foi desenvolvido o conceito de “turismo solidário com base comunitária”, fundamentado tanto nos princípios

da economia solidária como da sustentabilidade.

No âmbito do Projecto, foram privilegiados grupos caracteristicamente desfavorecidos, entre os quais os jovens desempregados e as mulheres, em particular representantes de famílias monoparentais, com rendimento irregular. Com o objectivo da capacitação dos grupos-alvo, as actividades promovidas centraram-se em acções de formação em áreas potencialmente vocacionadas para o desenvolvimento do turismo: restauração; atendimento e línguas estrangeiras; limpeza e arrumação de quartos e áreas comuns. Paralelamente, e para apoiar no acolhimento dos visitantes, foram seleccionadas e preparadas habitações familiares. O objectivo último é, através da promoção turística, alcançar a sustentabilidade sócio-económica e cultural das famílias, estimulando a educação, a formação, a produção regular e a melhoria das condições de bem-estar. De forma a articular acções, têm sido planificados alguns produtos turísticos, entre os quais o sítio museológico de Lajedos, uma esplanada comunitária, uma feira de produtos locais, a definição de percursos turísticos e actividades a desenvolver pelo visitante e que deverão ser comercializados de forma estruturada.

Esta iniciativa é considerada pelos promotores como um projecto piloto, inovador a nível regional, por valorizar as potencialidades locais, tanto naturais como culturais, com uma perspectiva de desenvolvimento integrado e integrador de múltiplas actividades habitualmente consideradas como sectoriais.

Quadro 18 – Impactos positivos do Turismo no Projecto de Turismo Solidário, em %

Emprego e novas oportunidades	45,7%
Relacionamento com os turistas e outras culturas	10,6%
Valorização cultural	22,3%
Melhoria de equipamentos ligados ao turismo	2,1%
Envio de materiais	0,0%
Preservação ambiental	0,0%
Novos produtos turísticos e conservação do património	3,2%
Acesso a informação e conhecimento	9,6%
Benefícios para todos/ Apoios em geral	1,1%
NS/ NR	5,3%

De uma forma geral, a avaliação dos impactos do Projecto de Turismo Solidário de Lajedos é positiva (98,6%). Os aspectos referenciados como mais positivos (Quadro 18) foram o emprego e a criação de novas oportunidades (45,7%), a valorização cultural (22,3%), a possibilidade de relacionamento entre os turistas e os visitantes, abrindo mentalidades (10,8%) e o maior acesso a informação e a fontes de conhecimento (9,6%).

No que respeita aos impactos negativos, a análise dos dados é absolutamente

conclusiva, já que 93% dos inquiridos indicam não existirem. Dos que indicam (N=8), 4,2% referem a falta de comunicação e 1,4% o trabalho infantil.

Os aspectos referidos como benéficos para as famílias foram a criação de emprego (91,4%), a dinamização das actividades produtivas locais (84,8%), a educação e a formação (75,6%), a modernização de infra-estruturas, claramente relacionada com a reabilitação dos alojamentos (66,7%) e o incremento no rendimento familiar (60,5%). O Projecto contribuiu para a redução da situação de pobreza em que as famílias viviam (69,6%) e, paralelamente, para o reforço dos laços de solidariedade no seio da comunidade (88,6%), para a integração de jovens (74,2%) e de mulheres (72,6%). Do ponto de vista cultural, o Projecto tem contribuído para o reforço do diálogo intercultural (100%), para a reabilitação do património construído (87,5%), para a valorização das tradições locais (79,5%), e para a dinamização de actividades culturais e reforço identitário (75%).

Considerando os dois projectos analisados em Cabo Verde, pode considerar-se que, apesar das diferenças promocionais e dos impactos menos desejáveis que podem ser identificados, as organizações da sociedade civil, ou que as promovem, procuram encontrar meios de beneficiar as populações locais através do turismo, manifestando preocupação com a preservação ambiental que sustenta a actividade turística.

1.2. Iniciativas e resultados obtidos em prol do desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe

A implicação das Organizações Não Governamentais (ONGs) no desenvolvimento do turismo num determinado destino não é uma situação nova. Desde os anos noventa que estas organizações têm participado activamente nas discussões sobre o sector, em particular as ONGs ambientalistas, por muitos consideradas os guardiães da sustentabilidade nos *habitats* alvo das actividades turísticas. Em 1995, a Conferência de Lanzarote sobre Turismo Sustentável já incentivava os actores institucionais e de planificação do turismo a criar parcerias com ONGs, na perspectiva de um desenvolvimento mais sustentável para o sector. Em 2002, o ano do ecoturismo culminou com a *Declaração do Quebec* que dedicou um capítulo inteiro das suas recomendações às Organizações Não Governamentais. Portanto, desde o início dos debates as ONGs estiveram sempre presentes, e o turismo sustentável, nas suas variadas formas e configurações, ficou intimamente ligado às actividades de conservação para o desenvolvimento.

Nos *Acordos de Mohonk*, em 2000, sobre a certificação do turismo sustentável, considerou-se que não se podia falar de sustentabilidade do turismo sem a participação efectiva da sociedade civil, nomeadamente das ONGs, no processo de elaboração e até de operação dos projectos em questão. Em alguns casos, as ONGs não se limitam a dar o seu parecer sobre as políticas de turismo, operando directamente serviços turísticos sob a forma “sem fins lucrativos”, utilizando o sector como uma verdadeira ferramenta de viabilização financeira dos projectos de conservação. São inúmeros os casos em todas as partes do mundo de serviços turísticos oferecidos e operados, integral ou parcialmente,

por ONGs de todo tipo, muitas vezes associados a projectos educativos, de conservação, de desenvolvimento local, entre outros.

Na África Central, a partir dos anos 1990, várias ONGs internacionais tentaram a experiência. Um seminário internacional organizado pelo RAPAC (*Réseau des Aires Protégées d'Afrique Centrale*), em 2007 em Kriby, nos Camarões, sobre as iniciativas de turismo responsável na bacia do Congo permitiu fazer um balanço bastante completo das iniciativas existentes em contexto de Áreas Protegidas, hoje consideradas como os atractivos principais nos destinos da sub-região. Este encontro destacou grandes diferenças de metodologia entre os projectos, bem como nos resultados obtidos, quer seja na configuração de uma gestão integral, quer seja em parceria com instituições ou operadores privados. Mas também destacou grandes limitações destas actividades face aos custos desafiantes da conservação nas áreas protegidas da região.

Em São Tomé e Príncipe, há alguns anos que se fala em turismo sustentável como uma via estratégica para o desenvolvimento económico do *país-arquipélago*. Com um rico património natural e cultural, invejado pelos outros destinos da sub-região, as ilhas do Equador já foram consideradas as “Galápagos africanas” dado ao enorme potencial para o desenvolvimento de um turismo de pequena escala, sustentável e responsável, baseado na contemplação da biodiversidade única das ilhas, das paisagens e praias deslumbrantes, ao contacto com um povo ameno, pacífico, e adepto do famoso *Leve-Leve* que, por si só, já é um atractivo.

Nesta análise, que não pretende fazer o diagnóstico exaustivo da situação actual do turismo no país, queremos debater sobre as modalidades através das quais as ONGs santomenses contribuem para a criação das condições necessárias para um desenvolvimento sustentável do turismo nestas ilhas. Através do exemplo das ONGs que mais têm mostrado dedicação e empenho nesta área temática no país, nomeadamente a Associação RoçaMundo, a Natcultura, a MARAPA (Mar Ambiente e Pesca Artesanal), e a Associação Monte Pico, faremos um pequeno histórico do envolvimento destas respectivas entidades no sector. Em seguida, à luz das recomendações mais divulgadas nos documentos de referência em São Tomé e no Mundo, tentaremos caracterizar as modalidades de intervenção prosseguidas pelas ONGs nacionais, e os resultados por elas obtidos.

1.2.1. Pequeno histórico do envolvimento das ONGs santomenses no sector turístico

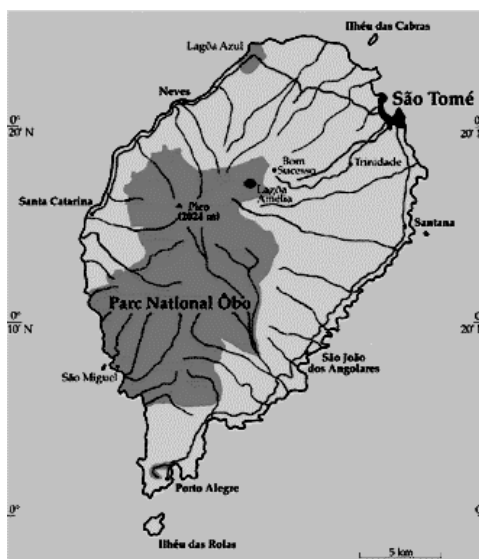
A implicação das ONGs nacionais no sector turístico fez-se por fases, desde meados dos anos 1990, com o impulso da cooperação internacional. Distinguimos duas épocas na integração das ONGs nacionais no desenvolvimento do sector: por um lado, a herança do programa ECOFAC (*Écosystèmes Forestiers d'Afrique Centrale*); por outro, as iniciativas

mais recentes.

O programa ECOFAC, financiado desde 1992 pela União Europeia em vários países da sub-região, foi um grande catalisador de iniciativas a favor do desenvolvimento turístico. Em São Tomé, embora concedesse apoio oficial às autoridades nacionais, a ECOFAC funcionava como uma verdadeira agência de desenvolvimento, especializada na constituição e gestão de áreas protegidas no país, com uma grande autonomia em termos operacionais e financeiros. Esta forma de proceder foi tão evidente que, em muitas ocasiões, foi denominada de “ONG ambientalista” pelos observadores externos.

Nos anos 1990, o Programa ECOFAC apoiou inúmeras missões de investigação científica sobre o património natural das ilhas, cujas publicações constituíram a matéria prima do turismo de observação nas ilhas. Além dos artigos científicos, o programa publicou guias para visitas generalistas e outros especializados, tais como o *Guia dos Pássaros* e o *Guia das Orquídeas* do arquipélago. No final dos anos 1990, o programa já tinha identificado os contornos do futuro Parque Natural Obô e resolveu operar os primeiros passeios turísticos nos caminhos abertos, até à data, pelos cientistas¹⁴.

Mapa 3 – Identificação da mancha florestal do parque Natural Obô na ilha de São Tomé



Fonte: <http://atlas.saotomeprincipe.eu/sao-tome-karte.gif>

Formaram-se então guias turísticos enquadrados pelo programa, com o objectivo de acompanhar os visitantes até pontos emblemáticos, tais como a Lagoa Amélia, o Pico de São Tomé e outros destinos do Parque com interesse. Na altura, criou-se uma associação

¹⁴ www.ecofac.org/Ecotourisme/_Download/OboEN.pdf

ad-hoc, denominada Associação Monte Pico¹⁵, cujos rendimentos e despesas eram geridos inteiramente pelo Programa ECOFAC. Tendo chegado ao termo da fase 3 de financiamento do programa, em 2004, e não tendo conseguido legalizar os estatutos, os membros dispersaram-se e a Associação Monte Pico foi desactivada até 2006.

Em paralelo, em 1997, o Programa ECOFAC lançou o *Projecto Tatô*, primeiro programa de protecção das tartarugas marinhas em São Tomé e Príncipe, abrindo o caminho para o turismo de observação destas espécies no país. Um serviço de visita às praias protegidas e de observação da libertação dos filhotes de tartarugas foi implementado, junto a um sistema de gestão de doações e de “apadrinhamento” das tartarugas marcadas. Nesta altura, da mesma forma que geria as receitas dos passeios no Parque Natural, o Programa ECOFAC fazia a gestão da totalidade das reservas, receitas e despesas que as actividades de observação das tartarugas implicavam, alimentando um *Fundo-Receita* utilizado para cobrir algumas despesas de funcionamento do Programa. Em 2000, iniciou-se a construção de um pequeno acampamento ecoturístico na Praia Jalé, no extremo sul do país. Paralelamente, realizaram-se algumas formações em gestão e atendimento turístico junto à associação dos moradores da comunidade vizinha, a *Associação Iogo*. Mas, dificuldades técnicas e financeiras atrasaram a conclusão das obras e o acampamento somente abriu as portas três anos após a sua conclusão em 2002.

Em 2004, aproximando-se o termo do financiamento da fase 3 do Programa, decidiu-se entregar a gestão do acampamento à ONG MARAPA (*Mar Ambiente e Pesca Artesanal*), que já tinha sido identificada para dar continuidade às actividades de protecção das tartarugas marinhas em 2003. Inicialmente, a ONG apenas utilizou o acampamento para facilitar o seu trabalho de coordenação do programa de protecção das tartarugas marinhas na zona sul da ilha de São Tomé. Até a data, o acampamento não dispunha de sistema de gestão e não tinha recebido nenhum turista. Foi em 2005 que a ONG pensou em lançar uma actividade turística no local, viabilizada pelo apoio do *Fundo Francês para o Ambiente Mundial* (FFEM) destinado a criar efectivamente uma actividade turística no local. Com a ajuda de voluntários da AFVP (*Associação Francesa dos Voluntários do Progresso*), procedeu às renovações necessárias no acampamento, formou uma equipa local em gestão de empreendimentos turísticos e abriu o acampamento ao público em Agosto de 2005.

Numa primeira fase, a ONG MARAPA assumiu todos os aspectos da gestão turística do acampamento, a partir de então denominado de *Jalé Ecolodge*. Após dois anos nos comandos, transferiu progressivamente a gestão a uma outra associação criada em Porto Alegre pelos funcionários do acampamento, o *Grupo Jalé*. Em 2007, a MARAPA entregou oficialmente a gestão integral do acampamento ao *Grupo Jalé*, providenciando, no entanto, sempre que possível, uma assistência periódica. Um protocolo foi assinado com a Direcção-Geral do Ambiente que atribuiu ao *Grupo Jalé* a responsabilidade da gestão da actividade turística no acampamento por um período de 5 anos. Este evento

15 A primeira menção da existência de uma associação de guias nos relatórios do Programa ECOFAC é feita em 2001, no Relatório do 1º Semestre deste ano, p. 143.

marcou o início da primeira iniciativa de turismo dito comunitário em São Tomé, ou seja, integralmente gerido por membros da comunidade anfitriã, um exemplo considerado a nível regional e internacional como um projecto bem sucedido, e várias vezes citado na literatura sobre este segmento de turismo.

Com base neste sucesso, a MARAPA resolveu apoiar outras iniciativas de ecoturismo no país. A pedido do RAPAC, um dos financiadores do projecto *Jalé Ecolodge*, a MARAPA realizou uma pequena intervenção de quatro meses em 2006 no *Jardim Botânico de Bom Sucesso* (Jardim), que se encontrava abandonado desde o final de 2005. Mesmo não fazendo parte dos domínios de intervenção da ONG, mais centrada na pesca e no ambiente marinho e costeiro, aproveitou-se a presença do voluntário especializado em ecoturismo que tinha trabalhado sobre o projecto *Jalé Ecolodge* para tentar redinamizar o Jardim. A intervenção consistiu numa manutenção geral do Jardim e na criação de ferramentas de comunicação turística, tais como um site na Internet, folhetos, cartazes, postais, t-shirts e sinalização nas principais estradas do país. Também foram previstas actividades de limpeza dos principais caminhos turístico do Parque Obô, como Lagoa Amélia e Bombaim, com o apoio dos antigos guias do Programa ECOFAC. No quadro desta actividade, o voluntário da MARAPA destacado no Jardim Botânico solicitou uma intervenção dos antigos guias da Associação Monte Pico, que aproveitaram a oportunidade para reactivar a sua Associação. Uma série de reuniões foram organizadas no Jardim Botânico de forma a identificar os objectivos da Associação e os detalhes dos seus novos estatutos. Uma vez constituída em Agosto de 2006, a nova *Associação Monte Pico* (AMP) assinou um acordo de parceria com a ONG MARAPA para proceder à limpeza dos caminhos com a participação de mão-de-obra local.

Em paralelo, a MARAPA apoiou uma outra iniciativa de turismo na localidade de Morro Peixe, onde o *Programa de Protecção das Tartarugas Marinhas* tinha obtido bons resultados, graças ao empenho e à motivação de elementos da população local. Com a ajuda financeira do *Fundo Canadiano*, do SCAC e de um outro voluntário da AFVP, criou-se um *Centro de Atendimento Turístico* (Centro) junto a uma incubadora de ninhos de tartarugas, com painéis informativos e um loja de lembranças. Inaugurado no ano seguinte, em Maio de 2007, pelo Director-Geral do Ambiente, o Centro serve até hoje de base logística para as patrulhas nocturnas dos guardas das praias protegidas de Tamarindos até Micoló. Perto da cidade, e facilmente acessível, a *Casa Tatô* recebe turistas interessados na observação das tartarugas durante toda a temporada de desova, ou seja, entre Setembro e Abril.

Quando a Associação Monte Pico finalizou o processo de legalização dos seus estatutos, em Abril 2007, teve a possibilidade de submeter ao *Fundo Francês para o Ambiente Mundial* (FFEM) uma proposta de *Reabilitação e Valorização do Jardim Botânico de Bom Sucesso*, mais ambiciosa do que aquela realizada pela MARAPA no ano anterior. O FFEM só interveio em co-financiamento, procurando-se o apoio complementar da Direcção-Geral

do Ambiente, que disponibilizou à Associação meios técnicos e logísticos para o efeito. Aprovado em Junho de 2007, o projecto iniciou no fim de Julho do mesmo ano com o principal objectivo de criar as condições básicas no Jardim para poder maximizar o seu auto-financiamento, através da reabilitação e apetrechamento das suas infra-estruturas, da criação de circuitos turísticos capazes de fixar os turistas na localidade, e de elaborar um sistema de gestão capaz de garantir uma certa autonomia financeira. Também incluía uma componente de sensibilização nas comunidades vizinhas sobre a importância da flora nacional. Durante o ano em que a Associação esteve no Jardim a desempenhar estas actividades, a AMP obteve bons resultados em termos de frequência turística e conseguiu criar parcerias científicas com organizações internacionais de renome, tais como o *Missouri Botanical Garden*. No entanto, devido a problemas organizacionais internos não conseguiu elaborar e implementar um plano de gestão que pudesse garantir a sua presença na estrutura ao termo do financiamento. Em Setembro de 2008, o Jardim foi entregue de novo à Direcção-Geral do Ambiente e, logo, à recém criada *Direcção do Parque Natural Obô* que actualmente gere a estrutura com o apoio da quarta e última fase do Programa ECOFAC em São Tomé. A *Associação Monte Pico* fixou-se então na sua nova sede em Monte Café e dedicou-se principalmente a actividades de reflorestação, sensibilização e apoio ao Programa ECOFAC na estruturação do Parque Natural.

Sendo composta principalmente por guias formados e experientes, a AMP posicionou-se, logo após a sua legalização, como um actor incontornável do turismo no Parque e nas zonas mais distantes da floresta nacional. Nos primeiros anos, prestou serviços informais de acompanhamento guiado a turistas independentes e a pequenos grupos de residentes nacionais. Enquanto estava baseada no Jardim Botânico, posicionou-se no sector do turismo científico prestando serviços logísticos, mas também de assistência científica a investigadores com especialidades muito variadas (Ornitologia, Botânica, Entomologia, Micologia, etc.). Infelizmente, por razões que evocaremos mais a frente neste texto, a direcção não conseguiu organizar e estruturar devidamente a oferta da Associação, e criar as ligações operacionais com agências nacionais e estrangeiras de turismo. Hoje em dia, a Associação só presta serviços sob pedido, e não divulga nenhuma prestação no mercado turístico nacional.

A MARAPA continuou a apoiar o *Grupo Jalé* na gestão do acampamento da praia Jalé, na base de uma prestação de serviço mensal para o seguimento das reservas e da contabilidade. Sendo o principal beneficiário dos lucros do *Jalé Ecolodge*, o *Fundo de Autonomização do Programa de Protecção das Tartarugas Marinhas* (Fundo PPTM), gerido pela MARAPA, permitiu, nos primeiros anos da actividade (2005 a 2007), assegurar parcialmente as actividades de protecção nas praias no que respeita a patrulhas e sensibilização. A partir de 2007, o apoio da MARAPA revelou-se insuficiente e limitado, surgindo pequenos conflitos entre o director e outros membros do *Grupo Jalé*, criando um

clima de desconfiança no seio da jovem Associação. Ao mesmo tempo, algumas negligências na contabilidade seguida pela ONG¹⁶, e relacionadas com a organização dos circuitos no mangal do rio Malanza, causaram prejuízos ao Grupo. Embora limitados, estes prejuízos tiveram como consequência um perda de legitimidade na mediação dos conflitos pela ONG, e na sua posição como assistente ao director. A agravar a situação, a quebra na frequência turística, em 2007 e 2008, conjugada com a degradação das estruturas envelhecidas acabaram por fragilizar a pequena unidade hoteleira.

Em Morro Peixe, após a entrega da obra, a *Casa Tatô* continuou a funcionar, sob a responsabilidade do Sr. Hipólito Lima, um dos responsáveis do *Programa Protecção das Tartarugas Marinhas*, morador da vila e apaixonado pela causa das tartarugas de longa data (foi um dos primeiros envolvidos no Projecto Tatô na altura do Programa ECOFAC). Deu vida ao Centro na forma mais simples, contribuindo com as pequenas receitas da loja no *Fundo de Autonomização do Programa*, e levando os turistas ao encontro das tartarugas em troca de uma pequena doação. Mas as melhores vontades não fazem milagres, e a *Casa Tatô* não conseguiu atrair o volume de visitantes que o mercado turístico nacional podia disponibilizar, apenas a 20 minutos da capital em estrada de asfalto. Em 2008, o *Casa Tatô* só atendeu um total de 74 pessoas¹⁷. Hoje em dia, a pequena casa à beira-mar também começa a degradar-se, sendo necessária uma intervenção urgente para a pôr de novo em condições antes da temporada 2010-2011. Mas a MARAPA, o *Grupo Jalé* e a *Associação Monte Pico* não são as únicas ONGs a participar no desenvolvimento do ecoturismo nas ilhas. Em paralelo, e em outras localidades do país, outras Organizações Não Governamentais lançaram-se nesta aventura, com outras metodologias para o sector.

Criada nos anos 1990 pela arquitecta Nora Rizzo, a *Associação Natcultura* beneficiou em 2000 de um financiamento do *Fundo Canadiano* para apoiar a criação de uma unidade escolar do ensino básico na roça de Diogo Vaz, dirigida a jovens entre 12 e 20 anos em situação de abandono escolar. Tratando-se de jovens residentes em localidades distantes, a Associação reabilitou progressivamente o antigo hospital da roça, disponibilizado pelo Estado, e criou um sistema de internato, para que os alunos pudessem permanecer na escola durante a semana sob a supervisão de um coordenador. Rapidamente, a necessidade de autonomizar o funcionamento da escola fez-se sentir, principalmente no que diz respeito à alimentação dos alunos.

Desde o início, uma ajuda do *Programa Alimentar Mundial* (PAM) garantiu uma base alimentar mínima na escola, mas que devia ser completada para a confecção de refeições completas e adequadas. A Associação introduziu a agricultura de pequena escala nas actividades dos alunos, participando assim na diversificação das actividades e na auto-suficiência do projecto. Pouco a pouco, foram introduzidas novas práticas, tais como a apicultura, a criação de animais e o fabrico de pão caseiro, que permitiram à escola diversificar a

16 Acta da Assembleia Geral Ordinária do Grupo Jalé – Porto Alegre, 26 de Março de 2010.

17 Dados disponibilizados pelo Sr. Hipólito constantes do Livro de Registo das Visitas, Centro da Praia Morro Peixe.

alimentação e, assim, garantir a alfabetização dos alunos que a frequentam.

A partir do quarto ano de ensino, a Associação enfrentou um novo desafio: como fazer com que os alunos com vontade pudessem continuar a estudar além dos cursos providenciados na escola? Não tendo meios suficientes para garantir o ensino do quinto ano, a Associação aproximou-se do Ministério da Educação para pedir ajuda nesse sentido. Infelizmente, o Ministério não pôde atender o pedido, tendo em conta a idade dos alunos e a dificuldade de disponibilizar os professores para esta unidade de ensino. Esgotando-se todas as opções a nível do Estado, a Associação resolveu mudar de estratégia e começou a oferecer aulas mais práticas, orientando-se para uma formação não formal de ofícios e artes. Os alunos frequentaram aulas de carpintaria, canalização, marcenaria, etc., e também de artesanato. Da venda do artesanato produzido na escola pelos alunos, 80% reverteu a favor do aluno para o apoiar no pagamento da propina, e os restantes 20% eram absorvidos pelo orçamento da escola.

Pouco a pouco, a oferta de artesanato cresceu diversificando-se, graças às formações providenciadas pelos professores e pelo coordenador da escola. A *Natcultura* procurou encontrar distribuidores para escoar a produção e actualmente vende produtos destinados ao mercado turístico, também constituído por expatriados, em pontos estratégicos da cidade, como o *Café & Companhia*, o *Centro Cultural Português*, a *loja do Projecto Ossobô EcoSocial* e o aeroporto internacional. Com o aumento das rendas, e com o apoio pontual de parceiros externos, a Associação continuou a diversificar a oferta de formação para os alunos nas áreas da informática, música, desenho, entre outros. Em paralelo, reabilitou e apetrechou o hospital, criando parcerias estratégicas locais e a nível distrital.

A partir de 2007, a Associação começou a receber grupos de jovens para passar os fins-de-semana na escola, de forma gratuita ou em troca de algum apoio à escola (pintura, construção da capoeira, participação na horta, etc.), e sempre com a ideia de criar uma certa animação junto dos alunos em regime de internato. Tendo tido bons retornos por parte dos animadores destes grupos, a promotora Nora Rizzo convidou outras pessoas, na maioria expatriados residentes em São Tomé, a passar os fins-de-semana na escola. Em troca de hospedagem nos quartos simples que tinha à disposição dos alunos, os hóspedes ensinavam ou participavam nas actividades em funcionamento na escola. Rapidamente, o sucesso desta fórmula expandiu-se para fora da comunidade expatriada e a Nora começou a receber solicitações por parte de turistas em busca de alguma actividade diferente. Proprietária de uma casa na cidade, que aluga aos turistas, a Nora resolveu estimular este tipo de experiência, concedendo descontos aos seus hóspedes dispostos a passar algum tempo na escola com os alunos.

Inicialmente, a *Natcultura* desenvolvia um turismo informal e intuitivo, sem qualquer estudo de viabilidade ou plano de *marketing* previamente definido. O preço cobrado por noite, em regime de pensão completa, era de 7€, sendo as refeições compartilhadas com os alunos da escola. Ao perceber o grau de satisfação dos clientes e o potencial de crescimento para este tipo de actividade junto à escola, a Associação resolveu diversificar e melhorar

a sua oferta turística. Organizou um almoço para testar receitas gastronómicas preparadas pelos alunos e começou a oferecer passeios pela roça aproveitando os alunos como guias. De forma a melhor avaliar o potencial para este tipo de actividade, solicitou em 2009 o apoio de um técnico especializado em ecoturismo para realizar um diagnóstico das possibilidades de passeios pedestres nos arredores da escola. Foram assim identificados três circuitos de dificuldade e duração diferenciadas, aproveitando os antigos caminhos de ferro da roça nas plantações de cacau. Foram feitas recomendações para ordenar os caminhos identificados e proceder à formação dos alunos para a função de guia turístico. Ainda em 2009, a Associação criou novas unidades de alojamento, separadas dos quartos do alunos, de forma a melhor receber os visitantes. Em 2010, já se pensa em recrutar um agente especialmente dedicado à animação turística na escola, com base nas experiências positivas que teve nos últimos anos neste sector.

Podemos dizer que o João Carlos Silva e a Isaura Carvalho, os dois dinamizadores da Associação RoçaMundo, são os pioneiros do turismo ecológico e alternativo em São Tomé. Aberta nos anos 1990 por João Carlos Silva, autor, artista e famoso cozinheiro/animador do programa televisivo “Na Roça com os Tachos”, a Roça São João é hoje um lugar incontornável do turismo em São Tomé.

No início era uma roça, herdada do tempo colonial (antiga dependência da Roça Uba Budo), em estado avançado de abandono, tanto em termos de arquitectura como sociais. A comunidade de moradores, principalmente cabo-verdianos, não tinha mais o que fazer e onde ir. O projecto de reabilitação da roça foi entendido como uma bênção, criando novas perspectivas de emprego à medida que se renovavam as plantações e as estruturas. Ano após ano, plantou-se café e outras culturas, introduziu-se gado bovino e outros animais de criação, e a roça começou, de novo, a ganhar vida. A fibra artística e acolhedora de João Carlos Silva fez o resto: a partir de 1993, foi reabilitada a Casa Grande, sendo transformada numa pousada com capacidade para 12 pessoas e restaurante gastronómico. Em 1996, foi criado o *Centro Internacional de Artes e Cultura* (CIAC), no âmbito do qual jovens santomenses recebiam formação em pintura, escultura e outras técnicas, providenciadas pelo anfitrião e convidados ocasionais. Quando a Roça de São João começou a receber turistas, o espaço já funcionava de forma integrada com uma unidade agro-pecuária, combinada com um Centro de Arte e Artesanato bastante criativo. A partir dos anos 2000, o projecto começou a ser “vítima” do sucesso no seio da comunidade. Gerando receitas importantes numa economia local moribunda, os promotores começaram a receber pedidos de apoio cada vez mais numerosos e frequentes por parte dos moradores das vila de São João e Angolares. As plantações foram regularmente roubadas por membros da comunidade e os impactos negativos sobre o ambiente nas terras da roça, resultante da extracção ilegal de recursos, cada vez mais frequente e com efeitos mais profundos.

Com boa vontade e dentro dos limites do possível, os promotores da Roça apoiaram as comunidades locais, através da criação de emprego, ou com pequenas ajudas pontuais e de benefício colectivo. Mas rapidamente, esta situação se revelou difícil de gerir, tendo

em conta que a Roça era uma sociedade com imperativos de rentabilidade. Pensou-se então na criação de uma entidade local independente da sociedade já existente, sem fim lucrativos, e que se responsabilizaria pelos aspectos filantrópicos do projecto em termos sócio-económicos, mas que também se enquadraria nos objectivos de sustentabilidade presentes, desde o início, nas preocupações dos promotores a nível privado. A ideia de criar uma Associação de Desenvolvimento Local surgiu em 2002, mas somente se concretizou em 2007 com a legalização dos estatutos da *RoçaMundo*. O lema da Associação é “roçar o local com olhar no mundo” e desenvolve acções de carácter educativo-cultural, económico e social, em interacção com as comunidades desfavorecidas em busca de soluções mais apropriadas para as suas realidades. É presidida pela Isaura Carvalho e funciona no Hospital da Roça de São João, em Angolares.

O primeiro projecto implementado, chamado “Agarra a Vida”, foi programado com o objectivo de apoiar jovens mães solteiras da comunidade vizinha e consiste na criação de uma fileira de venda de artesanato à base de coco, sementes, folha de bananeira, etc., e de produtos alimentares, como doces e picantes, como fonte alternativa de aquisição de rendimento para estas famílias monoparentais. Com formação e acompanhamento regular das actividades, a *RoçaMundo* pretende dar condições para que estas mulheres possam sustentar e criar os seus próprios negócios a médio e longo prazo. Os produtos realizados são vendidos aos turistas na pousada da Roça São João. Também foi criado um sistema de tutoria escolar dirigido a jovens em situação de insucesso escolar, abrindo-se mais tarde, uma creche na dependência de São João com o apoio da Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe, onde as mulheres beneficiárias do projecto “Agarra a Vida”, mas não só, podiam dar oportunidade de educação aos seus filhos.

Em 2007, a *RoçaMundo* resolveu desenvolver projectos com uma vertente turística mais acentuada. Numa tentativa de estimular o turismo de caminhadas na zona de Angolares, convidou elementos da *Associação Monte Pico* para fazer uma pequena avaliação do potencial em atractivos de alguns caminhos à volta da Roça de São João. Na altura, foi assinado um protocolo de colaboração entre as duas organizações, mas até a data não houve iniciativas conjuntas desenvolvidas. Em 2008, foi criado um sistema de sinalética turística dos principais atractivos do país, praias e picos, que contou com a colaboração de alguns artistas santomenses. Foi nesta altura idealizado o projecto *Roça Mundo Ecologic Park*, um projecto integrado de ecoturismo e conservação do património natural e cultural que prevê a criação de uma área protegida privada nas terras da Roça de São João. O projecto recebeu o apoio técnico de um perito em áreas protegidas, que apoiou na definição nos Planos de Gestão e Manejo do Parque Natural Obô, como um potencial projecto parceiro na estratégia de gestão racional dos recursos do país.

Em 2009, a Associação organizou o *1º Encontro Internacional de Desenvolvimento Local*, no qual teve lugar uma “Feira do Desenvolvimento local”, em parceria com instituições estrangeiras (Centro de Estudos Africanos/ISCTE-IUL, Universidade Autónoma de Lisboa, CES da Universidade dos Açores, Associação Internacional de Investigadores

em Educação Ambiental), dando a oportunidade a vários produtores, organizações de desenvolvimento e operadores locais de apresentarem as suas iniciativas. Com o apoio da *Agência Espanhola de Cooperação Internacional e Desenvolvimento* (AECID), inaugurou na praia de Angolares um *Centro de Pesca Artesanal* denominado “Voador Panhá”, em que um dos objectivos era propor serviços de passeios ligados à pesca e ao mergulho na costa do distrito de Caué, com benefício de um pequeno grupo de pescadores.

1.2.2. Tentativa de caracterização da implicação das ONGs no turismo sustentável

Na introdução deste texto, evocámos alguns documentos de referência nos quais as ONGs são descritas como actores imprescindíveis do turismo sustentável: a Declaração de Lanzarote; a Declaração de Quebec; os Acordos de Mohonk. Nestes documentos oficiais internacionais, várias são as atribuições sob a responsabilidade das ONGs, seja em conjunto com o Estado e a iniciativa privada ou separado deles. Entre estas atribuições, são encontrados pontos comuns, tais como:

1. A participação nos debates sobre as orientações estratégicas para o desenvolvimento do sector;
2. O reforço das capacidades dos actores do turismo;
3. A criação e a gestão de mecanismos de geração de receitas turísticas que permitem o financiamento dos esforços de preservação do património e/ou de desenvolvimento (as ONGs posicionam-se como operador turístico sem fins lucrativos);
4. A protecção e a valorização do património natural e cultural utilizado pelo sector do turismo como atractivo;
5. A educação e a sensibilização dos turistas;
6. O controlo da qualidade, a pesquisa sobre os impactos do turismo e a divulgação dos resultados.

Nesta parte, iremos analisar o *modus operandi* das ONGs nacionais à luz destas recomendações, tentando assim distinguir as formas através das quais contribuem para a sustentabilidade do desenvolvimento do sector.

Em São Tomé e Príncipe, as primeiras discussões formais sobre o desenvolvimento do turismo sustentável ocorreram em 2000, por ocasião de uma missão da Organização Mundial do Turismo (OMT) destinada a apoiar as autoridades na elaboração de um *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo*. Em Junho de 2003, teve lugar no país um *Seminário Internacional sobre Ecoturismo*, tendo sido abordada a questão do desenvolvimento sustentável do turismo, de uma forma solidária e responsável. No ano seguinte, em Maio de 2004, foi organizada, pela parceria PNUD e OMT, uma *Mesa Redonda* para dar seguimento às discussões iniciadas nos anos anteriores, e para discutir o *Plano Estratégico* anteriormente produzido. Foram convidadas várias ONGs estrangeiras, tais

como o WWF (*World Wildlife Fund*), CI (*Conservation International*) e o WCS (*Wildlife Conservation Society*), que já vinham implementando projectos eco-turísticos em outros países da sub-região, mas não há registo da participação de ONGs nacionais neste evento. As recomendações desta conferência caíram no esquecimento e poucas foram aplicadas nos anos seguintes.

Em 2005, uma outra conferência organizada com o apoio do *Earth Institute* da *Universidade de Columbia*, denominada “*Living with Oil*” (Viver com Petróleo), chamou a atenção sobre a necessidade de desenvolver, em São Tomé, um turismo adequado ao seu potencial e capaz de constituir uma alternativa viável ao petróleo. Num debate animado por Bruce Potter da *Island Resources Foundation* (IRF), falou-se das vantagens comparativas que o arquipélago tem na sub-região, e do potencial das ilhas, em geral, na ramo da prestação de serviços¹⁸. Após esta conferência, sob o impulso da IRF, do *Earth Institute* e da ONG são-tomense *ECO-São Tomé*, alguns operadores locais reuniram-se num encontro complementar, para reflectir sobre o tema “O Nosso Turismo”. Por ocasião deste encontro, criou-se um grupo de *lobbying*, então denominado *Grupo Pro Turismo*, com vista a promover a implementação de políticas concretas de desenvolvimento sustentável para o sector. A *ECO-São Tomé* e a ONG MARAPA foram as únicas que participaram nesta iniciativa, sendo as primeiras a contribuir directamente para as reflexões sobre o turismo a nível nacional. Mas o *Grupo Pro Turismo* teve curta vida. As eleições legislativas de 2006 travaram a continuidade das reuniões entre os seus membros. Mesmo assim, o Grupo conseguiu suscitar um debate interessante na sociedade civil e mobilizar forças de pressão a nível das autoridades relativamente à realização do Rally 4x4 “Latitude Zero”, cujo percurso ficou impedido de entrar dentro dos limites do Parque Natural Obô, apesar da assinatura de protocolo por cinco anos com o órgão da tutela em 2002. Também se iniciou um debate sobre o projecto de criação de uma Zona Franca na Baía das Agulhas na ilha do Príncipe, procurando alertar para os impactos ambientais decorrentes.

Em 2006, a ONG MARAPA organizou uma conferência internacional sobre a Protecção da Tartarugas Marinhas, em que a temática do ecoturismo como ferramenta de valorização da biodiversidade foi largamente abordada. As recomendações finais desta conferência¹⁹, que contou com participantes de vários países (São Tomé e Príncipe, Portugal, Costa Rica, Brasil, Camarões, Gabão), um amplo capítulo foi dedicado à estruturação do turismo vocacionado para a observação destas espécies. Entregue oficialmente ao Governo, e amplamente divulgadas na imprensa nacional e internacional, as recomendações desta conferência também caíram no esquecimento e nunca foram transcritas em políticas.

Nos anos seguintes, não houve nenhum encontro sobre o turismo em São Tomé que não contasse com a presença e participação de uma ou mais ONGs nacionais para

¹⁸ Hoje em dia, esta visão é defendida pelo Governo que promove um desenvolvimento motivado pela criação de uma “plataforma sub-regional de prestação de serviços” no arquipélago.

¹⁹ Na conferência internacional e na redacção das recomendações, participaram os autores do texto.

compartilhar a sua experiência e reflexões sobre o futuro do sector no país. Em 2007, por ocasião de um seminário organizado pelo Direcção do Turismo e Hotelaria celebrando o Dia do Turismo, a *Associação Monte Pico* indigitou um dos seus membros para apresentar a sua visão da sustentabilidade do turismo em destinos ainda pouco explorados, alertando os presentes para os riscos inerentes a um desenvolvimento desorganizado, chamando os diferentes actores, inclusive as ONGs, a tomar as suas respectivas responsabilidades.

O ano 2008, foi sem dúvida o ano em que as ONGs nacionais tiveram maior oportunidade de se expressar sobre o turismo no país. Em Março 2008, num congresso organizado pelo *Parque Biológico de Gaia* e a Direcção-Geral do Ambiente sobre “Biodiversidade e Ecoturismo”, a AMP desempenhou um papel central na coordenação de visitas e caminhadas e na divulgação dos trabalhos de preservação da biodiversidade nacional em curso, nomeadamente no que respeita a orquídeas e a pássaros. A ONG *MARAPA* também colaborou na divulgação do seu *Programa de Protecção das Tartarugas Marinhas*²⁰, levando a conhecer o *Eco-Museu* de Morro Peixe aos participantes, na maioria portugueses. Dois meses depois, em Junho de 2008, os directores da *MARAPA* e da AMP foram convidados pela *Rede das Áreas Protegidas da África Central*, *RAPAC*, a partilhar as suas experiências num atelier internacional sobre as práticas responsáveis de Turismo em Área Protegida da sub-região, que teve lugar em Kriby nos Camarões.

Ainda em Julho de 2008, participaram num outro seminário internacional organizado pelo Centro dos Estudos Africanos (CEA/ISCTE-IUL), a Direcção-Geral do Ambiente e a *NEREA* Investiga sobre temas similares²¹. Neste evento, quase todas as ONGs nacionais envolvidas, de perto ou de longe, nas problemáticas da educação ambiental e do turismo fizeram apresentações.

Em Abril de 2009, a *RoçaMundo* organizou²² o *1º Encontro Internacional de Desenvolvimento Local*, no qual foi discutido, entre outros assuntos, a questão do “Turismo como factor de Desenvolvimento Local”, e onde a maioria das ONGs participou de novo com acções em curso em prol do turismo sustentável nas ilhas.

Embora as ONGs em estudo demonstrem uma participação crescente nos debates sobre turismo em São Tomé e Príncipe, não significa que tenham resultado em efeitos concretos. Durante todo este tempo, as políticas e acções do Estado em prol do sector evoluíram pouco e de forma lenta, principalmente devido à instabilidade política observada nos últimos anos. Na prática, muitas iniciativas, tanto projectos como eventos, directamente ligadas à sustentabilidade do sector foram promovidas pela Direcção-Geral do Ambiente, enquanto que a Direcção do Turismo e Hotelaria se preocupava mais com a divulgação do destino e com a promoção dos investimentos. Somente em 2009, a Direcção

20 Após este seminário, membros da ONG *MARAPA* e da AMP foram convidados a participar numa formação sobre educação ambiental e ecoturismo no *Parque Biológico de Gaia* em Portugal.

21 Seminário Internacional sobre “Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário”, organizado em parceria por CEA, *NEREA*, *DGA-STP*, 21-28 de Junho de 2008, São Tomé.

22 Organização em parceria *RoçaMundo*, Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE-IUL), Universidade Autónoma de Lisboa, CES da Universidade dos Açores e *NEREA-Investiga*.

de Turismo e Hotelaria voltou a desempenhar um papel central nesta reflexão, através da elaboração de um *Plano Director para o Ecoturismo* em colaboração com a *Cooperação Espanhola*. Entretanto, as ONGs continuaram a seguir as suas visões para um turismo mais sustentável, embora com experiências desiguais na implementação e gestão de projectos com motivações diferentes.

Em São Tomé e Príncipe, como em muitos outros países, a problemática da falta de mão-de-obra qualificada foi identificada há muitos anos como um factor-limite para o desenvolvimento sócio-económico. De facto, a participação das comunidades, um dos preceitos da sustentabilidade, só poderia tornar-se possível se lhes fossem entregues as informações necessárias, através de uma preparação adequada para o efeito. Quase todas as ONGs com projectos ligados à criação, ou ao apoio de uma fileira de comercialização ou prestação de serviços turísticos, tiveram que incluir actividades de formação e capacitação, tanto para os seus técnicos como para os beneficiários das suas acções.

A ONG MARAPA, por exemplo, no quadro do projecto *Jalé Ecolodge*, interveio em reforço das capacidades dos elementos da população em Porto Alegre envolvidos na gestão do acampamento. Com a assistência técnica de voluntários da cooperação francesa, especializados em ecoturismo e gestão de projectos, realizou durante dois anos, formações personalizadas em atendimento, acompanhamento e guia, interpretação, mas também gestão, contabilidade, informática e até línguas estrangeiras. O objectivo era claro: entregar aos membros do *Grupo Jalé* todas as ferramentas necessárias à gestão do empreendimento de forma autónoma. Em paralelo, acompanhava as negociações com a Direcção de tutela no sentido de criar condições institucionais que permitissem ao *Grupo Jalé* continuar a assumir esta gestão após a autonomização.

A *Associação Monte Pico* seguiu o mesmo caminho no quadro do seu projecto no *Jardim Botânico de Bom Sucesso*. Em 2007, recebeu assistência técnica de um voluntário da *Associação Francesa dos Voluntários do Progresso* (AFVP) no quadro de uma parceria com a RAPAC em São Tomé. Este promoveu formações em várias matérias inclusive o turismo, e a direcção também incrementou a formação interna, procurando partilhar os conhecimentos entre os membros. Sempre que foi possível, inscreveu os seus técnicos em formações profissionalizantes na cidade: culinária; contabilidade; ornitologia; gestão do turismo; etc. Infelizmente, a Associação não soube aproveitar este pessoal formado, e o potencial que tinha como operador de turismo ecológico. Uma vez formados os recursos humanos, a etapa a seguir consistia na organização dos serviços da Associação, propor um tarifário e negociar contratos com as agências locais. Foram realizadas reuniões para discutir estes aspectos, mas os guias não conseguiram chegar a um consenso com a direcção da Associação sobre as prestações oferecidas. Em 2008, a pedido da direcção, o voluntário da AFVP em assistência técnica elaborou um proposta de estratégia para os cinco anos seguintes, que visava um maior envolvimento da Associação no sector turístico nacional. O *draft* deste documento foi apresentado à direcção mas nunca foi discutido com os demais técnicos e guias interessados nas actividades propostas.

A Associação *Natcultura*, pelo seu lado, teve uma abordagem prudente em relação às actividades turísticas, e sempre solicitou apoio e assistência antes de lançar qualquer tipo de iniciativa neste ramo. Quando identificou o potencial para o desenvolvimento do turismo solidário na escola, a direcção da Associação começou por fazer testes com amigos e residentes na ilha, antes de propor o serviço a estrangeiros. Do mesmo modo, antes de lançar passeios pedestres, contratou um consultor em ecoturismo para elaborar um diagnóstico do potencial da região em termos de caminhadas pedestres. Este estudo, realizado em Fevereiro de 2009, permitiu identificar três percursos de dificuldade e duração variável, para os quais foram levantados os principais pontos atractivos. Também se realizou um pequeno manual de interpretação do património da roça dirigido aos alunos da escola. Contudo, a Associação terá que enfrentar um importante dilema em relação às suas actividades turísticas, em particular no que diz respeito aos guias. De facto, hoje são os alunos da escola que prestam o serviço de acompanhamento, levando os visitantes às plantações de cacau e café. Mas tendo em conta que, um dia, estes alunos terão de sair da escola, será que é proveitoso para a Associação investir em formações mais avançadas?

A mesma cautela foi tomada pela direcção da Associação *RoçaMundo* em relação ao lançamento dos seus produtos e serviços no mercado. Em alguns casos, procurou o apoio de entidades e indivíduos especialistas, como por exemplo a *Associação Monte Pico*, na identificação do potencial dos caminhos da Roça de São João, ou na definição do projecto *RoçaMundo Ecologic Park*. Mas a maior parte do trabalho da Associação consiste em reforçar as capacidades das pessoas nas comunidades vizinhas, de forma a permitir a sua integração do mercado turístico gerido localmente pela Roça de São João e os outros pequenos operadores da vila de Angolares: as mulheres do projecto “*Agarra a Vida*” receberam formação em higiene e culinária e são hoje capazes de introduzir no mercado produtos de alta qualidade; os jovens pescadores do Centro “*Voador Panhá*” também receberam apoio na estruturação da sua oferta e no estabelecimento de procedimentos de gestão apropriados.

Quando as ONGs reforçam as capacidades de actores comunitários, podemos dizer que desempenham o papel de “actores do desenvolvimento” do turismo nacional. Mas quando começam propor os seus próprios serviços, gerando receitas para financiar os seus outros projectos, então posicionam-se como verdadeiros “operadores de turismo”.

Em São Tomé e Príncipe, como em muitos outros países, as ONGs são altamente dependentes dos financiamentos exteriores para a implementação dos seus projectos a favor do ambiente ou do desenvolvimento humano. À imagem dos projectos imaginados pelas ONGs em estudo, o turismo apareceu progressivamente como uma ferramenta estratégica de geração de receitas próprias, providenciando um certa autonomia em relação aos financiamentos externos.

A ONG *MARAPA* presta serviços diversos no ramo do turismo: aluguer de barco e organização de passeios marítimos (volta à ilha, visita a praias distantes, pesca de lazer, etc.) para agências receptoras ou turistas independentes, venda de camisolas, brochuras,

guias e livros informativos na sede e em alguns outros locais visitados por turistas (Museu Nacional, loja Ossobô, agências, Casa Tatô, etc.), organização de caminhadas de observação da desova das tartarugas junto à *Casa Tatô* em Morro Peixe. Mas a MARAPA posiciona-se também como prestadora de serviços a um outro operador turístico, o *Grupo Jalé*, para o qual organiza reservas e contabilidade. Esta prestação é paga pelo *Grupo Jalé* (75€/mês), que passou portanto da posição de beneficiário de um projecto da MARAPA, à posição de contratante da ONG. O projecto *Jalé Ecolodge* esteve na origem da criação, no seio da ONG, de diferentes fundos com objectivos específicos, sendo um dedicado à protecção das tartarugas marinhas e outro à implementação de projectos sociais nas comunidades do extremo sul da ilha de São Tomé, cujos mecanismos de aprovisionamento e uso foram validados pela instituição de tutela mediante assinatura de um protocolo de acordos. O *Fundo de Autonomização do Programa de Protecção das Tartarugas Marinhas* é gerido integralmente pela MARAPA, mas o *Fundo de Apoio aos Projectos Sociais em Porto Alegre e Malanza* é sujeito à proposta de uso por parte de associações comunitárias nestas localidades.

No caso da *Associação Monte Pico*, apesar do forte potencial que esta tem no ramo do ecoturismo voltado para as florestas e o montanhismo, poucas actividades são desenvolvidas pelo seu “Sector Turismo”. A ONG apenas organiza excursões sob pedido e as suas prestações têm mostrado pouca uniformidade em termos de qualidade e de preços praticados. No quadro do projecto de valorização do Jardim Botânico, a AMP tentou criar um sistema de vendas de produtos com vocação turística, como por exemplo os livros publicados pela ECOFAC e disponibilizados pelo RAPAC em Libreville. Mas devido a dificuldades na gestão deste serviço, a direcção resolveu abandonar esta actividade logo após a sua saída do Jardim. Hoje em dia, alguns guias trabalham com investigadores residentes em São Tomé, numa base de prestação mensal, mas a maioria, membros da Associação, trabalha em nome próprio com turistas por contacto directo. Não arrecadando muitas receitas turísticas, a Associação vive principalmente das quotas dos seus membros e dos financiamentos obtidos nos seus outros domínios de intervenção (educação ambiental, apoio à estruturação do PNOT, reflorestação).

Em 2009 e 2010, a Natcultura tem mostrado um empenho crescente na estruturação da sua oferta turística, tendo investido na criação de alojamentos e na consolidação dos passeios oferecidos. Ultimamente, realizou testes em escala real dos seus serviços na Roça Diogo Vaz e lançou uma nova campanha de comunicação, mais ambiciosa a nível do mercado nacional (turistas em São Tomé e expatriados). Em paralelo, continua a vender os seus produtos de artesanato nos principais pontos de maior frequência turística do país.

Por sua vez, as actividades de turismo da Associação RoçaMundo estão intimamente ligados ao projecto privado da Roça de São João, pois os principais produtos, como o artesanato e produtos alimentares do projecto “Agarra a Vida”, e os serviços, como excursões marítimas do Centro “Voador Panhá”, que propõe parecem apenas ser vendidos através deste operador localizado em Angolares.

A relação ao património é diferente em cada uma das ONGs em estudo, no sentido em que elas se dedicam, nos seus objectivos estatutários, a elementos patrimoniais distintos. A indústria do turismo baseia-se na apreciação e na interpretação do património, tanto cultural como natural, e precisa portanto de mecanismos de preservação de forma a garantir a perenização dos atractivos que o compõe. Ora, as ONGs não protegem o património apenas para garantir as boas receitas do sector turístico, mas sim para assegurar o bom funcionamento da sociedade e a disponibilidade deste património para as gerações vindouras, sendo esta a motivação fundamental no desenho dos projectos em questão. O encontro dos interesses das ONGs e do sector turístico é um factor recente, que se manifestou em São Tomé e Príncipe inicialmente através dos esforços do ECOFAC.

O análise dos objectivos estatutários das ONGs revela que o turismo em si é praticamente ausente das reflexões fundadoras das suas estratégias, aparecendo apenas como objectivo secundário, derivado dos objectivos gerais. Apenas a *Associação Monte Pico* demonstra no objectivo a) dos seus estatutos, legalizados em 2007, uma preocupação formal pelo “desenvolvimento do ecoturismo e a promoção de práticas responsáveis de turismo em São Tomé e Príncipe”.

A promoção e a prestação de serviços turísticos são entendidas como um meio que permite atingir os objectivos de conservação da biodiversidade. Ora, num contexto de degradação contínua do património, a prestação de serviços apenas é possível através da implementação de acções e de medidas tendentes à valorização do mesmo, pelo que estamos perante uma lógica de causa e efeito resumida no Quadro a seguir apresentado:

Quadro 19: Relação entre o património valorizado e as acções das ONGs a favor da preservação e do desenvolvimento local

Património valorizado	>	Actividades turísticas viabilizadas através do aproveitamento destes elementos patrimoniais	>	Acções de preservação do património ou de desenvolvimento local viabilizadas por receitas turísticas
MARAPA <i>Tartarugas marinhas, Mangal</i>	>	Visitas nocturnas às praias do Norte, pernoita no Jalé Ecolodge (contratante da MARAPA) e passeios no mangal do Rio Malanza	>	<i>Programa de Protecção de tartarugas marinhas, pequenas iniciativas sociais em Porto Alegre, Malanza e Morro Peixe</i>
Monte Pico <i>Fauna e Flora das áreas protegidas, ecossistemas florestais, e conhecimentos tradicionais afins</i>	>	Excursões pedestres no Parque Natural, Birdwatching, turismo científico	>	<i>Reflorestação comunitária, promoção do desporto em meio rural, sensibilização sobre a importância da flora e fauna em meio escolar e público em geral</i>

Natcultura	<i>História e arquitectura da Roça Diogo Vaz</i>	>	Venda de artesanato, trekking nas plantações e dependências da Roça Diogo Vaz, pernoita e restauração na Escola de Campo	>	<i>Cursos e aulas de educação não formal na Escola de Campo</i>
RoçaMundo	<i>Culinária, arquitectura colonial, história, artesanato tradicional, pesca tradicional</i>	>	Venda de artesanato e produtos alimentares, passeios de canoa à descoberta da pesca tradicional	>	Preservação de uma área protegida privada (Ecologic Park), promoção do auto-emprego, reforço educacional de crianças e jovens das comunidades de Angolares e São João, saneamento do meio (latrinas)

A análise do Quadro 19 permite constatar que as acções de valorização do património são implementadas de forma muito desigual entre as ONGs estudadas, em resultado das diferentes capacidades e experiências dos recursos humanos. Nos casos da Natcultura e da RoçaMundo, a existência de especialistas em valorização patrimonial (arquitecta, artistas e artesões) nas suas direcções traduz-se numa maior eficiência e viabilidade das actividades turísticas. A MARAPA e a AMP demonstram algumas dificuldades na valorização do património que pretendem defender. Por exemplo, a taxa de autonomização financeira do *Programa de Protecção das Tartarugas Marinhas* é mínima e apenas chega para atribuir pequenos prémios aos guardas no fim das temporadas em que a MARAPA não recebeu financiamentos externos. A AMP não conseguiu aproveitar a presença no *Jardim Botânico* para beneficiar do seu potencial ecoturístico. O exemplo do caminho do “Fugido” é revelador desta insuficiência. Trata-se de um circuito pedestre de dificuldade média, com duração aproximada de 4 horas, aberto em 2007 sob as orientações do presidente da AMP. Com início no *Jardim Botânico*, passa por vários ecossistemas florestais representativos do Parque Natural Obô e acaba na cratera da Lagoa Amélia, para finalmente regressar ao Jardim. Este circuito com enorme potencial de fixação dos turistas em Bom Sucesso nunca foi divulgado junto dos operadores turísticos, ou mesmo aos guias da Associação, que ainda acompanham os turistas num passeio simples de ida e volta pelo antigo percurso até Lagoa Amélia. Hoje em dia, o caminho encontra-se praticamente coberto, sendo utilizado em poucas ocasiões apenas pelos guias que o conhecem, não tendo uso generalizado e acesso directo.

A sensibilização dos turistas, no que respeita à protecção do património natural e cultural, constitui um elemento fundamental da sustentabilidade nos destinos turísticos. Na literatura de referência, existem inúmeros exemplos de campanhas de informação sobre as práticas de turismo ditas “responsáveis”, geralmente promovidas por ONGs ambientalistas

e de desenvolvimento local em parceria com operadores privados que evidenciem alguma sensibilidade. No entanto, em São Tomé, as acções de sensibilização encontram-se ainda principalmente dirigidas à população nacional e em poucas ocasiões aos turistas, sendo, neste caso, o procedimento feito de forma muito limitada e pouco eficiente, geralmente combinando mensagens de comunicação sobre os serviços propostos.

Como analisado anteriormente (cf. I, 3.), a frequência turística é ainda fraca por razões diversas, pelo que ainda são pouco flagrantes os impactos negativos do turismo. É possível que, ao longo dos anos, os actores não governamentais não tenham sentido a necessidade de encetar campanhas promocionais dispendiosas. O recente aparecimento de projectos ambiciosos de turismo de massa, à imagem dos investimentos realizados pelo Grupo Pestana, ou da crescente frequência de visitantes de cruzeiro nas ilhas, despertaram um certo interesse no seio da sociedade civil, mas ainda nenhuma ONG se posicionou claramente sobre esta problemática.

1.2.3. Procurando compreender os impactos do turismo

A implicação das ONGs santomenses no turismo é um fenómeno recente, e torna-se difícil avaliar os impactos das actividades por eles operadas. De facto, ao longo do tempo, as ONGs previram poucos mecanismos de seguimento e avaliação dos impactos, tanto ambientais como sócio-económicos, das actividades turísticas. No entanto, existem alguns dados de frequência e indicações por parte dos promotores, embora subjectivas, que nos permitem deduzir impactos destas actividades.

Segundo os relatórios da MARAPA, o projecto *Jalé Ecolodge* teve impactos económicos directos significativos na economia local das comunidades vizinhas, sendo 80% das despesas do acampamento realizadas localmente. Os efeitos positivos deste *input* na localidade, embora dificilmente quantificáveis, são reais e tem contribuído certamente para a melhoria das condições de vida dos funcionários e dos prestadores de serviço do acampamento. Em relação aos fundos beneficiários dos lucros do projecto, a MARAPA apurou que, com um volume de negócios com cerca de 15.000€ anuais, o projecto apenas geriu, entre 2005 e 2007, um total de 1.400€ a favor do *Fundo de Autonomização do Programa de Protecção das Tartarugas Marinhas*, representando 5% do custo total do programa para uma temporada em São Tomé e Príncipe. Um montante equivalente foi gerido a favor do *Fundo de Apoio aos Projectos Sociais em Porto Alegre*. Este foi usado pela comunidade em algumas ocasiões, mas os problemas de organização da Associação beneficiária (*Associação Iogô*) impediram o uso deste fundo, até hoje. A partir de 2007 em diante, o acampamento deixou de gerir lucros e não participou no aprovisionamento destes fundos. Na *Casa Tatô*, os dados disponíveis de frequência não permitem apreciar o impacto económico das visitas na localidade. No entanto, a existência do centro têm evidenciado bons resultados de sensibilização da população sobre a protecção destas espécies, numa zona do litoral bastante procurada pelos caçadores de tartarugas. Utilizado pela ONG MARAPA como centro logístico nas suas campanhas de sensibilização da população, a *Casa Tatô* é hoje

reconhecida a nível nacional como uma ferramenta importante no processo de mudança dos comportamentos.

Os relatórios do projecto da *Associação Monte Pico no Jardim Botânico de Bom Sucesso* mostram que o Jardim é sem dúvida um dos maiores atractivos turísticos da ilha. Em 2007, recebeu um total de 1.266 visitantes que deixaram aproximadamente 700€ de doação, sendo que, até ao presente, a doação voluntária e as vendas na loja são as únicas fontes de receita do Jardim. Em 2008, até ao mês de Agosto, o Jardim tinha recebido 1.279 visitantes e arrecadado um total de 1.200€ em doações. Infelizmente, este resultado encorajador é ainda muito insuficiente, pois o orçamento anual está avaliado em 35.000€. Apesar dos fracos resultados económicos, a actuação da *Associação Monte Pico* no Jardim teve um impacto muito positivo, por ter permitido manter este espaço de interpretação em boas condições de conservação até a sua recuperação pela Direcção do Parque Natural Obô.

No que respeita à Natcultura e à Associação RoçaMundo, não foi possível proceder a uma avaliação, visto que a Natcultura não dispõe de dados actualizados sobre os resultados da sua actividade turística. Segundo Nora Rizzo, a escola têm apoiado muitos alunos a encontrar emprego em empresas que reconheceram as suas capacidades técnicas. Em relação à Associação RoçaMundo, não tivemos acesso a dados relativos aos impactos dos projectos. Intimamente ligados aos resultados da iniciativa privada da Roça de São João, os resultados da Associação não foram ainda divulgados ou avaliados.

Apesar das crises e das dificuldades conjunturais enfrentadas pelo sector nos últimos dez anos, podemos dizer que o desenvolvimento do turismo em São Tomé e Príncipe entrou em fase de consolidação. Nos últimos anos tem-se observado uma proliferação de pequenos hotéis na cidade e de agências prestadoras de serviços diversos. Mas apesar de alguns exemplos isolados, as empresas de iniciativa privada ainda não se mostraram comprometidas com os aspectos ambientais e sociais da sua actividade. Por outro lado, apesar de terem identificado o turismo como um eixo estratégico de desenvolvimento, as autoridades santomenses apenas têm acompanhado de longe este crescimento, bem como as iniciativas implementadas a nível nacional. A instabilidade política conjugada com o bloqueio da indústria aérea, fez com que poucas discussões nos últimos anos realmente dessem lugar à implementação de acções concretas.

Preocupadas com os objectivos de preservação do património natural e cultural e de desenvolvimento local, algumas ONGs souberam aproveitar, nos anos 1990 e 2000, oportunidades interessantes junto de entidades de cooperação internacional para se lançar na aventura do turismo sustentável. Inicialmente voltados para a capacitação dos seus técnicos e dos actores locais, os projectos rapidamente evoluíram em serviços completos destinadas a gerir receitas complementares para as ONGs. Reforçadas por algumas experiências bem sucedidas, começaram a participar e mesmo a provocar debates na sociedade civil sobre o desenvolvimento do sector, e sobre o papel dos diferentes actores na procura de formas mais sustentáveis de actuação. Mas os resultados são ainda limitados e o sector do turismo não revelou todo o seu potencial a favor das acções de conservação e

de desenvolvimento das ONGs nacionais.

Basicamente, podemos considerar dois posicionamentos para as ONGs neste sector:

Como operadores turísticos, organizam e vendem os seus próprios serviços. Neste caso, algumas ONGs têm acordos com revendedores locais, agências receptoras ou outros operadores, conseguindo alcançar volumes de negócios consequentes. Mas de forma geral, a importância destes produtos no mercado turístico nacional é mínima e os lucros muito insuficientes em comparação com os produtos dos operadores privados. De facto, muito existe para ser feito com o objectivo de diversificar a oferta das ONGs e melhorar a integração das suas iniciativas nos pacotes oferecidos e vendidos no exterior.

Como actores do desenvolvimento do turismo, as ONGs encontram-se no início de um caminho ainda longo na busca da sustentabilidade. De facto, ainda não se posicionaram de maneira eficiente, ou mesmo suficiente sobre estas temáticas, nomeadamente no que respeita à protecção e à valorização do património turístico das ilhas, à sensibilização sobre as práticas responsáveis de turismo, à medição e avaliação dos impactos da actividade, à certificação do turismo, etc.

De qualquer forma, o trabalho obtido nos últimos anos por estas entidades é louvável e permitiu criar laços contínuos tanto com os actores institucionais como com os grupos comunitários. Embora de forma desigual, as ONGs têm dado um grande contributo para o desenvolvimento do turismo no país, sendo cada vez mais os exemplos a seguir por outros grupos. As suas acções ecoam no espaço e no tempo, fazendo-nos acreditar que, por certo, estão no bom caminho.

2. TURISMO, COMUNIDADES LOCAIS E CULTURA

Brígida Rocha Brito e Nuno Alarcão

A ideia de que São Tomé e Príncipe (STP) e Cabo Verde (CV) são dois pequenos países insulares dotados de características únicas, habitualmente definidas como potencialidades turísticas, que resultam tanto da diversidade biológica e paisagística como da riqueza cultural, é aceite pelo meio académico e científico internacional. Enquanto territórios insulares, estes países têm sido, ao longo da História, pontos de chegada e de partida de pessoas oriundas de diferentes regiões do Mundo, transformando-se em locais privilegiados para o encontro de culturas.

A população insular dos dois arquipélagos é caracteristicamente miscigenada, em resultado da proliferação de casamentos mistos entre africanos de origens diferenciadas e europeus, dando origem à criação de sociedades crioulas. Em consequência desta dinâmica sócio-demográfica, as culturas de referência, nomeadamente no que respeita aos valores orientadores de comportamentos, às crenças e aos sistemas simbólicos, às práticas culturais e aos rituais, mas também ao património construído, são reveladoras da existência de mestiçagem, conferindo a estas sociedades traços de mosaicos culturais. Esta miscigenação sócio-cultural reflecte a emergência de novas identidades, em paralelo com a existência de referências culturais tradicionais e ancestrais que têm sido perpetuadas através da reprodução de conhecimento e de práticas, tanto relativas à tradição oral como ao costume.

Pela combinação de elementos culturais miscigenados com outros ancestrais, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, o património cultural, humano e construído, encerra valor turístico, permitindo promover e acolher segmentos específicos. A valorização do património cultural e construído, enraizado nas comunidades de acolhimento, por as fundamentar e lhes conferir identidade, é entendida pela literatura de referência como uma mais valia para a promoção do turismo a nível internacional. Contudo, nem sempre a sua importância tem sido reconhecida a nível local por ser, em algumas situações, considerado como um factor bloqueador do processo de mudança, restritivo do ponto de vista comportamental. Por um lado, o viajante procura o encontro com culturas ancestrais e pouco modificadas que, noutras circunstâncias, não teria oportunidade de conhecer *in loco* e através do contacto directo; por outro lado, as comunidades locais insulares revêem na ancestralidade um indício de antiguidade, ansiando pela modernidade que reconhecem e atribuem às formas de vida que os visitantes exteriorizam.

2.1. Alguns elementos sobre o conceito de cultura

O conceito de cultura pode ser operacionalizado a partir da definição apresentada por Vitorino Magalhães Godinho (Silva, 2000: 144): “uma integração de maneiras de sentir e de pensar, e de propensões a agir, segundo valores, normas e regras, agulhadas

por símbolos e signos, orientadas por padrões de mentalidade e acção que carrilam as condutas”. Esta definição inclui tanto os padrões valorativos orientadores e reguladores de comportamentos, como as práticas simbólicas que estruturam e reforçam o sentimento identitário de pertença, como ainda os elementos do património construído que são o reflexo dos factores enunciados anteriormente. A este respeito, Augusto Santos Silva (2000) equaciona, sistematiza e classifica diferentes elementos da cultura, a saber:

- As componentes, que incluem as linguagens e as expressões, os saberes e as crenças, as percepções e as actividades recreativas;
- As formas de produção, que respeitam os modos de fazer e de criar, os modelos de apropriação de recursos e de consumo;
- Os níveis de reconhecimento social, que consistem na relação entre a cultura dominante, as subculturas e as contra-culturas.

Falar em cultura e em comunidades locais, por referência ao contexto africano, de forma diferenciada, ou distanciada, parece difícil, senão mesmo impossível, já que uma é parte integrante da outra. Por um lado, podemos considerar que a cultura é o resultado da vida quotidiana desenvolvida pelas comunidades locais porque concebida e materializada no seu seio; por outro lado, os elementos culturais são estruturantes da vida em comunidade, reforçando a afirmação das identidades (Silva, 2000: 147), que resulta no fortalecimento do grupo face a factores exógenos que, num qualquer momento, podem representar uma ameaça à sua integridade.

Ruth Benedict (1982) apresenta a cultura como um modelo de pensamento e de acção consistente por enquadrar os comportamentos e as atitudes dos membros de um dado grupo, reforçando-os. Assim, é definida a partir do qualificativo de viva por se traduzir em hábitos, formas de vida e de relacionamento, conhecimentos e práticas reproduzidas ao longo do tempo e, muitas vezes, transmitidas de geração em geração, perpetuando-se.

O desenvolvimento integrado e equilibrado, fomentado pela actividade turística, requer a inclusão dos elementos culturais de referência, tanto das comunidades de acolhimento como dos visitantes. O turismo consiste numa actividade promotora de encontros, tanto de pessoas como de culturas, o que significa fazer emergir formas de pensar, de estar, de ser e de agir, na maioria das vezes, diferentes e que podem pôr em causa modelos anteriores, senão na totalidade pelo menos de forma parcial; bem como valorizar os elementos culturais e identitários de origem. Este sector, sendo considerado como a “indústria da paz” é também tradicionalmente definido como integrador de povos e de culturas, facilitando a harmonização dos contactos e das relações.

A cultura pode assim ter um significado humanístico, que Vitorino Magalhães Godinho classifica de universalizante (Silva, 2000: 148) quando nos referimos a conhecimentos adquiridos pelo Homem através do estudo e do contacto. Mas também pode referir-se a um contexto ou época histórica, como por exemplo a “cultura do século XX” (Bernardi, 1974; 23), ou ainda denominar as formas de vida características de uma determinada região.

Mas, além da interpretação sociológica, o termo cultura pode ainda ter um significado antropológico, cuja primeira formulação pertence a Edward Tylor no século XIX, segundo o qual a cultura é um todo complexo criado pelo Homem e que inclui o conhecimento, a crença, a arte, a moral, as leis, capacidades e hábitos adquiridos pelos membros de uma sociedade. Nesta perspectiva, o indivíduo está inserido numa cultura que o modela, sendo que a mesma é também modelada pelo próprio indivíduo. Neste sentido, é concebida como uma construção social (Benedict, 1982) que relaciona e liga os homens através de ideias e de práticas comuns.

No seio da vida social, os elementos culturais adquirem também uma dimensão de controlo, por ser esperado que os comportamentos sejam adequados ao padrão previamente assumido: “adquiriu força coerciva que obriga cada membro singular de uma sociedade, e a própria sociedade no seu conjunto, ao respeito do seu cumprimento” (Bernardi, 1974: 41). A cultura pode assim adquirir um estatuto normativo, condicionando a liberdade de escolha do indivíduo, já que reveste um significado moral que serve para identificar, por comparação, o que é bom e o que é mau, desejável ou indesejável, reflectindo-se portanto nos comportamentos.

Segundo Raymond Boudon (1986), a cultura é “plural” devido ao aparecimento de novos interesses e padrões de comportamento que põem em causa o que até aqui era considerado legítimo e verdadeiro. A cultura não está fechada ou limitada a novos modelos, estando sujeita a uma evolução permanente, a criações intelectuais e artísticas, incluindo manifestações populares, regionais, étnicas e práticas a elas inerentes, sendo justamente esta heterogeneidade que assegura a sua regulação e normalização (Boudon, 1986). A cultura assim concebida está sujeita à influência directa do turismo, já que, no contexto da viagem, a circulação de pessoas, cujos comportamentos são regulados por modelos culturais e identitários distintos, é constante. Pode então dizer-se que a cultura é “um processo simbólico de interacção” (Valade, 1995). Esta perspectiva interaccionista, permite abrir o leque às variáveis culturais, descentrando-as dos indicadores económicos tradicionalmente considerados e das ideologias interiorizadas pelo processo de socialização.

A cultura pode ainda ser perspectivada a partir da identificação do património construído num determinado local. A UNESCO (1972), define património cultural, como “monumento, conjunto de edifícios ou sítio de valor histórico, estético, arqueológico, etnológico e antropológico”. Neste sentido, segundo a UNESCO, existem dois tipos de património cultural: o material e o imaterial. O património cultural material é constituído por bens imóveis, como por exemplo, os centros urbanos históricos, as obras de arte e os utensílios domésticos antigos. O património cultural imaterial é constituído pelas práticas, rituais, representações, expressões e conhecimento como também por comunidades, grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante do seu património cultural. A ideia de que as comunidades estão no centro da problemática cultural implica reconhecer a relação que estabelecem com os espaços físicos, a memória que perpetuam sobre o passado, a identidade que mantêm com o património construído,

as vivências traduzidas através das práticas culturais, entre tantos outros aspectos.

Desde 1972 que a UNESCO adoptou a *Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural*, com o objectivo de, através de uma identificação e classificação criteriosa, proteger os bens patrimoniais dotados de interesse mundial excepcional e que naturalmente representam o fundamento de alguns segmentos turísticos. Ao longo do tempo, a UNESCO tem vindo a promover a valorização da cultura e dos diferentes elementos patrimoniais que, sendo tanto uma herança da História como a produção das gerações presentes, são qualificados como tendo valor para a Humanidade (*Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial de 2002; Orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial*). Este factor reveste particular interesse e importância no contexto do turismo e das viagens.

Os critérios que estão na base da classificação dos elementos patrimoniais sintetizam as ideias do valor e do interesse universais, qualificados como excepcionais, e a autenticidade dos padrões culturais tradicionais. As categorias identificadas pela UNESCO (1972) para a classificação dos bens naturais e culturais, com o objectivo da conservação através do reconhecimento internacional da sua importância, são: paisagens culturais, que complementam a Natureza com a produção humana podendo ser enquadradas nas subcategorias de:

1. paisagem claramente definida, paisagem essencialmente evolutiva e paisagem cultural associativa;
2. as cidades e centros históricos, distinguindo-se as cidades mortas, as cidades históricas vivas e as cidades novas do século XX;
3. os canais do património; e as rotas do património.

De acordo com a análise apresentada, podemos considerar que o turismo, enquanto prática social, favorece a interacção entre comunidades dotadas de culturas próprias e marcadas pela especificidade, promovendo a interacção entre indivíduos, mas também estimulando a troca de conhecimentos por contacto directo e a valorização pessoal dos intervenientes, sejam comunidades locais, sejam visitantes.

2.2. O Turismo e as Identidades: factos sociais em análise

Em espaço insular, o tema em análise, o turismo, é considerado como um facto social e sociológico que assume uma transversalidade societal. Enquanto actividade, o turismo pressupõe mobilidade de pessoas (Krippendorf, 1987), que se deslocam para um local diferente do de residência habitual, motivadas por factores muito diversificados em função do momento e do contexto vivido. Durante a viagem, o turista encontra populações locais, também denominadas de grupos comunitários. A relação entre turistas, ou *outsiders*, e comunidades locais, ou *insiders*, é marcada por motivações e expectativas próprias, sendo regulada por elementos culturais específicos, orientadores de comportamentos e atitudes, formas de ser, estar e relacionar (Brito, 2004). A cultura é duplamente importante quando se analisa o tema do turismo: por um lado, porque, ao ser um instrumento orientador,

funciona como facilitadora dos contactos interculturais ou, pelo contrário, limita-os e restringe-os. Por outro lado, porque os elementos culturais de referência, identificados com a autenticidade genuína, tradicional e ancestral, representam um factor potencial e aliciente para o mundo do turismo e das viagens.

“O turismo é um elemento estruturante da dinâmica da economia global, em larga medida traduzida no desenvolvimento da componente de serviços. A crescente importância do turismo na economia resulta da cada vez maior mobilidade e prosperidade das sociedades. Os dois fenómenos estão aliás estritamente ligados: não pode haver turismo sem movimento, pelo menos enquanto o turismo virtual não sair da esfera da ficção científica” (Albuquerque & Godinho; 2001, 7). Assim o papel do turismo nas sociedades modernas traduz-se, cada vez mais, na capacidade de gerar riquezas económicas, fomentado o dinamismo das sociedades, o que significa ainda renovar as culturas, valorizando os elementos ancestrais que conferem identidade aos povos, reconhecendo a importância da permeabilidade à mudança.

De acordo com a Organização Mundial de Turismo (Brito, 2004), trata-se de actividades desenvolvidas no decurso de viagens a locais situados fora do enquadramento habitual, por um período de tempo consecutivo superior a 4 horas e inferior a um ano, para fins recreativos ou outros, desde que não requeiram remuneração. A literatura de referência não apresenta consenso no que respeita à definição conceptual, nem à distinção das suas categorias, contudo, é habitual encontrar-se associações entre o turismo e os tempos vocacionados para o lazer (Boyer, 1972; Butler & Pearce, 1985), visto que ancestralmente as viagens estão associadas a formas alternativas de conhecimento em tempos de não trabalho. Na verdade, é habitual identificar a origem e a evolução da prática turística com a valorização da problemática do lazer (Brito, 2004). A maioria dos autores considera que, no âmbito das actividades promovidas, são satisfeitas necessidades, tanto dos visitantes como dos visitados (Mathieson & Wall, 1982), através do estabelecimento de contactos e de relações de diversa ordem, nomeadamente pessoal, afectiva, económica e cultural, cumprindo expectativas diferenciadas.

Tal como foi mencionado anteriormente, este facto social, assume um estatuto transversal em relação a toda a sociedade. É devido a esta transversalidade que existe dificuldade em encontrar uma definição consensual sobre a origem do conceito: o turismo advém essencialmente de um estado de espírito, de uma atitude, e resulta em comportamentos e experiências pessoais (Vieira, 1997), concebidas como únicas e excepcionais. Sempre que a viagem turística ocorre, existe margem para o contacto intercultural, promovendo o confronto de culturas diferentes podendo resultar em consensos e harmonias, por processos de adaptação e aprendizagem, sem que contudo exista aculturação ou assimilação de elementos culturais. Mas a relação que decorre da actividade turística pode, ao contrário, transformar-se num choque de culturas sem adaptações ou identificação de pontos de contacto. Em qualquer um dos casos, o turismo é perspectivado como um facto social susceptível de análise e estudo.

O turismo é também analisado por referência a espaços territoriais que, por si só, são elementos que criam e reforçam identidades, sobretudo quando perspectivados a um nível local. Cada espacialidade, pela especificidade própria que lhe é atribuída, contem na sua essência o ponto de partida para a apropriação dos espaços pelas comunidades. “O espaço quando apropriado, organizado e reconhecido, de um ponto de vista político, social, económico e ideológico, por um grupo ou classe social, (supostamente) em nome da população que nele habita e trabalha e com ele se identifica” (Amaro, 1990). Contudo, em muitas circunstâncias, através da prática turística, o visitante tende a reconhecer nestes espaços um factor de internalidade, assumindo-o como uma apropriação. A ideia da territorialização, com base no desenvolvimento do turismo, enquanto factor de reforço identitário implica a consciência de uma solidariedade territorial: o espaço e as representações que os grupos fazem dele são os seus principais constituintes, visto que o espaço não é só um suporte dos fenómenos sociais, mas também uma rede de relações.

É assim neste contexto que surge a necessidade de chamar a esta reflexão o conceito de identidade, que tem subjacente a ideia de permanência, pois é esta que contribui para a formação da memória colectiva. A identidade territorial resulta, em parte, do perfil de um determinado espaço que é materializado na imagem específica que os actores dão de si mesmos, pressupondo uma dinâmica colectiva interna da região e da sua cultura, que também está dependente das relações com o meio envolvente. As diferentes dimensões espaciais são, cada vez mais, múltiplas, podendo falar-se da emergência de relações sociais referenciadas a territórios, culturas, formas de comunicação de âmbito nacional, regional ou local. As identidades, bem com as solidariedades decorrentes anteriormente mencionadas assumem também múltiplas formas espaciais, perfeitamente compatíveis entre si (Amaro, 1990).

Para Madureira Pinto (Joaquim, 1997) não se pode afirmar que a problemática da identidade, com base local ou regional, seja uma questão de importância menor ou secundária, porque, em muitos casos e por razões associadas à lógica do campo mediático, obtêm uma mais valia simbólica. Assim, o território adquire valor e, de forma conseqüente, representa um elemento identitário de extrema relevância para as populações locais. A reforçar esta territorialidade flexível, emergem novos paradigmas científicos vocacionados para abordagens e análises alternativas às convencionais, equacionando novos pressupostos e metodologias de acção, mas também as novas tecnologias e os novos modelos de gestão, a valorização ambiental e uma maior consciência da importância do respeito pelas diferenças culturais. Estes processos são de extrema relevância no contexto do turismo, já que, pela natureza da actividade, estão implicitamente presentes.

A literatura de referência e algumas experiências identificadas com práticas bem sucedidas sugerem que o turismo é uma actividade que desencadeia processos construtivos no sentido do desenvolvimento local, contribuindo para a capacitação dos agentes locais, a dinamização, a valorização das potencialidades e o reforço cultural. Assim, o turismo passa a ser concebido como um instrumento promotor de autonomia, reforçador

da auto-estima, regulador do sistema identitário de referência e estimulador da participação envolvida e proactiva das populações locais.

O *empowerment* surge com o incremento das capacidades participativas das comunidades e dos seus recursos endógenos (Amaro; 2009b). Este conceito, apresentado por John Friedmann (1996), é consequência de uma evolução nas concepções de autonomia e de responsabilização dos indivíduos. O processo histórico que alimentou este conceito visa a libertação dos indivíduos relativamente a estruturas, conjunturas e práticas culturais e sociais que se revelam injustas, opressivas e discriminatórias, através de um processo de reflexão sobre a realidade da vida humana. *Empowerment* é um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania (Amaro; 2009b). Desta forma, podemos afirmar que o *empowerment* consiste num instrumento metodológico de reforço das identidades comunitárias.

A identidade cultural surge como um sistema de representações que confere ao indivíduo um sentimento de pertença social. Este conceito pressupõe a valorização do princípio de partilha de patrimónios naturais e culturais, humanos e construídos, entendidos como comuns, podendo referir-se como exemplos a língua, as crenças e a religião, a arte e as manifestações artísticas, o trabalho e as formas de produção, as festas e os rituais, as práticas culturais, os usos e o costume, as paisagens e os elementos da natureza. Às identidades culturais é atribuída uma característica processual, já que implicam uma construção em permanência, com associação e integração de novos elementos a outros anteriores, o que lhes confere uma qualificação de dinamismo, adaptabilidade e flexibilidade.

Sempre que se verifica a introdução de elementos com readaptação fala-se em velhas e em novas identidades, também denominadas por alguns autores como reconstruídas (Saint-Maurice, 1997). As velhas identidades são qualificadas de tradicionais, ancestrais, antigas ou não modernas, por serem pouco receptivas à mudança, enquanto que, ao contrário, as novas identidades são caracteristicamente entendidas como modernas e diferentes, propícias à inovação e às influências exteriores. Na verdade, sempre que o contacto multi e intercultural se intensifica, promovido por povos de origens diversas, a possibilidade de se proceder à reformulação dos princípios identitários, ou pelo menos de alguns, aumenta. Pode então dizer-se que, a identidade será “à maneira como uma pessoa se define, como é que as suas características fundamentais fazem dela um ser humano” (Taylor, 1994). Convém contudo, fazer a distinção entre a identidade individual, que diz respeito ao supracitado, e identidade colectiva, segundo alguns autores, cultural, à qual são associados elementos, tais como a etnicidade, a religião e o sexo. Independentemente do nível de análise prosseguido, tanto a identidade individual contém uma dimensão colectiva como a identidade colectiva encerra uma dimensão individual.

Apesar da importância reconhecida à dimensão individual, que certamente influencia o relacionamento social, a nossa análise centrar-se-á na identidade colectiva por ser a

que maior relevância tem no contexto do turismo e das viagens. Existem várias formas de identidade colectiva ou cultural, a saber: a identidade nacional; a civilizacional; a de classe; a de minoria; a étnica e linguística, entre outras. Todas as formas contribuem, de um modo ou de outro, para uma diferenciação social, qualquer que seja o tipo de sociedade a que se aplique. Na análise do turismo como mecanismo que influencia identidades, contribuindo para as reconstruir, ou reforçar, há que compreender também o processo no sentido inverso, ou seja, as identidades culturais colectivas como instrumento de captação da procura turística.

Um dos principais factores da identidade é a comunicação, ou mais precisamente a linguagem no sentido mais amplo do termo, entendida não só como verbalização de palavras, mas também como arte, gesto, música, dança, vestuário, entre outras. É nestes elementos identitários que os indivíduos se reconhecem como membros do mesmo grupo, identificando semelhanças e aspectos referenciais comuns e, da mesma forma, diferenças em relação aos outros grupos. Este processo de identificação radica na percepção e integração de valores que orientam as actividades do grupo e a participação dos seus membros, sendo o mesmo processo que o faz dissociar de outro grupo, com a qual não se identifica. Contudo, esta atribuição realizada através de “um processo de comparação social associa-se às posições e categorias da estrutura social objectiva”, visto que as “crenças, ideias e valores não se distinguem aleatoriamente por uma população, mas estão relacionadas com características estruturais” (Saint-Maurice, 1997). A noção moderna de identidade, pressupõe também a diferença, já que se “exige o reconhecimento da identidade única deste ou daquele indivíduo ou grupo, do carácter singular de cada um (...) e é precisamente esta singularidade que tem sido ignorada, disfarçada, assimilada a uma identidade dominante ou de maioria” (Taylor, 1994), embora se continue a procurar a igualdade universal.

Os elementos culturais, caracteristicamente simbólicos, são entendidos como estruturantes sociais por consistirem numa base de apoio para a actividade dos membros do grupo e para o estabelecimento de relações, tanto no seu interior como com o exterior. A cultura confere então identidade aos povos e esta traduz-se numa sensação de segurança, de conforto e de bem-estar por implicar um conjunto, mais ou menos alargado, de referências conhecidas, definidas como familiares, sendo por esta razão facilmente identificáveis. Nas relações estabelecidas no decurso da actividade turística, as identidades culturais são criações sociais reforçadoras da segurança: por um lado, para os visitantes traduzem-se em pontos de referência, orientadores do reconhecimento e facilitadores da interpretação dos elementos diferenciadores. Por outro lado, para as comunidades locais, representam o “porto seguro” face ao desconhecido, que pode implicar algum tipo de ameaça à estrutura cultural de origem, eventualmente ao estrangeiro, o que não é, de todo, sinónimo de pensamento discriminatório.

É comum perceber-se uma identificação entre o conceito de identidade cultural e nacional, o que do ponto de vista analítico, nem sempre parece linear. As identidades culturais podem, e em muitos casos estão, referenciadas a um grupo restrito de indivíduos,

podendo estar associadas a subculturas, mais do que à cultura dominante, vulgarmente equacionada com a nacional. Mas em qualquer dos casos, as identidades fundamentam-se em elementos culturais interiorizados e assimilados, considerados como referenciais e orientadores da conduta na vida social. As identidades podem inclusivamente dar origem ao surgimento de representações sociais, que consistem na criação de imagens e no reforço de ideias explicativas perante uma qualquer situação, permitindo apreender significados socialmente partilhados.

O conceito de representação social tem sido largamente discutido a partir dos contributos apresentados por Serge Moscovici e Denise Jodelet, cujas análises se relacionam com o conceito durkheimiano de representações colectivas: princípios conceptuais e explicações culturalmente construídas, fundamentadas em crenças, imagens e ideias que facilitam a compreensão da realidade nas mais diversas dimensões. *A análise de Moscovici (Semin, 2001) apresenta o conceito a partir de elementos que decorrem da vida social quotidiana, tais como conversas, gestos e encontros carregados de elementos simbólicos e de significado.* Trata-se de factores promotores de coesão social que estruturam e fundamentam mentalidades. Independentemente das concepções colectivas, a individualidade é mantida e preservada porque cada indivíduo tende a interiorizar os elementos comuns de forma diferenciada, em função das características da sua personalidade e das experiências anteriormente vividas.

Na abordagem de Jodelet (1990), as representações sociais são definidas como formas de conhecimento, desenvolvidas em conjunto pelos membros de um grupo, pelo que socialmente construídas e efectivadas a partir do entendimento comum da realidade interpretada com recurso a elementos simbólicos que lhes conferem identidade. Assim, caracterizam-se pela associação entre a dinâmica da racionalidade e da afectividade (Jodelet, 1990) já que são simbólicas e têm significado, podendo traduzir-se através de imagens criativas. É habitual considerar-se que, a tradição oral e o costume são instrumentos vitais para a manutenção das identidades comunitárias, assegurando a transmissão de conhecimentos ancestrais, formas de produção, utilização de recursos ambientais e reprodução de práticas sociais. De acordo com Denise Jodelet (1990), as representações sociais apresentam cinco características principais, a saber: (a) integram o significado de um objecto ou situação; (b) têm um carácter imagético e a propriedade de reunir em simultâneo a sensação e a ideia, a percepção e o conceito; (c) têm um carácter simbólico e significante; (d) encerram um princípio construtivo; (e) apresentam um elemento de criatividade. A análise do conceito de representações sociais mostra que um grupo, ou pelo menos a maioria dos seus membros, aceita e assimila os conhecimentos produzidos, tanto ao nível do senso comum da vida quotidiana como pela ciência, através de representações que contribuem para a orientação das condutas sociais.

Enquanto elementos estruturantes dos comportamentos individuais e em grupo, as representações sociais estão marcadas pela afectividade, podendo considerar-se três momentos diferentes e sequenciais: (i) o pensamento, já que pensar é uma das

características humanas no que respeita à construção cognitiva; (ii) o sentimento, visto que o sentir, positivo e negativo, envolve todas as acções humanas; (iii) a acção, entendida como o comportamento. Ora, nesta perspectiva, falar em representações sociais significa a preparação para a acção, em que os comportamentos e atitudes são orientados e guiados em determinado sentido e cumprindo um conjunto de objectivos inicialmente propostos.

Em África, as representações sociais, bem como todos os instrumentos relacionados, adquirem grande importância sempre que se equaciona a actividade turística e as relações propiciadas entre as comunidades locais e os visitantes.

2.3. São Tomé e Príncipe e Cabo Verde: estudos de caso

Enquanto Pequenos Estados Insulares, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde parecem ser destinos turísticos potenciais, apelativos pela especificidade ambiental, naturalmente diferenciada em função da localização geográfica, e sobretudo pelas características de miscigenação cultural. Como foi anteriormente referido, as populações são tendencialmente crioulas, sendo o resultado de casamentos mistos, influenciadores dos traços de caracterização sócio-demográfica.

O estudo comparativo realizado em São Tomé e Príncipe e em Cabo Verde no âmbito do Projecto PTDC/AFR/69094/2006, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/MCTES), sugere alguns elementos de caracterização da relação que se pode estabelecer entre os elementos culturais e o turismo, bem como na influência que exercem um sobre o outro.

Através da análise dos inquéritos por questionário aplicados nos dois espaços arquipelágicos (N=849, dos quais 456 em São Tomé e 393 em Cabo Verde) é possível perceber que, nestes países, a maioria da população do estudo é alfabetizada (Quadro 20) evidenciando frequência de grau de ensino (81,7% do total), sendo de destacar algumas fragilidades no que respeita ao acesso ao ensino superior (3,9% do total).

Quadro 20 – Alfabetização dos inquiridos em São Tomé e Cabo Verde, em %

Alfabetização	Total	Cabo Verde	São Tomé
Não sabe ler/ escrever	5,5	5,1	6,0
Sabe ler/ escrever	10,7	20,8	2,2
Ensino Básico	32,5	33,6	32,4
Ensino Secundário	45,3	35,1	55,4
Ensino Superior	3,9	3,8	4,0
Outro	0,5	1,0	0,0
Não Responde	1,6	0,5	0,0

A análise por país evidencia um reforço em São Tomé (91,8% dos inquiridos são alfabetizados) relativamente a Cabo Verde (72,5%), situação eventualmente explicada pelo facto da recolha de dados ter incidido, no primeiro caso apenas na ilha de São Tomé, com destaque para os principais centros urbanos (31% na cidade de São Tomé e 21,5% na cidade de Neves), ou para localidades referenciadas na proximidade (entre Cruzeiro e Bombaim, 11,7%; Monte Café, 9,3%; Diogo Vaz, 7,5%).

Quadro 21 – Identificação do local de residência dos inquiridos por país e % de respostas

São Tomé	%	Cabo Verde	%
Porto Alegre/ Malanza	10,9	Lajedos (Santo Antão)	17,8
São João/ Angolares	6,2	Chã das Caldeiras (Fogo)	35,1
Entre Cruzeiro e Bombaim	11,8	Maio (Maio)	47,1
Diogo Vaz	7,5		
Cidade de São Tomé	31,0		
Neves	21,5		
Monte Café	9,3		
Ilhéu das Rolas	1,8		

No caso de Cabo Verde (Quadro 21), os inquiridos foram, repartidos pelas três ilhas analisadas (Fogo, Santo Antão e Maio), não coincidindo em nenhum dos casos com a capital, sendo todas particularmente marcadas pela ruralidade e mesmo pelo isolamento, resultante da distância em relação aos principais centros urbanos.

Todas as localidades objecto de inquirição foram seleccionadas a partir da existência de projectos turísticos nas proximidades, ou iniciativas de visita e realização de actividades para os viajantes (Quadro 22).

Quadro 22 – Identificação dos projectos turísticos por do local de inquirição e por país

Cabo Verde	
Localidade de Inquirição	Projecto/Iniciativa
Maio	Iniciativas em projecto
Fogo	Projecto Turismo Sustentável no Fogo (Parque Natural do Fogo)
Santo Antão	Projecto Turismo Solidário e Desenvolvimento (Atelier Mar)
São Tomé	
Localidade de Inquirição	Projecto/Iniciativa
Porto Alegre/ Malanza	Mangrove Tour Jalé Ecolodge
São João/ Angolares	Roça de São João

Entre Cruzeiro e Bombaim	Rocha de Bombaim
Diogo Vaz	Escola de Campo Diogo Vaz
Cidade de São Tomé	Hotéis vários
Neves	Rocha Monte Forte
Monte Café	Jardim Botânico
Ilhéu das Rolas	Pestana Equador

No geral, os principais elementos culturais referidos como potenciais para o turismo nos dois arquipélagos (Quadro 23) são as manifestações culturais, tais como a música, as danças, as festas populares e tradicionais, e ainda a gastronomia (49,6%), seguidos do artesanato (11,2%) e das referências históricas e elementos do património construído, incluindo as habitações tradicionais (7,7%).

A análise por país evidencia algumas discrepâncias que, do ponto de vista da actividade turística parecem ser relevantes. Assim, em Cabo Verde o artesanato e as características da população no que respeita ao contacto interpessoal são factores considerados como fortemente potenciais, enquanto que, em São Tomé, as principais potencialidades culturais referidas respeitam a manifestações culturais, na maioria marcadas pela informalidade.

Quadro 23 – Identificação de potencialidades culturais dos inquiridos em % de respostas

Potencialidade Cultural	Total	Cabo Verde	São Tomé
Manifestações culturais	49,6	69,6	60,5
Alegria e simpatia da Comunidade	2,2	10,7	1,1
Produtos artesanais e produção artística	11,2	54,3	5,0
História e Património	7,7	5,1	0,4
Vivência (modos de vida locais)	1,2	1,8	0,2
Não há	11,2	4,3	17,1
NS/NR	16,9	10,7	18,4

Da mesma forma, os principais problemas de ordem cultural identificados, relacionados com a promoção do turismo, são a possibilidade de existir perda de tradições ancestrais (27,6%), a fraca dinamização de actividades culturais e artísticas (27,1%), a desvalorização de elementos culturais de referência para as comunidades de acolhimento, a degradação do património construído (17,6%), nomeadamente histórico e arquitectónico, a falta de identidades culturais (17,0%) e a falta de diálogo intercultural (9,1%). Os dois países em análise assumem-se, assim, como potenciais produtos turísticos, se bem que de forma diferenciada pela particularização de especificidades próprias.

Quadro 24 – Principais problemas de origem cultural identificados pelos inquiridos, em %

Problema Identificado	TOTAL	Cabo Verde	São Tomé
Perda de tradições	27,6	26,4%	28,8%
Falta de dinamização cultural e artística	27,1	25,7%	28,5%
Degradação do património histórico-cultural	17,6	16,3%	18,9%
Falta de Identidade cultural local	17,0	19,0%	15,0%
Falta de Diálogo intercultural	9,1	11,7%	6,4%
Outro problema cultural	1,6	0,8%	2,3%

A análise por país permitiu também perceber que a perda das tradições locais, tanto em Cabo Verde como em São Tomé, é um factor de preocupação para as comunidades locais estudadas quando equacionam a possibilidade do número de visitantes ser incrementado. Assim, é pertinente reflectir sobre a relação entre a percepção comunitária da perda das tradições e a eventual abertura ao exterior, dando origem à construção de novas abordagens sobre as práticas locais. De forma associada surge o problema da fraca dinamização de actividades culturais e artísticas que, em São Tomé e Príncipe (80,4%) é mais evidente do que em Cabo Verde (72,3%). No primeiro caso, este problema parece ser uma evidência, já que a observação directa permitiu também confirmar que os equipamentos culturais e artísticos são escassos não estando a funcionar com um carácter regular no que respeita à oferta de produtos culturais. No segundo caso, há que referir que as ilhas estudadas (Fogo, Santo Antão e Maio) não têm tradição de oferecer serviços de animação cultural com um carácter de permanência, revelando frágil e pontual investimento em actividades ligadas à cultura.

De uma forma geral, os impactos da actividade turística são avaliados como positivos (76,6%), sendo um factor particularmente considerado em Cabo Verde (89,3%).

Quadro 25 – Avaliação dos impactos do turismo para os inquiridos em %

Avaliação geral dos Impactos	Total	Cabo Verde	São Tomé
Positivo	76,6	89,3	64,0
Negativo	19,4	7,4	31,4
NS/ NR	3,9	3,3	4,6

De acordo com o Quadro 25, os impactos do turismo identificados pelos inquiridos, com base nas percepções pessoais, sugerem que a actividade é tendencialmente positiva (+) para a valorização das identidades comunitárias e para o reforço cultural. Há que destacar o significativo valor percentual de não respostas por item.

Quadro 26 – Percepções dos impactos culturais do turismo para os inquiridos em %

Percepções	Total		Cabo Verde		São Tomé	
	+	-	+	-	+	-
Valorização das tradições locais	27,3	8,5	71,6	37,5	28,4	62,5
Dinamização de actividades culturais e artísticas	23,6	7,8	75,5	31,8	24,5	68,2
Reabilitação do património histórico-cultural local	16,7	5,7	23,7	3,1	10,7	7,9
Reforço da Identidade cultural local	12,4	4	77,1	32,4	22,9	67,6
Diálogo intercultural	21,8	4,8	74,9	13,6	25,1	86,4

. Contudo, de acordo com a sistematização apresentada no Quadro 26, das respostas válidas, pode perceber-se que os impactos culturais mais destacados pela positiva (+), no geral, são a valorização das tradições locais (27,3%), a possibilidade de dinamização de actividades culturais e artísticas (23,6%), o diálogo intercultural (21,8%), a reabilitação do património histórico e cultural local (16,7%), uma maior abertura ao Mundo (16,5%) e o reforço da identidade local promovida através da divulgação de elementos culturais que marcam a especificidade (16,5%).

A análise por país permite destacar, para Cabo Verde, a valorização das tradições, a possibilidade de dinamizar actividades culturais e artísticas, o reforço da identidade e o diálogo intercultural. No caso de São Tomé são mais evidenciados os impactos negativos do que os positivos, destacando-se os que se relacionam com o diálogo intercultural, que indicia a existência de processos de não respeito pelas identidades e pela cultura de origem.

Quadro 27 – Tipo de contacto estabelecido entre o turista e as comunidades locais, em %

Tipo de Contacto	Total	Cabo Verde	São Tomé
Conversas Ocasionais	56,5	59,2%	53,8%
Funcionário de Hotel	3,6	3,3%	3,8%
Funcionário de Restaurante/ bar	5,1	6,6%	3,6%
Comércio de Artesanato	4,9	4,3%	5,6%
Outro tipo de Comércio	6,1	6,0%	6,2%
Guia/ Animador	11,9	11,8%	12,0%
Motorista	5,7	3,7%	7,7%
Outro tipo de relações	6,2	5,0%	7,4%

De acordo com o Quadro 27, a maioria dos inquiridos indica apenas estabelecer contactos ocasionais com os turistas, a maioria através de conversas suscitadas no momento (56,5% do total), não repetidas, ou ocorridas no decurso de visitas com acompanhamento

de guia ou animador local (11,9%). Esta situação é recorrente nos dois países em análise, não se registando variações significativas em função do caso.

Quadro 28 – Benefício para as comunidades locais, em %

Benefício do Turismo	Total	Cabo Verde	São Tomé
Sim	60,8	86,0	35,7
Não	36,9	12,5	61,2
NS/ NR	2,3	1,5	3,1

De uma forma geral, os projectos turísticos têm contribuído para promover o desenvolvimento da região onde estão implementados (60,8% do total), sendo de destacar a forte discrepância na avaliação entre Cabo Verde (86%) e São Tomé (35,7%). Neste caso, a maioria dos inquiridos indica que os projectos em curso não promovem benefícios directos significativos de forma a serem percebidos e avaliados pela população a nível local ou regional. Ao contrário, a maioria refere que os projectos turísticos da proximidade da residência não beneficiam as populações, nem promovem melhorias nas condições de vida a nível local, contribuindo apenas para a valorização dos seus promotores.

No que respeita aos benefícios directos dos projectos turísticos, apenas 33,7% do total dos inquiridos indica a capacitação, incluindo promoção de acções de formação e de sensibilização, factores determinantes para a aquisição de conhecimentos e de competências. A situação é particularmente mais agravada no caso de São Tomé e Príncipe onde apenas 17,8% dos inquiridos menciona este tipo de benefício. No que respeita a capacitação, em Cabo Verde têm incidido de forma particular no desempenho funcional, nomeadamente no que respeita à formação de guias turísticos para acompanhamento de percursos de *trekking* e montanhismo (24,9%), actividades de restauração (13,2%), línguas estrangeira (12,9%) e hotelaria (11,7%). Em São Tomé e Príncipe, as acções formativas têm estado particularmente centradas nas artes e no artesanato (22,2%) com dispersão por outras áreas temáticas ou funcionais.

Os indicadores de participação não parecem ser conclusivos, já que, em média, apenas 31,2% dos inquiridos afirma participar na tomada de decisões sobre questões consideradas importantes para a continuidade dos projectos e que simultaneamente influenciam a vida comunitária. Da análise por região percebe-se que, em particular, no caso de São Tomé e Príncipe não existe grande envolvimento comunitário na tomada de decisões (18,5%). Neste caso, é relevante considerar que o maior índice participativo é registado na Roça de São João (74,6%) e o menor no Ilhéu das Rolas, onde é manifestamente inexistente (0,0%). Esta situação é facilmente explicada por dois factores principais a considerar: por um lado, a iniciativa turística do Ilhéu das Rolas é, desde o início da concessão do espaço pelo governo santomense, uma iniciativa privada, tanto no que respeita ao investimento como à forma de gestão. Por outro lado, os termos da concessão inicial com o *Grupo Rotas d'África*, previa a desertificação da ilha no que respeita à comunidade residente,

objectivo que teve continuidade com a negociação da subconcessão do Grupo Pestana. Em Cabo Verde, o índice mais significativo de participação comunitária é assinalado em Chã de Caldeiras no âmbito do Projecto promovido pela Direcção do Parque Natural do Fogo. Dos inquiridos que indicam participar activamente nas actividades dos projectos, a maioria (71%) refere fazê-lo de forma proactiva e envolvida, enquanto que os que não participam alegam não ter sido convidados a fazê-lo ou estar impossibilitados pelo envolvimento simultâneo em actividades laborais.

De uma forma geral, os aspectos indicados como requerendo maior atenção, considerando-se apenas, neste caso, os factores sócio-culturais, consistem nos efeitos promotores de desenvolvimento local e de base comunitária (16,4% do total) e a valorização da participação (14,4%), sendo de destacar que estes indicadores são particularmente mais referidos pelos inquiridos santomenses (19,3% indica o desenvolvimento local e 27,9% a necessidade de incrementar a participação comunitária).

Quadro 29 – Aspectos sócio-culturais a melhorar por país e em %

Factores a melhorar	Total	Cabo Verde	São Tomé
Actividades culturais	7,7	1,8	5,9
Desenvolvimento local	16,4	13,5	19,3
Formação e capacitação	8,7	8,7	8,6
Sensibilização dos turistas	1,6	0,8	2,4
Promover a participação	14,4	0,8	27,9

Estes resultados parecem fazer sentido visto que coincidem com os indicadores avaliados de forma mais precária. No que respeita às técnicas de incentivo à participação e ao envolvimento, destaca-se uma valorização de todos os itens em São Tomé, nomeadamente: os estudos de opinião (93,1%); os concursos de ideias (87,2%); as audiências públicas (83,1%); as acções nas comunidades (80,3%); e a organização de eventos (78,6%).

Na opinião dos inquiridos, os principais aspectos que deveriam ser melhorados para desenvolver o turismo são comuns, tanto a Cabo Verde como a São Tomé: as vias de acesso; as infra-estruturas básicas; e as condições de vida das populações.

A análise dos dados seleccionados, por serem os mais relevantes no que respeita à importância do turismo para a valorização cultural das comunidades de acolhimento, permite perceber que, de uma forma geral e independentemente do espaço insular considerado, as comunidades têm ficado à margem dos projectos turísticos, não os influenciando de forma directa, maioritariamente por impossibilidade de maior envolvimento e participação.

A esfera da gestão das unidades não está acessível às comunidades locais que revêem nas iniciativas mais uma oportunidade de trabalho do que propriamente de valorização dos elementos culturais de referência. Contudo, de uma forma geral, o turismo é entendido

como um sector que promove benefícios para quem cria, gere e explora as iniciativas, ou para quem usufrui dos momentos de lazer, ficando aquém das expectativas da população local. Em alguns dos projectos estudados, a cultura comunitária, traduzida nas formas de ser, estar e agir, reguladas por padrões identitários que são exteriorizados através de representações sociais, são entendidas pelos promotores como limites ao incremento das iniciativas. Noutras situações, os elementos culturais tendem a sofrer de folclorização padronizada, e tendencialmente estereotipada, por serem concebidos apenas como mais um tipo de recurso susceptível de rentabilização a favor do projecto, arriscando alguma perda de autenticidade genuína tão procurada pelos visitantes.

A imagem turística dos espaços insulares analisados tem sido marcada por uma falsa ideia, ou pelo menos potencial e parcialmente falaciosa. O turismo permanece estreitamente associado a uma imagem centrada no estereótipo de que o turista que visita os arquipélagos procura ambientes de sol e praia, onde encontra climas amenos e segurança garantida. Esta noção está bem patente nas entrevistas realizadas a representantes institucionais dos dois países ligados ao sector, a promotores de iniciativas turísticas e até a observadores externos dos projectos em estudo: na viagem, sobretudo em tempo de lazer, o turista estrangeiro procura praias desertas, mar e sol, e essa é a potencialidade turística habitualmente mais referida. A dimensão cultural tende a ser frequentemente secundarizada porque concebida mais como um complemento de actividades possíveis do que como a motivação principal. E, contudo, os dois arquipélagos são dotados de elementos patrimoniais de grande riqueza: além da História marcada por um passado colonial vivido intensamente, em Cabo Verde encontram-se elementos culturais de monta, entre os quais a música internacionalmente conhecida e apreciada pelos ritmos característicos, as danças, a gastronomia crioula, os trajes tradicionais, as festas e a religiosidade. Em São Tomé e Príncipe, o património construído, se bem que a requerer intervenção urgente de reabilitação, reveste interesse particular até porque coincide com a valorização da História nacional, centrando-se nas roças, antigas unidades de exploração agrícola.

Quem mais refere os factores culturais como estruturantes das actividades turísticas são as próprias comunidades que, em todo o momento, procuram um reforço das suas identidades, e que é possível através da valorização de elementos de referência. Os membros das comunidades locais residentes na envolvência dos projectos realçam, muitas vezes de forma inconsciente, componentes da cultura marcadas pela ancestralidade e pela tradição que, com o turismo, não só procuram que não se percam como ainda contribuem para a sua revitalização.

Os impactos do turismo nas comunidades reflectem-se também a nível económico e material, particularmente no que respeita aos indicadores de emprego, aquisição de rendimento e condições de vida e de bem-estar. O estudo privilegiou também esta dimensão, porque se considera que o desenvolvimento, na vertente da sustentabilidade, implica a garantia de acesso a bens e a serviços.

Quadro 30 – Principais problemas económicos, em %

Problema	Total	Cabo Verde	São Tomé
Desigualdade Económica	9,1	5,1	13,1
Desemprego	17,3	16,2	18,4
Condições de Trabalho	9,2	9,4	9,0
Falta de actividades produtivas locais	8,1	9,0	7,2
Dependência face ao exterior	5,6	6,9	4,2
Baixo rendimento familiar	12,4	10,9	13,8
Educação/ Formação	10,1	9,2	11,0
Infra-estruturas	8,4	8,4	8,4
Acesso a água	10,3	13,1	7,5
Conflito por terra	3,1	4,2	2,0
Acesso a meios de comunicação e informação	5,9	7,2	4,5
Outro problema	0,5	0,3	0,8

De uma forma global, os principais problemas económicos identificados são o desemprego associado ao baixo rendimento familiar, falta de actividades produtivas e precárias condições de trabalho (47% no conjunto dos factores) que resultam em desigualdades económicas (9,1%).

A análise por país permite perceber ausência de variações dos problemas mais prementes, se bem que em São Tomé a conjugação destes factores seja mais representativa (48,4%), complementada por desigualdades económicas (13,1%), enquanto que em Cabo Verde, os valores são inferiores (45,5% e 5,1% respectivamente). Estes factores conjugam-se, fazendo emergir situações agravadas de pobreza (20,3% em Cabo Verde e 22,3% em São Tomé e Príncipe) e violência (9,3% em Cabo Verde e 8,4% em São Tomé e Príncipe). Assim, a maioria dos inquiridos considera que os projectos turísticos devem conter uma vocação social (74,2% em Cabo Verde e 82,9% em São Tomé e Príncipe) que permita colmatar os principais problemas sentidos.

As áreas de intervenção do apoio social, com vertente económica, consideradas pelos inquiridos coincidem com a tomada de consciência dos problemas que requerem uma atenção mais urgente: formação (19,3% em Cabo Verde e 16,6% em São Tomé e Príncipe), apoio a população desfavorecida (em Cabo Verde, 15,3% e em São Tomé e Príncipe, 15,6%), apoio ao empreendedorismo (14,5% em Cabo Verde e 14,8% em São Tomé e Príncipe).

Quadro 31 – Impactos positivos nos problemas económicos, em %

Impacto positivo no problema	Total	Cabo Verde	São Tomé
Desigualdade Económica	6,9	4,1%	9,6%
Desemprego	32,9	23,2%	42,5%
Condições de Trabalho	11,4	12,7%	10,0%
Falta de actividades produtivas locais	8,1	9,8%	6,4%
Dependência face ao exterior	1,9	3,5%	0,4%
Baixo rendimento familiar	11,2	11,3%	11,1%
Educação/ Formação	10,5	12,0%	8,9%
Infra-estruturas	7,3	10,0%	4,6%
Acesso a água	3,8	4,4%	3,2%
Conflito por terra	1,1	1,0%	1,1%
Acesso a meios de comunicação e informação	5,1	8,0%	2,1%

Em média, e no geral, os impactos mais positivos resultantes do turismo nas regiões insulares analisadas respeitam ao combate ao desemprego (32,9%), à melhoria nas condições de trabalho (11,4%), ao incremento no rendimento familiar (11,2%), à valorização da educação e da formação (10,5%). A análise por país (Quadro 31) permite evidenciar, de forma particular, o indicador desemprego no caso de São Tomé e Príncipe, indiciando que este foi o principal benefício sentido com o incremento do sector.

O turismo é definido como catalizador de recursos e gerador de efeitos de difusão para outros sectores que lhe são complementares, contribuindo para a sua dinamização e rentabilização (cf. Quadro 32). Em Cabo Verde, as principais actividades produtivas que beneficiam do turismo são o artesanato (16,2%), a restauração, incluindo restaurantes, bares e similares (12,2%), o comércio local (12%), a construção civil (10,6%) e os transportes (8,9%). Em São Tomé e Príncipe, percebem-se algumas diferenças, já que as actividades mais destacadas são o artesanato (23,5%), a agricultura (16,4%), os serviços de lazer (12,9%), os transportes (12,5%) e o comércio local (9,8%).

Quadro 32 – Sectores de actividade mais influenciados pelo turismo, em %

Actividades	Cabo Verde	São Tomé
Agricultura	6,8	16,4
Artesanato	16,2	23,5
Indústria	4,9	5,8
Comércio Local	12,0	9,8
Transportes	8,9	12,5
Pesca	5,4	3,7
Restauração	12,2	4,9
Construção Civil	10,6	1,9
Educação/ Formação	7,2	3,2
Saúde	6,1	4,1
Serviços de Lazer	9,7	12,9
Outro Sector	0,2	1,2

Os projectos turísticos estudados contribuem para a minimização dos principais problemas económicos sentidos pelas populações locais (Quadro 33), nomeadamente para a criação de emprego (22%), valorização de empresas locais, concessão de apoio às associações locais e aos projectos de base comunitária e a mobilização de recursos locais (12,4%). A análise por país é coincidente, havendo contudo uma ligeira alternância na hierarquia de importância dos diferentes factores considerados.

Quadro 33 – Contributos dos projectos turísticos para a resolução de problemas, em %

O Projecto contribui para	Total	Cabo Verde	São Tomé
Criação de emprego	22,0	18,0%	26,0%
Valorização de empresas locais	15,3	12,6%	17,9%
Mobilização de recursos da região	12,4	11,0%	13,7%
Satisfação de necessidades locais	9,0	10,7%	7,3%
Apoio a associações locais e projectos comunitários	12,6	13,2%	11,9%
Financiamento de infraestruturas	6,9	9,1%	4,7%
Combate à migração das populações locais	3,9	4,8%	2,9%
Combate à migração dos jovens	5,0	5,4%	4,6%
Valorização da cultura local	12,4	14,9%	9,9%
Outro contributo	0,8	0,4%	1,1%

De uma forma geral, pode afirmar-se que os impactos sócio-económicos são positivos,

sendo particularmente mais valorizados em Cabo Verde, em resultado de uma implementação mais sustentada das iniciativas turísticas. Em São Tomé e Príncipe os impactos nas comunidades parecem ser, em geral, ténues, evidenciando um reforço maior ao nível dos benefícios para os promotores, com eventual implicação das populações locais, não sendo contudo generalizada.

No que respeita aos efeitos sócio-culturais, os resultados da investigação vão ao encontro das suposições iniciais, já que os elementos das culturas tradicionais das pequenas ilhas tendem a ser revalorizados por serem simultaneamente entendidos como potencialidades turísticas complementares aos elementos naturais, que são habitualmente considerados como os factores mais apelativos do ponto de vista das viagens e do turismo.

3. O ENFOQUE EDUCATIVO-AMBIENTAL NO TURISMO COMO FACTOR DE SUSTENTABILIDADE LOCAL

Joaquim Ramos-Pinto e Brígida Rocha Brito

As orientações que têm vindo a surgir, a partir das reuniões internacionais, sobre a actividade turística assentam na necessidade de uma visão de futuro suportada pelos conceitos de sustentabilidade, baseados em políticas de desenvolvimento local. Se, por um lado, este novo paradigma de turismo tem vindo a ser discutido e a ser utilizado nos discursos políticos, por outro lado, não tem sido sempre capaz de desenvolver processos participativos entendidos como práticas educativo-ambientais ao nível dos principais agentes locais para a confluência dos interesses e dos interessados nos processos de decisão sobre as políticas locais de sustentabilidade.

Um novo conceito de Turismo Sustentável é reforçado a partir da Conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Passados dezoito anos, ainda muitas das recomendações estão por traduzir ao nível das políticas locais de sustentabilidade apesar das directrizes, que têm vindo a ser produzidas, fornecerem orientação aos órgãos de poder de decisão, legisladores e agentes responsáveis pelo turismo, tanto no poder local como no poder central, ao sector privado, às comunidades locais, às organizações não governamentais ou outras organizações da sociedade civil.

Neste contexto, e numa perspectiva de turismo sustentável, é imprescindível a participação dos principais agentes envolvidos no turismo e no desenvolvimento local a fim de contribuírem, entre outras coisas, com uma participação justa e equitativa dos actores locais, mais e melhor informação e formação ao nível de competências numa perspectiva de sociedades sustentáveis e a restauração de danos ambientais que se têm feito sentir com maior ou menor impacto em todas as partes do planeta.

Os governos, instituições internacionais e actores do desenvolvimento local devem levar estas directrizes em conta nas suas políticas, programas e actividades, e apoiar a sua implementação, especialmente em regiões, social e economicamente mais desfavorecidas, e devem estimular o intercâmbio de experiências e lições aprendidas com a sua implementação.

Nos últimos anos o sector do turismo tem utilizado os espaços naturais e os percursos de natureza como forma de responder às necessidades de um segmento de mercado que tem vindo a procurar alternativas ao turismo tradicional. Desta forma consideramos que o turismo de natureza enquanto estímulo à sensibilização sobre o ambiente e à sua conservação, deverá considerar um espaço na planificação das actividades com a integração da Educação Ambiental. O grande desafio está em que a actividade turística consiga dar um enfoque educativo-ambiental às acções que promove. A Educação Ambiental e o

NS/NR	9,9	3,1	1,4	17,3	4,0	20,3	25,0	9,3	8,7	2,4	0,0
Não há	0,0	0,0	2,9	3,8	0,0	18,6	0,0	8,3	0,7	0,0	0,0

A análise por região permite perceber alguma variação (Quadro 34), sendo de destacar, em Cabo Verde, a paisagem e as grutas em Santo Antão, o vulcão e a paisagem no Fogo e a praia e a paisagem na ilha do Maio. No caso de São Tomé e Príncipe, são mais valorizadas a praia e a paisagem em Porto Alegre, a praia e as florestas em São João, a paisagem em Bombaim e Diogo Vaz, a praia e a paisagem na cidade de São Tomé, as ribeiras e a floresta em Neves, a paisagem e a flora em Monte Café e a paisagem e a praia no Ilhéu das Rolas. Na verdade, as potencialidades ambientais mais referidas pelos inquiridos corresponde às características dominantes de cada uma das regiões.

3.1. Turismo em contexto insular: bases para o Desenvolvimento Local

Quando pensamos em sustentabilidade ou políticas de desenvolvimento local em regiões com potencial turístico, cultural e ambiental, em especial no contexto insular, associamos, com facilidade, iniciativas baseadas na potenciação do turismo sócio-cultural e ambiental em alternativa à saturação do turismo tradicional ou ao impacto negativo que este pode trazer a estas regiões.

Neste sentido, o turismo entendido como factor de desenvolvimento local deve ser: integrado e integrador, tendo em conta o conjunto das actividades que compreendem a vida de uma comunidade; endógeno, uma vez que é o único meio de garantir o equilíbrio das actividades assentes no desenvolvimento sócio-económico dessa comunidade; e local, porque é a este nível que se baseia a capacidade de acção dos actores sociais reunidos à volta de um sentimento de identidade e de pertença a uma comunidade (Jacq, 1997).

A importância do turismo para qualquer região do Mundo, em geral, e para as regiões insulares, em particular, merece uma atenção especial por parte dos agentes políticos, socioeconómicos, culturais e da sociedade civil, quando se trata de ter em conta a fragilidade dos ecossistemas, a instabilidade política ou a debilidade social e económica da população local. Neste sentido, podemos dizer que o turismo em contexto insular e enquadrados por comunidades com índices de pobreza elevados, pode trazer aspectos claramente positivos para o desenvolvimento das zonas onde se implanta. No entanto, teremos de ter, também em conta que, para chegar a esse factor realmente determinante de desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais, deve verificar-se uma série de condições.

Neste contexto, e de acordo com Calatrava (1993) referenciado por Jacq (1997: 32), para que o turismo seja um factor de desenvolvimento local, para além de se oferecer um produto turístico atractivo, diferente e de qualidade, deve considerar alguns requisitos, tais como:

- Manter um equilíbrio entre os sistemas ecológicos, sócio-económicos e culturais
- Contribuir para que a população local possa obter uma fonte de recursos

económicos complementares, de forma a poder fazer frente a problemas como o desemprego ou a crise dos sistemas agrários das sociedades rurais; isto implica a existência de um organismo público que controle localmente as decisões sobre os investimentos;

- Contribuir para a diversificação das actividades económicas;
- Promover o intercâmbio entre as culturas e os povos;
- Intervir positivamente na articulação de uma política coordenada de ordenamento do território, melhorando a competitividade das actividades económicas das zonas menos desenvolvidas.

E, ainda, de acordo com Barquero (1993) referenciado por Jacq (1997: 32), para que se cumpram estas condições é necessário contar com: infra-estruturas suficientes (*hardware* do desenvolvimento local); boa formação dos recursos humanos, fomento da capacidade empresarial e difusão da tecnologia (*software* do desenvolvimento local); organização da comunidade local em redes (*orgware* do desenvolvimento local); uso adequado dos recursos naturais existentes (*ecoware* do desenvolvimento local)

Um outro estudo realizado por Meira & Ramos-Pinto (2008: 62) evoca-nos a importância da participação social nas políticas de desenvolvimento local e que, no nosso entender, deverá estar, igualmente, associada a qualquer plano estratégico de turismo. Assim, para que uma política de desenvolvimento local sustentável seja estável e continuada terá de existir um acordo de compromisso que assuma todos os sectores da política e da sociedade civil, o que aponta à necessidade de novas formas de governo no exercício do poder local. Deve caminhar-se para uma cultura da participação social renovada, na qual a intervenção da cidadania tenha uma nova forma de estar, mais unida a iniciativas de apoio à gestão e à tomada de decisões, do que centrada unicamente em fórmulas reivindicativas. Simetricamente, os grupos políticos institucionalizados terão que integrar novos conceitos e práticas na sua actuação política, tendentes ao envolvimento directo dos cidadãos, através da articulação de diferentes técnicas, instrumentos e espaços de participação.

Quadro 35 – Participação comunitária nas decisões sobre as opções turísticas da região, em %

	Cabo Verde	São Tomé
Sim	44,0	18,5
Não	43,0	79,3
NS/ NR	13,0	2,2

No estudo levado a cabo no âmbito do projecto de investigação “O impacto do turismo no desenvolvimento comunitário em África: análise de experiências insulares”, podemos constatar que os inquiridos quando questionados acerca da participação comunitária nas decisões sobre as opções turísticas da região (Quadro 35), em Cabo Verde, 44% refere que sim e 43% refere que não; enquanto que em São Tomé e Príncipe apenas 18,5% afirma que

sim contra 79,3% que responde negativamente.

Por sua vez é reconhecida a importância da participação nos projectos turísticos embora não se verifique uma efectiva participação por desconhecimento das iniciativas, ou porque não são recebidos convites ou, ainda, por falta de tempo, como podemos constatar pela leitura do Quadro 36a) e b).

Quadro 36 – Razões para não participar nas reuniões, em %

a) Cabo Verde

Razão de não participação	Sto. Antão	Fogo	Maio	Total
Desconhecimento	5,9	0,0	0,0	2,2
Falta de convite	23,5	33,3	0,0	28,3
Motivos de Trabalho	23,5	22,2	100,0	26,1
Não faz parte do projecto	17,6	22,2	0,0	19,6
Não gosta de participar	5,9	11,1	0,0	8,7
Outras	23,5	11,1	0,0	15,2
NS/NR	0,0	0,0	0,0	0,0

b) São Tomé e Príncipe

Razão de não participação	Porto Alegre	São João	Bombaim	Diogo Vaz	Cidade	Neves	Monte Café	Ilhéu Rolas	Total
Desconhecimento	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	33,3	20,0	0,0	22,2
Falta de convite	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	60,0	100,0	14,8
Motivos de Trabalho	100,0	0,0	0,0	0,0	18,8	33,3	20,0	0,0	22,2
Não faz parte do projecto	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Não gosta de participar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	0,0	0,0	0,0	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	14,8
NS/NR	0,0	0,0	100,0	0,0	31,2	33,3	0,0	0,0	25,9

Partilhando Fernández (2009), consideramos que a actividade turística é uma potencialidade endógena das políticas de desenvolvimento local, pelo que deverá haver um esforço na compatibilização do crescimento económico associado ao desenvolvimento do sector turístico tendo em conta a conservação do património sócio-cultural e o necessário esforço pelo equilíbrio dos recursos naturais.

Esta ideia é, também, partilhada pelos diferentes actores locais de São Tomé e de Cabo Verde quando referem:

- 1) Cabo Verde - *“... a verdade é que nós consideramos que o turismo pode vir a contribuir de forma significativa para o desenvolvimento socioeconómico deste país e todos estamos conscientes disso... mas o turismo está intrinsecamente*

inter-relacionado com diferentes sectores, fundamentalmente com o ambiente. Falamos por exemplo da questão do saneamento básico do meio, da questão da preservação do ambiente,...

- 2) São Tomé e Príncipe - *"...ouve-se falar que, aqui em São Tomé, o turismo é uma alternativa económica bastante boa para o país, mas só que ao longo destes anos as coisas não evoluíram muito, isto em função das expectativas das pessoas que acreditam neste sector, mas seja como for muitos passos foram dados ao longo de alguns anos, ... e a nível da Associação Monte Pico nós levamos os turistas a zonas ecológicas para darmos a conhecer um pouco as nossas plantas, os animais, os pássaros... e assim ajudar-nos a preservar essas espécies."*

Por outro lado, Fernández (2008) refere que o desenvolvimento local deve ser pensado mais para além da lógica economicista predominante nos dias de hoje, devendo ter um enfoque e uma prática que permita potenciar o desenvolvimento endógeno, a auto-organização e o bem-estar social. Assim, o turismo numa perspectiva de desenvolvimento local implica uma visão multidimensional do desenvolvimento que compreende: economia; sociedade; cultura; ambiente; e política; e deve expressar-se no desenvolvimento de identidade e no sentido de pertença local, assim como no reconhecimento e exercício de direitos e responsabilidades, e na participação em assuntos públicos e no governo local.

Ainda, de acordo com Abellán (2008), o turismo deve ser entendido como uma área transversal que pode e deve ser capaz de repensar o futuro e introduzir novas actividades que deverão contribuir para a definição de estratégias de desenvolvimento local tanto pela sua capacidade de gerar fluxos de emprego, como pela capacidade de fomentar a responsabilidade social e a preservação ambiental em benefício das comunidades locais.

A reforçar esta ideia podemos, igualmente, constatar que os inquiridos no estudo levado a cabo em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe valorizam as áreas do emprego e das novas oportunidades, do património cultural e da preservação ambiental ao nível dos impactos positivos do turismo no desenvolvimento local.

3.2. As políticas de Ambiente e Educação Ambiental: uma oportunidade a adoptar no sector do turismo

Remontando ao início dos anos setenta do séc. XX é reconhecido institucionalmente, a partir da *Conferência de Estocolmo* (1972), o direito do ambiente tendo em conta as conclusões dos *Relatórios do Clube de Roma*, que reflectem a preocupação relativa à necessidade premente de controlar e reduzir os danos *incalculáveis* que se vinham causando ao ambiente e ao ser humano, especialmente ao nível dos recursos naturais e da saúde pública; e fixa-se um conjunto de princípios para que os Estados e as Nações ponham nas suas prioridades políticas a preservação e a utilização racional dos recursos naturais sendo que o turismo não se poderia sentir alheado.

No âmbito dos debates produzidos na Conferência de Estocolmo, e após identificados e reconhecidos alguns dos problemas ambientais que afectam a Humanidade, é lançado

o desafio a todos os cidadãos, colectividades, empresas e instituições para que assumam responsabilidades partilhadas na preservação e na melhoria do ambiente. Por outro lado são responsabilizados os governos e as autoridades locais pelas políticas e pelas acções que terão de realizar em matéria de ambiente. Ao nível da cooperação internacional é lançado o desafio de se aumentarem os recursos que permitam ajudar os países em desenvolvimento a cumprir as suas responsabilidades neste domínio; para além da necessidade de se actuar em matéria de ambiente no interesse de todos.

Esses primeiros momentos que colocaram a temática ambiental na ordem do dia, e na agenda política internacional, foram decisivos para o reconhecimento pelos diferentes campos social, político, económico, ambiental, académico, etc., do potencial e importância da educação como forma de enfrentar e atacar os problemas ambientais que vivemos.

Foi através da *Recomendação 96 da Conferência de Estocolmo*, referente ao Ambiente Humano, que se “reclamou o desenvolvimento da Educação Ambiental como um dos elementos mais críticos para se poder atacar a fundo a crise mundial do ambiente. Esta Educação Ambiental deve estar solidamente assente sobre os princípios fundamentais definidos na Declaração das Nações Unidas sobre a nova ordem económica internacional” (Instituto Nacional do Ambiente, 1990: 10-11).

Neste contexto, enquadrado por compromissos explícitos com a integridade dos sistemas ecológicos e a construção de um mundo mais justo, ético e com harmonia, situa-se a Educação Ambiental como proposta e resposta educativa para um desenvolvimento que prevê uma melhor qualidade do ambiente e para uma melhoria da qualidade de vida das gerações contemporâneas e futuras (UNESCO, 1975 e 1977).

A partir desta nova era em prol do ambiente, várias conferências e encontros internacionais se seguiram, deles resultando documentos e declarações oficiais que colocavam na ordem do dia o papel do Estado na defesa e na melhoria do ambiente em benefício das gerações actuais e vindouras.

Como marco relevante para o ambiente, tratado de forma transversal em todas as políticas, incluindo a do turismo, realiza-se em 1992 a Conferência do Rio de Janeiro mais conhecida por Cimeira da Terra promovida pelas Nações Unidas, com representação de 172 Governos incluindo 108 Chefes de Estado, e onde foram aprovados por unanimidade a *Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento*, a *Declaração de Princípios sobre as Florestas* e a *Agenda 21*, para além de terem sido apresentadas duas *Convenções sobre Alterações Climáticas e sobre a Diversidade Biológica*.

No âmbito da Conferência do Rio 92, a Educação Ambiental teve um papel relevante através das intervenções de educadoras e educadores ambientais do mundo inteiro que culminou com a aprovação de um documento alternativo, o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, a partir do Fórum Global, promovido pela sociedade civil com representação de 1.500 Organizações Não Governamentais (ONG). Com este Tratado surge a construção de uma ordem internacional alternativa, trabalhando como se tratasse de uma família de actores sociais, com

o sonho de que outro mundo é possível. Esta era uma oportunidade para contrariar o desenvolvimento desmesurado, provocado pelas sociedades ocidentais que teimam em seguir com políticas neoliberais; por isso chamava toda a sociedade a tomar consciência do seu papel político e a intervir na construção de “sociedades sustentáveis”.

Por outro lado, no período dos anos 80 do século XX, a Organização Mundial de Turismo (OMT) estimulou, através dos seus discursos e declarações oficiais, a adopção de políticas e medidas que considerassem o respeito pelo ambiente e pelas comunidades locais. No entanto, é a partir da Conferência do Rio, em 1992, que estes temas passam a integrar as políticas de desenvolvimento turístico, através da criação de uma *Secção de Desenvolvimento Sustentável* dentro da Secretaria da OMT e a definir turismo sustentável como “uma actividade orientada à gestão de todos os recursos de maneira a que se pudessem satisfazer as necessidades económicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os mecanismos de apoio à vida” (Abellán, 2008: 40).

Dando seguimento às linhas de acção da Agenda 21, mais concretamente a um capítulo sobre *Turismo e Ambiente*, a Organização Mundial do Turismo organizou, em 1995, em Lanzarote, a *Conferência Mundial sobre o Turismo Sustentável*, na qual foi aprovada a *Carta Mundial sobre o Turismo Sustentável* que compromete os seus signatários a um conjunto de dezoito princípios para se conseguir um desenvolvimento turístico sustentável, ou seja, um turismo ecologicamente suportável a longo prazo, viável economicamente e equitativo numa perspectiva ética e social para as comunidades locais.

Ainda nesta linha de compromisso do sector turístico pelas questões ambientais, os agentes turísticos aprovaram, em 1996, a *Agenda 21 para a Indústria das Viagens e Turismo*: até um desenvolvimento ecologicamente sustentável, cujo documento integra um plano de acção com medidas a adoptar pelos agentes implicados na actividade das viagens e turismo.

Por seu lado, a OMT reúne a sua Assembleia Geral em 1999, em Santiago do Chile, onde aprova o *Código Ético Mundial para o Turismo*, que disponibiliza um marco de referência para os destinos, os governos, os operadores turísticos, as agências de viagens e os próprios turistas no que respeita ao desenvolvimento responsável e sustentável do turismo. Este código é reconhecido pela ONU e, em 2001, a OMT aprovou a criação do *Comité Mundial de Ética do Turismo*, responsável por supervisionar o cumprimento do código e por reunir informação sobre a sua aplicação.

No âmbito da reunião organizada pela OMT na Tailândia, em 2004 foi revista a definição de turismo sustentável passando a dar mais ênfase ao equilíbrio entre os aspectos ambientais e sociais, e a atender a objectivos mundiais como a eliminação da pobreza. Desta forma consideramos que a Educação Ambiental é uma boa maneira de comprometer todos os cidadãos, tanto visitantes como habitantes; de implicar os diferentes agentes sociais de uma comunidade; de aprofundar o conhecimento dos valores naturais e culturais subjacentes nos programas turísticos; de aprofundar o estudo sobre o papel que

desempenha o Turismo Sustentável no Desenvolvimento Local.

Para que possamos contribuir na implementação efectiva das orientações das diferentes organizações internacionais, é importante e necessária uma formação adequada dos diferentes actores políticos, sociais e económicos no sentido de que os programas turísticos estejam comprometidos com a preservação ambiental e possam promover entre os seus clientes, os turistas, uma forma consciente de comportamento, dando-lhes a oportunidade de participar de experiências de Educação Ambiental e de conviver directamente com pessoas de outras culturas. Além disso, contribuições voluntárias às comunidades locais e às actividades de conservação realizadas na região devem ser encorajadas através de programas turísticos específicos.

Um dos factores que pode ser determinante na eficácia de programas de Educação Ambiental adoptados no sector turístico passa pelo incentivo à valorização dos lugares do quotidiano das comunidades locais através da dinamização de actividades culturais e recreativas ou através da valorização das actividades socioeconómicas como a pesca, a actividade florestal ou agrícola associada a percursos de natureza. Essa valorização nem sempre ocorre nos locais de visitas turísticas, podendo ser potenciada a partir do momento em que as pessoas aprendem a valorizar, a compreender criticamente e a actuar positivamente na transformação dos lugares onde vivem.

Como foi anteriormente analisado (cf. II, 2), os resultados dos questionários aplicados indicam que as relações que se estabelecem entre a comunidade local e os turistas são principalmente originadas por conversas ocasionais, ou no decurso de actividades com o guia/animador. Daqui podemos depreender que nestes dois contextos insulares os contactos entre os residentes e os turistas são potencialmente elevados, o que pode facilitar a prossecução de actividades de educação ambiental nas estratégias turísticas em benefício das comunidades locais, tendo em conta a própria percepção que estes têm dos problemas ambientais.

Quadro 37 – Percepção dos principais problemas ambientais, em %

Problema	Total	Cabo Verde	São Tomé
Fornecimento de água potável	75,0	87,0%	63,0%
Acumulação de Lixo nas vias públicas	51,7	50,5%	52,9%
Ruído e poluição sonora	14,3	16,9%	11,7%
Escassez de recursos naturais	40,5	64,3%	16,7%
Problemas energéticos	68,9	63,8%	74,0%
Qualidade do ar	7,2	5,7%	8,4%
Falta de Áreas Protegidas	18,4	29,2%	7,5%
Desertificação	16,7	31,2%	2,2%
Saneamento Básico	67,4	57,6%	77,1%
Falta de programas de Educação Ambiental	65,5	60,4%	70,5%

Falta de Ordenamento do Território	25,5	41,4%	9,5%
Trânsito	16,6	20,8%	12,3%
Outro problema ambiental	3,3	2,6%	4,0%

Ainda a reforçar a importância da Educação Ambiental, quando auscultados sobre a percepção dos principais problemas ambientais (Quadro 37), 65,5% do total refere falta de programas de Educação Ambiental, sendo essa situação mais referenciada em São Tomé (70,5%) do que em Cabo Verde (60,4%), apesar de, em qualquer dos casos, os valores serem muito significativos. No geral, este é 4º parâmetro, em 13 considerados. É curioso considerar que, em Cabo Verde, além da carência de programas de educação ambiental, os principais problemas sentidos respeitam ao fornecimento de água potável (87%), a escassez de recursos naturais (64,3%), a energia (63,8%). Em São Tomé, o ordenamento dos problemas mais evidenciados varia: a falta de saneamento básico (77,1%), os problemas energéticos (74%) e o fornecimento de água potável (63%). Em termos médios, a acumulação de lixo nas vias públicas (51,7%) é também um problema agravado identificado.

A análise do Quadro 37 permite constatar que, face às características ambientais dos dois arquipélagos, anteriormente equacionadas (cf. I):

- Em Cabo Verde, são valorizados de forma significativa alguns aspectos, tais como a escassez de recursos naturais (64,8%), o saneamento básico (57,6%), a falta de ordenamento do território (41,4%), a desertificação (31,2%) e a falta de áreas protegidas (29,2%);
- Em São Tomé, alguns dos problemas enunciados, e sentidos de forma particular em Cabo Verde, são desvalorizados, nomeadamente, a desertificação (2,2%), a falta de áreas protegidas (7,5%), e a falta de ordenamento do território (9,5%).

Nas entrevistas realizadas, vários dos entrevistados comprovam os resultados dos questionários quando afirmam que o contacto entre o turista e as comunidades locais tende a ser ocasional, e consideram importante o desenvolvimento de iniciativas turísticas que promovam as relações interpessoais entre os visitantes e a comunidade residente, como se testemunha seguidamente:

- 1) *“a própria população não tem colhido grandes frutos, sobretudo nestes voos charters onde vêm turistas direccionados... vêm para o hotel, têm pouco contacto com a população. (...) então não há realmente este grande intercâmbio e esta possibilidade da população poder tirar algum benefício, como a possibilidade de comer em alguns restaurantes, comprar artesanato, comprar frutas, comprar coisas”*
- 2) *“Eu penso que o que é necessário é que o governo e os parceiros que estão a investir na área possam encontrar um mecanismo de poder... uma estratégia, ... dar uma possibilidade para que essas pessoas possam realmente beneficiar desses circuitos turísticos. Porque, da maneira como é feito agora, a gente dá conta que chegam os*

- turistas apenas no aeroporto e depois disso parece que desaparecem, não se vêem”.*
- 3) *“gostaríamos também que eles quisessem desfrutar um pouco melhor do próprio meio ambiente natural que nós temos, para além de estar no hotel. Poderiam deslocar-se ao parque, deslocar-se a um jardim, podendo desfrutar um pouco daquilo que nós temos”.*
 - 4) *“Neste sentido, o que nós estamos a fazer é precisamente – vamos começar agora – é dotar estas populações de alguns conhecimentos básicos de como tratar o turista, o papel de guia, também desenvolver algum artesanato que os turistas gostam, produzir algumas coisas, produtos locais que os turistas gostam de comprar. Portanto, estamos nesta fase de sensibilização da população de forma que eles possam retirar algum proveito”.*
 - 5) *“... o turista português tem muita tendência a ter uma aproximação muito directa no que diz respeito a crianças... já o turista inglês ou o alemão é um turista mais distante, o turista português mais afável, não sei se terá a ver com um nosso passado, com as colónias, mas é um dado interessante... há uma proximidade quase de carinho dos portugueses de um modo geral devido a essa aproximação aos nativos e aos santomenses”.*

3.3. Turismo [com - nas – para] as comunidades locais

A deslocação a Cabo Verde e a São Tomé, no âmbito das duas missões integradas no projecto “O impacto do turismo no desenvolvimento comunitário em África: análise de experiências insulares”, possibilitou a participação em diferentes tipos de actividades. O contacto directo com as populações e com as organizações locais forneceu-nos dados sobre os quais nos debruçámos durante este estudo, que apontam para a necessidade de se reconhecer o contexto geográfico, sócio-cultural e ambiental como factores endógenos ao desenvolvimento nas diferentes modalidades do turismo, nomeadamente ecoturismo, turismo cultural, turismo industrial e turismo solidário, com base em princípios do turismo sustentável. Para tal deveremos considerar o seu impacto económico, social, cultural e ambiental tendo como suporte:

- a) A conservação das heranças naturais e culturais;
- b) A preservação ambiental;
- c) A implicação das comunidades locais no planeamento, desenvolvimento e tomada de decisão nas políticas de turismo e sustentabilidade local.

Neste contexto foi importante analisar as relações turismo/ambiente, podendo relacionar-se estas questões com a educação ambiental e os processos de participação social, já que em São Tomé, as comunidades vivem muito dependentes do ambiente natural, social e cultural, sendo o turismo reconhecido como uma alternativa socioeconómica num futuro imediato.

Neste sentido, os governos deverão formular políticas e estratégias de desenvolvimento nacional, regional e local que sejam compatíveis com os objectivos de sociedades

sustentáveis. É importante que isto seja conduzido por meio de um amplo processo de participação envolvida e efectiva daqueles que serão afectados directa e indirectamente pelas actividades de ecoturismo.

Em São Tomé é reconhecido por responsáveis da administração a importância do ambiente na sua estratégia de turismo quando refere que *“o tipo de turista que nós temos hoje é bastante aceitável..., mas gostaríamos também que eles quisessem desfrutar um pouco melhor do próprio ambiente natural que nós temos, para além de estar no hotel. Poderiam deslocar-se ao parque, deslocar-se a um jardim, podendo desfrutar um pouco daquilo que nós temos. Eu penso que isso também depende do pacote que lhe é oferecido, mas eu não sei se isso é realmente a vontade do turista, aquilo que ele quer fazer, ou se aquilo que lhe põem à disposição e ele é obrigado... compram os pacotes, vêm e desfrutam de alguns grupos que tocam no hotel, das coisas, mas não saem fora para poderem ver também as outras coisas que se fazem por fora, como festas que se fazem normalmente aos fim-de-semana em várias freguesias, ouvir as músicas em espaços da comunidade, ...”*.

Assim, parece certo considerar-se que a valorização e a comercialização *in situ* dos produtos locais e regionais deverão ser tidos em conta na programação turística, de forma a conseguir-se que os recursos endógenos tenham êxito e respondam à procura dos consumidores interessados por produtos da terra, naturais e de qualidade.

Neste sentido, e de acordo com o estudo desenvolvido por Jacq (1997) é importante que os agentes económicos de outras áreas adjacentes ao turismo como agricultura, floresta e pesca, como exemplo, possam ter acesso a programas de ajuda referentes a:

- Estudos dos mercados locais e regionais e análise dos circuitos de distribuição (que potenciais clientes?, para que tipo de produtos?, com que modalidade de venda?);
- Equipamento e assistência técnica para a produção de especialidades locais;
- Promoção dos produtos típicos locais e regionais (que imagem dar?, a que objectivos devemos dirigir o nosso esforço?, com que tipo de instrumentos?);
- Comercialização (participação em feiras, etiquetagem dos produtos; aplicação de estratégias de qualidade).

Um dos actores sociais entrevistados em São Tomé refere mesmo que *“sempre aponte três aspectos fundamentais em que o país deveria debruçar-se: o primeiro é a própria agricultura; o segundo, a pesca; o terceiro, o turismo... Quando falo de agricultura e pesca é precisamente porque os meios de subsistência da população provêm fundamentalmente destas duas componentes, a maioria da alimentação vem do mar, da agricultura e da pesca, mas o turismo é uma componente importante para arrecadar meios financeiros para poder ajudar a desenvolver os outros sectores, inclusive a própria agricultura e a própria pesca e o próprio turismo”*.

Por outro lado, um responsável por uma associação local de São Tomé constata: *“é um país de mar, montanha e floresta, e nestes três sectores há grande diversidade: diversidade animal, diversidade vegetal, e esta diversidade animal e vegetal com aspectos endémicas*

muito particulares, basta falarmos por exemplo a nível da região marinha... podemos falar por exemplo de aves de grande porte, fetos gigantes, orquídeas muito pequeninas, são coisas muito características dentro da floresta”.

No âmbito das duas regiões estudadas, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, e de acordo com os dados empíricos recolhidos consideramos importante apostar em programas de ajuda a:

- Formação: principalmente prevendo a criação de conteúdos formativos ao nível do ensino formal, nos cursos de formação profissional e em programas de aprendizagem ao longo da vida, no quadro do contexto laboral;
- Estratégias de conservação da natureza e de educação ambiental para a melhoria da qualidade sócio-ambiental;
- Políticas de combate à pobreza e exclusão social;
- Criação de pequenas empresas nas seguintes áreas: alojamento de turismo de natureza, restauração, artesanato, animação (música e cultura popular), guias e serviços locais;
- Realização de cursos de guias de natureza;
- Publicação de material informativo de acordo com as prioridades de intervenção na área do turismo.
- E outras acções complementares.

Como forma de responder a algumas das propostas atrás enunciadas os governos e as organizações locais podem suportar-se num documento de referência “*A Declaração do Milénio*” das Nações Unidas - um documento histórico para o novo século, que foi aprovada na Cimeira do Milénio, realizada de 6 a 8 de Setembro de 2000, em Nova Iorque, e que reflecte as preocupações de 147 Chefes de Estado e de Governo e de 191 países, que participaram na maior reunião de sempre de dirigentes mundiais.

Esta Declaração reflecte os resultados de reuniões regionais realizadas ao longo de meses de conversações e em que destacamos, no âmbito deste trabalho:

A *Secção I – Valores e Princípios*: “*Respeito pela natureza*. É necessário actuar com prudência na gestão de todas as espécies e recursos naturais, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Só assim poderemos conservar e transmitir aos nossos descendentes as imensuráveis riquezas que a natureza nos oferece. É preciso alterar os actuais padrões insustentáveis de produção e consumo, no interesse do nosso bem-estar futuro e no das futuras gerações”.

Por seu lado a *Secção IV – Protecção do nosso ambiente comum* refere no artigo 23º: “Decidimos, portanto, adoptar em todas as nossas medidas ambientais uma nova ética de conservação e de salvaguarda e começar por adoptar as seguintes medidas:

- Fazer tudo o que for possível para que o Protocolo de Quioto entre em vigor de preferência antes do décimo aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, em 2002, e iniciar a redução das emissões de gases que provocam o efeito de estufa.

- Intensificar os nossos esforços colectivos em prol da administração, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas.
- Insistir na aplicação integral da *Convenção sobre a Diversidade Biológica*²³ e da *Convenção das Nações Unidas de Luta contra a Desertificação* nos países afectados pela seca grave ou pela desertificação, em particular em África²⁴.
- Pôr fim à exploração insustentável dos recursos hídricos, formulando estratégias de gestão nos planos regional, nacional e local, capazes de promover um acesso equitativo e um abastecimento adequado.
- Intensificar a cooperação para reduzir o número e os efeitos das catástrofes naturais e das catástrofes provocadas pelo homem.
- Garantir o livre acesso à informação sobre a sequência do genoma humano”.

E, ainda, a *Secção VII – Responder às necessidades especiais de África* enuncia no artigo 28º: “*Adoptar medidas especiais para enfrentar os desafios da erradicação da pobreza e do desenvolvimento sustentável em África, tais como o cancelamento da dívida, a melhoria do acesso aos mercados, o aumento da ajuda oficial ao desenvolvimento e o aumento dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro, assim como as transferências de tecnologia*”.

O Turismo [com – nas - para] as comunidades locais enquadrado por propostas da *Declaração do Desenvolvimento do Milénio* poderá ser uma resposta aos principais problemas identificados no estudo levado a cabo pelo projecto “O impacto do turismo no desenvolvimento comunitário em África: análise de experiências insulares”, nomeadamente no que concerne à preservação ambiental e à erradicação da pobreza. De forma articulada entre as comunidades locais, sector privado, ONG’s e todas as partes interessadas, deve-se garantir a protecção da natureza, das culturas locais e especialmente do conhecimento tradicional, dos recursos genéticos e o direito à terra e à água.

A formação profissional dos actores locais e as ajudas à contratação são elementos essenciais de qualquer estratégia de desenvolvimento integrado, pelo que é necessário, por um lado, um grande investimento na formação dos agentes directa e indirectamente ligados à actividade turística e, por outro lado, torna-se necessário encorajar a criação de operadores turísticos regionais, unindo agentes públicos e privados locais, através de diferentes iniciativas, de forma a promover o reconhecimento dos produtos turísticos de qualidade por parte dos consumidores.

A partir das entrevistas e dos questionários aplicados em São Tomé e Cabo Verde, um dos principais aspectos constatados pelos actores locais é a necessidade de apostar na formação em geral e na reforma do sector da educação em particular que ajude o país a enfrentar os desafios que lhes são colocados. Como exemplo podemos referir algumas das referências a este respeito:

A) “*Quero falar, por exemplo, do próprio sector da educação: é necessário que as*

23 Ver *United Nations Environment Programme, Convention on Biological Diversity (Environmental Law and Institutions Programme Activity Centre)*, Junho de 1992.

24 *Documento A/49/84/Add.2, annex, appendix II.*

... pessoas tenham um certo nível de educação para que possam realmente lidar com o turista e tudo isto e, portanto é necessário que isso se faça. Mas a verdade é que ainda não se vê, mesmo nos programas do Governo, na estratégia, etc...”

- B) *“Formação, fundamentalmente formação em vários componentes, cultural, histórica, arquitectónica, é um apoio que nós queremos, mesmo apoio a nível da botânica, a nível científico... tendo em conta que os turistas que vêm ao país não são pessoas analfabetas, são pessoas com grandes capacidades, são universitários, pessoas de institutos do renome no país e são acompanhados por pessoas de terceira e quarta classe, portanto embora sejam pessoas com muitos conhecimentos tradicionais das coisas, etc., mas há que se ter um bocado de atenção sobre a componente da formação dessas pessoas, portanto, para termos um trabalho mais eficaz no âmbito do turismo”.*
- C) *“Nós criámos uma coisa que se chama tutoria educacional, em que nós fazemos a tutoria da educação, porque vimos que a maior parte deles acabava por ter insucesso escolar, não tinham acompanhamento, não tinham materiais, não tinham aquilo, então nós decidimos assegurar o acompanhamento do percurso escolar. Portanto, desde a documentação, a matrícula, os materiais, o contacto com a escola e com os professores e tudo mais, nós tentamos fazer, o que é uma sobrecarga enorme também, não é? E temos neste momento, o nosso investimento maior ao nível da associação é trabalhar com crianças e mulheres, basicamente”.*
- D) *“... e vejo ainda pouca maturidade, ainda pouca formação a nível de recursos humanos, de preparação de colaboradores a nível hoteleiro, mas vejo um pouco com vontade de aprender e que no fundo seguem exemplos e existe ambição também, existe alguma ambição, mas ainda muito no início”.*

Por seu lado, e de forma complementar, como foi analisado anteriormente (cf. II, 2.), os resultados dos questionários são evidentes quanto à identificação dos principais problemas económicos por parte dos inquiridos que passam por três áreas: o desemprego, o baixo rendimento familiar e o baixo nível de educação/falta de formação, tanto em Cabo Verde como em São Tomé.

3.4. Certificação em Turismo um exemplo de novas práticas e políticas de sustentabilidade local

Uma das formas de se desenvolverem políticas de sustentabilidade local passa por se trabalhar no reconhecimento da qualidade turística através de sistemas de certificação da actividade que, por sua vez, devem seguir critérios regionais, e devem promover a capacitações dos agentes locais, fornecendo apoio financeiro de forma a se tornarem acessíveis, também, aos pequenos e médios agentes da actividade turística. Desta forma devem ser criados incentivos para que os operadores de turismo tornem as suas actividades mais ambientais, sociais e culturalmente responsáveis.

Os processos de certificação do turismo cumprem uma valiosa função na identificação

da sustentabilidade da actividade por estimular maior responsabilidade e competitividade para o mercado.

Como ferramenta de *marketing* para serviços ou actividades relacionadas ao turismo, a sua utilização proporcionará credibilidade internacional aos produtos e serviços oferecidos no país. Isso deve-se à relação e ao compromisso da qualidade do produto e dos seus serviços com os mecanismos de valorização dos atractivos nacionais, de protecção do património natural, histórico e cultural e de geração de benefícios para as populações locais, estabelecendo-se padrões de qualidade sócio-ambiental, adequados às realidades de cada região.

A principal meta da *Certificação do Turismo Sustentável* é a caracterização e identificação de componentes da actividade turística ou do produto turístico que sejam ambientalmente adequados, economicamente viáveis e socialmente justos.

De acordo com um estudo apresentado por Diniz (s.d.), consideramos que a certificação ambiental poder-se-á revelar como um importante instrumento de uma estratégia turística direccionada a um segmento de mercado ambientalmente responsável, auxiliando o consumidor na escolha de produtos e serviços menos nocivos ao ambiente, e servindo de instrumento de *marketing* para as empresas que diferenciam os seus produtos no mercado.

Ainda, segundo a mesma autora, existem algumas vantagens que deverão ser consideradas para as empresas que apostem na certificação ambiental, tais como: a optimização dos processos tecnológicos das empresas; a diminuição dos consumos específicos de energia, matérias-primas e recursos naturais; a minimização do impacto ambiental das actividades da empresa; a melhoria da imagem perante a opinião pública; o acesso a determinados mercados e concursos em que a certificação ambiental é obrigatória; a melhoria da posição competitiva face aos concorrentes não certificados; a melhoria da organização interna; o aumento da motivação e o envolvimento dos colaboradores internos; a redução de riscos e redução de auditorias por parte de outras entidades.

Um estudo promovido em 2000 pela Organização Mundial de Turismo identificou 104 iniciativas voluntárias para o turismo sustentável abrangendo certificações, rótulos ecológicos, prémios de qualidade ambiental e compromissos ambientais. Na área do turismo têm-se vindo a desenvolver iniciativas de âmbito internacional comprometidas com a certificação ambiental das quais destacamos alguns dos diversos programas actualmente existentes, com uma breve descrição para cada um deles, como modelos de boas práticas e que poderiam ser adoptados nos dois países estudados:

O *Certificado de Sostenibilidad Turistica de Costa Rica* (CST) - Este programa, a cargo do Instituto do Turismo da Costa Rica é um programa que pretende equilibrar três factores básicos dentro da indústria do turismo. Estes factores incluem a interacção da empresa com os recursos naturais e culturais, a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais e a contribuição económica a outros programas de desenvolvimento nacional. O programa CST tem a intenção de educar tanto a empresas turísticas e não turísticas na

Costa Rica para adoptar uma perspectiva a longo prazo sobre a protecção e conservação dos recursos mais valiosos da Costa Rica, a saúde do ambiente, a saúde dos cidadãos e a saúde das comunidades locais. O *Ecotourism Australia - Eco Certification* consiste num logótipo de certificação ecológica e sendo uma marca reconhecida globalmente orienta os turistas para a opção de alojamentos ambiental, social e economicamente sustentáveis e proporciona experiências turísticas baseadas em programas em contacto com a natureza. Existem três certificados para o turismo de natureza, ecoturismo e ecoturismo avançado. A Austrália encontra-se na vanguarda da sustentabilidade turística e, para além da certificação referida, desenvolve ainda diversos programas de educação ambiental, de boas práticas, de formação e acreditação. Destaca-se o *Programa de Certificação do EcoGuia da Austrália*.

O *Green Globe 21* (GG21) é o primeiro símbolo internacional para a responsabilidade ambiental e resposta às alterações climáticas. Tem como base a Agenda 21 e os princípios de desenvolvimento sustentável acordados na *Convenção das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento* (Rio de Janeiro, 1992). Existem actualmente quatro *Green Globe 21 standards*: um para as empresas, outro para as comunidades, outro específico para a área do Ecoturismo Internacional e ainda um para avaliar o *design* & construção. A marca é actualmente utilizada em várias aplicações, incluindo a certificação de sustentabilidade de liderança e um programa de *benchmarking*, o cálculo da pegada de carbono e dos programas de compensação, e uma ampla gama de serviços de consultoria.

Segundo notícia do Jornal Público de 16 de Fevereiro de 2006, o Governo português pretendia também estimular a certificação ambiental de produtos e empreendimentos turísticos, mas apresentava como prioridade o incentivo sobretudo aos sistemas mais credenciados como as normas ISO (gestão da qualidade) ou o EMAS (sistema comunitário de eco-gestão e auditoria), embora estes não sejam específicos do sector do turismo. Em Portugal, a Certificação de Sistemas e Serviços é efectuada na sua globalidade pela APCER e SGS Portugal. Segundo Diniz, a APCER criou uma especificação de requisitos de serviço que define um modelo de qualificação para o Turismo no Espaço Rural, tendo por base a ISO 9001:2000 bem como outros referenciais normativos, adaptados ao TER, nas modalidades de cariz familiar - Turismo de Habitação, Agro-Turismo, Turismo Rural e Casas de Campo.

Por seu lado Cristina Siza Vieira destacou, ao Jornal Público, “o papel positivo desempenhado pelos sistemas de certificação ambiental, enquanto instrumentos voluntários que transcendem as exigências de carácter legal, e sublinhou os seus benefícios, já que permitem reduzir os potenciais impactos negativos associados à indústria turística e promover atitudes mais respeitadoras do ambiente”, no entanto refere que a indústria do turismo tem demonstrado alguma lentidão na adesão à certificação ambiental justificando, por um lado, o factor preço e, por outro lado, a existência de alguma confusão gerada em torno dos 104 sistemas existentes e a sua falta de uniformidade e homogeneidade.

Actualmente, as certificações que englobam os princípios da sustentabilidade definem

objectivos e níveis a atingir pela empresa, não só relacionados à esfera ambiental e económica, mas também à social. Os objectivos que impliquem sustentabilidade são difíceis de estabelecer, não existindo ainda uma metodologia satisfatória que defina a capacidade de carga para a actividade turística. Embora os padrões de certificação difiram consoante o tipo de programa em questão, os benefícios em termos ambientais são sempre positivos. As empresas são encorajadas a desenvolver respostas mais sustentáveis, as relações com o público são melhoradas e o uso de um logotipo demonstra o grau de compromisso das empresas, assumido publicamente.

Não existindo propriamente um sistema de certificação turística em Cabo Verde, foi apresentado um *Código de Conduta para o Turismo Sustentável em Cabo Verde*, que procura incluir princípios éticos na relação entre os actores envolvidos, mas também equacionando o respeito pelo ambiente, o que significa contribuir para a sua preservação. Em São Tomé e Príncipe, dado que o turismo é um sector mais recente, as medidas formais tendentes à certificação não passam de projectos.

3.5. Turismo e impactos ambientais

Quando temos o ambiente associado a uma área sócio-económica, como é o caso do turismo, é importante e necessário contextualizarmos as diferentes concepções de ambiente para que se possa ajudar a definir os caminhos que cada um quer seguir no seu projecto e prática educativa tendo em conta as dimensões da nossa relação com o ambiente (Esquema 3).

Desta forma é importante que os diferentes actores sociais que actuam na área do turismo em articulação com os educadores ambientais saibam estimular a discussão e a compreensão crítica da crise sócio-ambiental, problematizando a diversidade de concepções de sustentabilidade apresentadas, nos seus argumentos, valores, objectivos, posições ético-políticas e nas suas implicações sociais na perspectiva do impacto do turismo no desenvolvimento das comunidades locais.

Esquema 3- Dimensões da nossa relação com o ambiente



Adaptado: Sauvé e Orellana (2003: 277)

Considerar que o turismo é um sector que gera impactos, a nível cultural e a nível ambiental, parece ser uma ideia consensual, claramente apresentada pela literatura de referência, e que não coloca dúvidas.

O estudo realizado em contexto insular africano permite-nos constatar que, de uma forma geral, os impactos ambientais resultantes da actividade turística são mais avaliados, positiva e negativamente, em Cabo Verde do que em São Tomé (Quadro 38).

Quadro 38 – Impactos do Turismo no Ambiente, em %

	Cabo Verde		São Tomé	
	+	-	+	-
Fornecimento de água potável	15,8	12,8	14,9	20,0
Diminuição de lixo nas ruas	11,7	17,8	19,8	12,7
Ruído e poluição sonora	2,1	11,0	5,8	2,4
Recursos naturais	8,4	4,3	11,6	1,9
Problemas energéticos	6,1	19,1	16,5	19,2
Qualidade do ar	5,1	3,0	0,8	1,6
Existência de áreas protegidas (parques naturais)	5,4	5,9	2,5	1,9
Combate à Desertificação	7,0	4,9	0,0	2,2
Saneamento básico	8,1	3,9	12,4	17,0
Programas de Educação Ambiental	13,6	6,1	12,4	16,8
Ordenamento do território	11,2	6,7	1,7	2,2
Trânsito	5,5	4,7	1,7	2,2

Em Cabo Verde, a avaliação global dos impactos ambientais do turismo é positiva (57,6%), sendo relevante realçar que, em São Tomé e Príncipe a situação se inverte (75,4% considera os efeitos negativos). A análise sectorial por país sugere que em:

Cabo Verde, os impactos ambientais considerados mais positivos são ao nível do

fornecimento de água potável, das acções de educação ambiental, da diminuição de lixos nas ruas e no ordenamento do território; os efeitos negativos decorrentes do turismo radicam no agravamento das dificuldades de acesso a recursos energéticos.

São Tomé e Príncipe, os efeitos mais benéficos respeitam à diminuição dos lixos nas ruas, ao fornecimento de energia, ao saneamento básico e à educação ambiental; enquanto que o problema mais agravado com o turismo respeita ao abastecimento de água potável.

Apesar da avaliação anterior, quando inquiridos sobre a importância do ambiente para os projectos turísticos, independentemente do arquipélago, a resposta foi largamente positiva, na ordem dos 76%, registando-se algumas variações de ilha para ilha cabo-verdiana e de projecto para projecto de São Tomé e Príncipe (Quadro 39).

Quadro 39 – Importância da relação turismo – ambiente por região

	Cabo Verde			São Tomé e Príncipe							
	Sto. Antão	Fogo	Maio	Porto Alegre	São João	Bombaim	Diogo Vaz	Cidade	Neves	Monte Café	Ilhéu das Rolas
Sim	92,8	89,9	60,5	70,8	95,8	73,1	64,5	77,9	76,3	85,7	57,1
Não	,0	2,2	8,1	18,8	4,2	9,6	22,6	7,1	8,2	2,4	28,6
NR	7,2	8,0	31,4	10,4	,0	17,3	12,9	15,0	15,5	11,9	14,3

Em Cabo Verde, a importância da relação entre o turismo e o ambiente parece ser mais importante para Santo Antão e, claramente menos significativa em Maio, sendo de registar que, nesta ilha, o índice de não resposta foi elevado (31,4%). Em São Tomé e Príncipe, a optimização desta relação é menos evidente para a população do Ilhéu das Rolas (57,1%) e de Diogo Vaz (64,5%), sendo claramente referenciada em todas as restantes localidades, destacando-se São João (95,8%).

De uma forma global, os inquiridos consideram que o turismo tem contribuído para o desenvolvimento da região (60,9%), estabelecendo uma ligação com o princípio da territorialidade de base local. De qualquer forma, importa destacar que o índice é particularmente mais significativo em Cabo verde (86%) do que em São Tomé e Príncipe (35,7%), situação que pode ser explicada pelo facto de que em Cabo Verde o turismo é uma actividade mais antiga do que em São Tomé e Príncipe, país que ainda não tem uma regularidade em actividades de acolhimento de viajantes. Em Cabo Verde, é interessante realçar que existem apenas ligeiras variações na avaliação dos inquiridos de Santo Antão (100%) e do Fogo (94,2%). Contudo, em São Tomé e Príncipe, as variações são bem demarcadas, dependendo do projecto em avaliação (Quadro 40)

Quadro 40 – O projecto contribui para o desenvolvimento local da região

	Cabo Verde			São Tomé e Príncipe							
	Sto. Antão	Fogo	Maio	Porto Alegre	São João	Bombaim	Diogo Vaz	Cidade	Neves	Monte Café	Ilhéu das Rolas
Sim	100,0	94,2	74,6	38,8	92,9	22,6	35,3	25,7	28,9	64,3	0,0
Não	0,0	5,1	22,7	61,2	7,1	77,4	64,7	67,9	67,0	33,3	100,0
NR	0,0	0,7	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0	6,4	4,1	2,4	0,0

São particularmente significativas as variações registadas entre a Roça de São João (92,9%) e Roça Bombaim (22,6%), compreensíveis pelo facto de que a primeira tem tido continuidade e forte investimento dos promotores (cf. II, 1.), ao passo que a segunda tem sofrido de constrangimentos relacionados com o investimento e a comercialização. Também parece muito significativo o valor registado no ilhéu das Rolas (0% de benefícios a reverter para a comunidade), local emblemático do ponto de vista turístico por representar a imagem da passagem da linha do Equador. O projecto ali implementado, inicialmente construído pelo Grupo Rotas d'África e actualmente em comercialização pelo Grupo Pestana, tem sofrido de fortes constrangimentos no relacionamento com a comunidade residente que, sendo de relevância social e política, não é objecto de estudo deste trabalho.

Numa entrevista colectiva informal realizada com a comunidade residente no Ilhéu das Rolas, um dos habitantes referiu que *“a primeira pessoa que negociou com Rotas d'África disse que nós devíamos trabalhar aqui e que não temos necessidades de ir para outro lado, que ficávamos aqui, nós teríamos melhores condições aqui na aldeia, e a população seria mais beneficiada, e em termos de ambiente e a parte cultural, todas estas actividades aqui seriam beneficiadas”*. No entanto *“as pessoas pedem trabalho, as moças daqui querem trabalhar como na lavandaria, como na limpeza, como no jardim, eles não aceitam que ninguém daqui trabalhe mais, só vão buscar pessoas lá fora para virem trabalhar aqui, eles não querem ninguém daqui, as pessoas se arrependem e ficam desanimadas ... Não houve desenvolvimento aqui”*.

Por um lado numa entrevista a um representante da direcção do empreendimento turístico no Ilhéu das Rolas o mesmo refere que *“daquilo que eu tenho conhecimento, existiam de facto mais pessoas na aldeia, mas foram feitos acordos entre o grupo Pestana e esses habitantes da aldeia. Foram adquiridos terrenos em locais específicos, isto pelo que eu tenho noção, suponho que em Porto Alegre grande parte das pessoas é originária aqui desta aldeia”*. Por outro lado este representante do empreendimento considera que *“eventualmente o futuro passará um pouco pela transformação do Pestana Equador num eco-resort. Tem realmente condições estruturais, paisagísticas, elas estão todas cá, e já começa..., eu já começo a detectar alguma procura, nomeadamente de suíços e alemães, que eventualmente me aparecem aqui de vez em quando, já com... enfim... revistas de biodiversidade alemãs,*

biodiversidade suíças”; e para tal passará por uma “remodelação sem alterar muito o conceito do Ilhéu, na pista de trekking por exemplo, a volta aqui do Ilhéu, há substituição de termoacumuladores, que temos nos quartos actualmente, por painéis solares. A utilização de combustíveis alternativos, e no fundo o máximo de independência em relação à própria ilha de São Tomé, cultivando os nossos próprios alimentos, sendo que actualmente já o fazemos mas não em larga escala. Mas passará um pouco por aí, pois a nível de potencial está cá todo, o clima, a natureza, tudo joga a favor e tudo aponta nesse sentido”

A análise conjugada, dos dados estatísticos recolhidos com a informação qualitativa disponibilizada nas entrevistas, permite concluir que as comunidades de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e os próprios responsáveis turísticos estão conscientes da importância que o Ambiente e a Educação Ambiental representam nos projectos turísticos locais, bem como factor de desenvolvimento local.

III PARTE

Concluindo a análise

A análise do tema “O impacto do turismo no desenvolvimento comunitário em África: análise de experiências insulares”, pareceu-nos particularmente aliciante desde o início. Por um lado, porque todos nós, em qualquer momento da vida, ou em muitos, já desempenhámos tanto o papel de turista que, pela primeira vez, visita territórios, considerados como destinos turísticos, contactando com populações residentes, contemplando paisagens e observando espécies; como também já nos revimos no papel das comunidades locais que acolhem visitantes estrangeiros.

Através da análise encetada formos obrigados a reflectir sobre procedimentos, formas de actuação e de interacção com grupos de pessoas que têm culturas diferentes e formas de se relacionar particulares. Mas também sobre a fragilidade dos recursos naturais e dos espaços perante a intervenção de algumas actividades, entre as quais turísticas, que requerem planeamento e controle, de forma a não promoverem efeitos perversos.

A reflexão ajudou-nos também a compreender muitos dos processos que estão na base da prática turística, especialmente nas vertentes comunitária, por coincidir com um dos actores mais importantes de todo o processo, e ambiental por representar o enquadramento das actividades potencialmente desenvolvidas. O estudo prosseguido no âmbito do Projecto de Investigação, que agora é concluído, contribuiu sobretudo para, em contexto insular africano, identificarmos eixos orientadores do que se pretende que seja a prática do turismo sustentável, promovendo efeitos desejáveis, porque positivos e propiciadores de uma mudança construtiva, e minimizadores dos impactos perversos que, por resultarem de forma negativa, devem ser evitados.

Para além da problemática do turismo e das viagens ser aprazível do ponto de vista pessoal, estudos anteriores levaram-nos a equacionar a relação entre o turismo e o desenvolvimento comunitário. A possibilidade de compreendermos de que forma a relação entre actores de origens diversas, e com estatutos diferenciados, num mesmo espaço pode influenciar, positiva ou negativamente, os processos de mudança, recorrendo à análise de casos concretos, despertou interesse e atenção. O estudo partiu de uma preocupação central: através do conhecimento directo de iniciativas em curso, com visitas *in loco*, e com o apoio de interlocutores locais, apreender quais as potencialidades definidas como mais importantes para a promoção turística, quais os factores constrangedores e quais os impactos decorrentes.

Desde o início do estudo, a equipa de investigação questionou-se acerca do *modus operandi* do turismo como veículo promotor de desenvolvimento nos Pequenos Estados Insulares Africanos: Como se caracteriza o turismo em espaço insular africano? Que tipo de turismo é desejável em função das potencialidades insulares? Qual a evolução que tem sofrido? Quais os segmentos de turismo emergentes? Serão as potencialidades ambientais e culturais consideradas estrategicamente para a promoção do turismo em África? Quem são os principais actores envolvidos na implementação dos projectos turísticos? Quem são os principais beneficiários da iniciativas? Quais os tipos de turistas que mais procuram os destinos insulares africanos e que motivações os movem? Que impactos são gerados

com o incremento do turismo? Serão os efeitos produzidos pela actividade apenas positivos, como desejável, ou emergem também processos negativos? Os impactos resultantes da actividade turística são de tipo: sociais, culturais, económicos, ambientais? Serão os impactos, positivos e negativos, idênticos em diferentes espaços insulares? Quais as formas que cada um dos micro-Estados analisados encontra para regular os efeitos negativos criados? Serão os impactos positivos facilmente identificados e potenciados?

Ao contrário do que é habitualmente considerado ao nível do senso comum, a análise do tema é marcada pela complexidade, pelo que não permite uma resposta imediata às questões enunciadas. O turismo, enquanto actividade e prática, resulta de forma integrada e sistémica, envolvendo uma grande multiplicidade de actores, cada um com evidenciando a sua especificidade, mas também outras actividades económicas complementares, manifestações culturais, formas de contacto com a natureza, enquadramento político, e tantas mais.

Falar em turismo, mas sobretudo nos impactos da actividade nos processos de mudança comunitária implica envolver, a partir de uma leitura sistémica complexa, todas as dimensões e categorias anteriormente consideradas. A análise não pode ser linear sob pena de se tornar redutora.

Com a prossecução do estudo procurámos responder às questões enunciadas e sistematizamos alguns dos elementos no Quadro 41, a seguir apresentado:

Quadro 41 – Tentativa de sistematização de respostas por questão enunciada

Como se caracteriza o turismo em espaço insular africano?	<i>Inicial, incipiente, a requerer planeamento de actividades e definição criteriosa de segmentos prioritários</i>
Que tipo de turismo é desejável em função das potencialidades insulares?	<i>Turismo de pequena escala, grupos reduzidos com interesse em contactar com comunidades locais, com elas interagir, e com ambiente preservados</i>
Qual a evolução que tem sofrido?	<i>Evolução marcada pela irregularidade</i>
Quais os segmentos de turismo emergentes?	<i>Turismo de natureza, turismo de observação, ecoturismo, turismo solidário e socialmente responsável, turismo científico</i>
Serão as potencialidades ambientais e culturais consideradas estrategicamente para a promoção do turismo em África?	<i>Nem sempre têm sido consideradas, depende do projecto, do promotor, da época histórica e do enquadramento legal</i>
Quem são os principais actores envolvidos na implementação dos projectos turísticos?	<i>Empresas privadas estrangeiras, organizações da sociedade civil, empreendedores locais</i>
Quem são os principais beneficiários da iniciativas?	<i>Variáveis em função dos projectos: os próprios promotores; comunidades locais</i>

Quais os tipos de turistas que mais procuram os destinos insulares africanos e que motivações os movem?	<i>Origem: Europa Motivações: lazer, descanso, contacto com a natureza e conhecimento de culturas tradicionais</i>
Que impactos são gerados com o incremento do turismo?	<i>Positivos - criação de emprego, formação, incremento no rendimento familiar; sensibilização e educação ambiental com maior valorização de recursos naturais marcados pela vulnerabilidade; valorização de elementos da cultura tradicional Negativos – emergência de desenquadramento social, incerteza de continuidade, pressão sobre espaços e recursos naturais</i>
Os impactos resultantes da actividade turística são de que tipo: sociais, culturais, económicos, ambientais?	<i>Existem impactos sociais, culturais, económicos e ambientais, positivos e negativos</i>
Serão os impactos, positivos e negativos, idênticos em diferentes espaços insulares?	<i>Os impactos são variáveis em função do espaço insular, das experiências anteriores</i>
Quais as formas que cada um dos micro-Estados analisados encontra para regular os efeitos negativos criados?	<i>O sector apresenta fragilidade com diferenciado envolvimento institucional</i>

A investigação viabilizada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia decorreu no Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE-IUL) durante três anos, seguindo um cronograma planificador das actividades programadas, envolvendo em permanência todos os membros da equipa, pontualmente os consultores e, em tempos previamente determinados, os bolsseiros contratados.

A metodologia seguida baseou-se, conforme previsto, na complementaridade de técnicas de recolha de dados e de tratamento que fundamentaram a análise apresentada no presente livro. Dadas as especificidades dos países estudados, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, no que respeita, entre outros aspectos, ao desempenho do turismo no desenvolvimento local, a equipa procedeu a:

- recolha e análise bibliográfica e documental temática sobre turismo, desenvolvimento local, cultura e identidades, e estratégias educativas tendentes à preservação ambiental e à adopção de comportamentos conservacionistas;
- sistematização de indicadores de caracterização dos dois países e da importância do turismo em cada um;
- aprofundamento e afinamento da metodologia, nomeadamente na elaboração dos guiões de inquérito, a aplicar à população local, e de entrevista, a realizar com representantes institucionais, gestores de projectos e observadores;
- listagem de iniciativas a estudar em cada um dos países, identificadas com base em critérios previamente definidos, tais como a existência de comunidades locais a residir na envolvente dos projectos e o enquadramento ambiental;

- visita aos projectos em estudo no decurso das missões realizadas em momentos diferentes, como forma de aferição dos resultados, com observação e registo de dados em grelhas concebidas para o efeito e através de fotografia;
- criação e gestão da base de dados com tratamento quantitativo dos inquéritos e análise de conteúdo das entrevistas gravadas e transcritas com consequente análise.

Com a conclusão desta investigação, poderíamos enunciar novas questões que entretanto fomos colocando à medida que a reflexão foi sendo aprofundada e que poderiam dar origem a novas pistas de pesquisa: se o turismo é considerado como uma actividade catalizadora de mudanças, porque não existem mecanismos nacionais de promoção do investimento e de canalização para o sector? Porque é que o Estado não aposta formalmente na qualificação dos recursos humanos nacionais para um desempenho mais eficiente? Porque existe uma concentração em determinadas regiões, em vez de ter um carácter disperso promovendo uma efectiva difusão de benefícios? Estas questões ficam em aberto como reflexo das análises até aqui desenvolvidas, procurando contribuir para novos debates e reflexões.

Referências Bibliográficas Consultadas

- AAVV (1994). *Avaliação do Impacto Ambiental*. Lisboa: Edições CEPGA
- ABELLÁN, F. (coord.), (2008). *Turismo Rural y desarrollo local*. Sevilla. Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha
- ABRANJA, Nuno (2005). *O Ecoturismo como Alicerce do Turismo Sustentável*. Revista de Investigação e Intervenção Social – Espaço S, 9, 47-56. Odivelas: Instituto Superior de Ciências Educativas
- ABREU, Margarida e ALARCÃO, Nuno (2000). *Diferentes faces da igualdade – Estudo de caso sobre a Multietnicidade na Quinta das Sapateiras (Loures)*. Universidade Autónoma de Lisboa, Departamento de Ciências Humanas, Curso de Sociologia, Lisboa (não publicada)
- ALARCÃO, Nuno (2005). *O Turismo como forma de Desenvolvimento para S. Tomé e Príncipe*, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Mestrado em Estudos Africanos – Desenvolvimento Social e Económico em África: Análise e Gestão, Lisboa (Tese de Mestrado, não publicada)
- ALARCÃO, Nuno et al (2009). *Turismo, Culturas Tradicionais e Identidades em São Tomé e Príncipe* in BRITO, Brígida (coord) et al (org). *Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas*. Lisboa: Gerpress (ISBN:978-989-96094-0-2)
- ALBUQUERQUE, Maria Luís e GODINHO, Célia (2001). *Turismo diagnóstico prospectivo*. Documento de trabalho nº 35. Lisboa: Ministério da Economia
- ALLEN, Tim e Thomas, Alan (2000). *Poverty and Development into the 21st century*. Oxford University Press: New York
- ALMEIDA, Joaquim; FROEHLICH RIEDS, M. (org.), (2000). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. SP: Papirus
- AMAP (2004). *Dossier Qualidade do Turismo em Espaço Rural – Ter: Proposta de Avaliação da Qualidade do Agroturismo*, Lisboa: Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas
- AMARO, Rogério R. (1990). *O puzzle territorial dos anos 90 – uma territorialidade flexível e uma nova base para as relações entre nações e regiões*, Vértice, 39-48
- AMARO, Rogério R. (2004). *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? – Da teoria à prática ou da prática à teoria* in “Cadernos de Estudos Africanos”, nº 4, Lisboa: Centro de Estudos Africanos (CEA/ISCTE)
- AMARO, Rogério R. (2009a). *Desenvolvimento Local* in HESPAÑA, Pedro et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*, Coimbra: Edições Almedina
- AMARO, Rogério R. (2009b). *O papel dos actores e das comunidades locais nos processos de desenvolvimento e na promoção de uma Economia Solidária em São Tomé e Príncipe* in BRITO, Brígida (coord) et al (org). *Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas*. Lisboa: Gerpress (ISBN:978-989-96094-0-2)
- AMARO, Rogério R. et al (1999). *Análise das necessidades e das potencialidades da Freguesia de Santa Marinha (Concelho de Vila Nova de Gaia) numa perspectiva de criação de emprego e de desenvolvimento local*, Lisboa: PROACT e S.A.E./ISCTE
- AMBLES, Anne (2002). *Tourisme ou tourisme?* in «Courriel d’information ATTAC», nº297
- AMO, Dolores Herrero (2003). *Turismo Solidário - marco de aproximación*. Diploma de Estudios Avanzados en Turismo, Madrid: Universidad Antonio de Nebrija
- ANDELMAN, M. (2001). *La comunicación ambiental en la planificación participativa de las políticas para la conservación y uso sustentable de la diversidad biológica*. in *Tópicos*, Guadaluajara-México. 9: 7-17
- APOSTOLOPOULOS, Yorgos; Leivadi, Stella; Yiannakis, Andrew (edit.) (1996). *The Sociology of Tourism: theoretical and empirical investigations*, London & New York: Routledge.
- ASHLEY, Caroline e Mitchell, J. (2005). *Can tourism accelerate pro-poor growth in Africa?*, Overseas Development Institute
- ASHLEY, Caroline, Roe, Dilys e Goodwin, H. (2001). *Pro-Poor Tourism Strategies: Making Tourism Work For The Poor - A review of experience*, ODI
- BALLANTYNE, P. (1998). *Small islands, big issues: special treatment for the most vulnerable?* Maastricht: Oneworld
- BANCO MUNDIAL (2001). *Natureza e Evolução da Pobreza: Capítulo 1 do Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001: Luta Contra a Pobreza*
- BAPTISTA, Mário (1997). *Turismo: competitividade sustentável*. Lisboa: Verbo
- BAPTISTA, Mário, (1990). *O Turismo na economia: uma abordagem técnica, económica, social e cultural*, Instituto Nacional de Formação Turística, Lisboa
- BARRÉ, H. et MICHAUD, J. (1997) - *Culture, tourisme, développement: les enjeux du XXIème siècle*, Table ronde d’experts organisée à Paris, UNESCO/AIEST, Collection culture et développement, Paris
- BECK, Walter (2007). *Approaching African Tourism: paradigms and paradoxes* in CHABAL, Patrick et

- al (ed). *African alternatives*. Leiden & Boston: Brill
- BENEDICT, Ruth (1982). *Padrões de Cultura*. Coleção Vida e Cultura, Lisboa : Livros do Brasil
- BERMEJO, R. e NEBREDÁ, Á. (1998). *Conceptos e instrumentos para la sostenibilidad local in Cuadernos Bakeaz*, Bilbao. 26: 1-17
- BERNARDI, Bernardo (1995). *Introdução aos estudos etno-antropológicos*. Lisboa: Edições 70
- BOM JESUS, Jorge (2008). *Discurso de Abertura do Seminário Internacional Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário* in BRITO, Brígida (coord) et al (org). *Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas*. Lisboa, Gerpress (ISBN:978-989-96094-0-2)
- BOUDON, Raymond (1986). *Theories of social change*. Paris: Presses Universitaires de France
- BOURDIEU, Pierre (2001). *O poder Simbólico*. Algés: Difusão Editorial
- BOYER, M. (1972) - *Le tourisme*. Paris, Seuil
- BRANCO, Rafael (2008). *Discurso de Encerramento do Seminário Internacional Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário* in BRITO, Brígida (coord) et al (org). *Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas*. Lisboa, Gerpress (ISBN:978-989-96094-0-2)
- BRIGUGLIO, Lino (1995). *Small islands developing states and their economic vulnerabilities*. World Development, vol. 23, nº 9
- BRITO, Brígida (2001). *Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento* in PROENÇA, Carlos Sangreman (2001). "O consenso internacional na luta contra a pobreza e a cooperação para o Desenvolvimento em São Tomé e Príncipe. Documento de Trabalho, nº 62, Lisboa Cesa
- BRITO, Brígida (2002). *O turista e o viajante: contributo para a conceptualização do turismo alternativo e responsável*, in Actas do IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos, Oeiras: Celta Editora
- BRITO, Brígida (2004). *Turismo Ecológico: uma via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe*. Tese de Doutoramento em Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE (ISBN: 978-989-8154-11-8)
- BRITO, Brígida (2006). *Turismo ecológico em contexto insular africano: o caso de São Tomé e Príncipe* in "Journal of Tourism and Development", nº 5, pp 77-94
- BRITO, Brígida (2007). *A importância da Educação Ambiental na promoção do Turismo africano em área protegida. Análise de estudos de caso*, Actas do I Congresso de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galiza (CEIDA, 2007, ISBN-13: 978-84-690-7996-6)
- BRITO, Brígida (2008). *Ética e Responsabilização na promoção do Turismo Sustentável* in "Livro de Resumos do Seminário Internacional - Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário", CEIDA (ed), Julho (ISBN-13:978-84-691-4676-7)
- BRITO, Brígida (coord) et al (org) (2009). *Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas*. Lisboa: Gerpress
- BRITO, Brígida (coord) et al (org) (2010). *Abrindo trilhos, tecendo redes. Reflexões e experiências de desenvolvimento local em contexto lusófono*. Lisboa: Gerpress
- BULL, A.(1994). *La economia del sector turístico*. Madrid, Alianza Editorial
- BUTLER, R. W.; PEARCE, Douglas (1995). *Change in tourism: people, places, processes*. London: Routledge
- CANAS, Vitalino (2010). *Revisão legislativa do sector do turismo*". Praia: Observatório do Turismo de Cabo Verde
- CAPUCHA, Luís (1996). "Fazer render o belo – questões à volta do turismo e do desenvolvimento em zonas rurais recuadas", in *Revista Sociologia- Problemas e Práticas*, nº 21, Lisboa: CIES, pp. 29-46
- CARBONE, Maurizio (2005). "Sustainable Tourism in Developing Countries: poverty alleviation, participatory planning and ethical issues", in *The European Journal of Development Research*, vol. 17, nº 3, September
- CARIDE, J. A. e MEIRA, P. A. (2004). *Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano*. Lisboa: Piaget
- CARIDE, J. A. e MEIRA, P. A. (2004). *Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano*. Lisboa: Instituto Piaget
- CARVALHO, Arlindo (2008). *Discursos de Abertura e de Encerramento do Seminário Internacional Educação, Ambiente, Turismo e Desenvolvimento Comunitário* in BRITO, Brígida (coord) et al (org). *Desenvolvimento Comunitário: das teorias às práticas*. Lisboa, Gerpress (ISBN:978-989-96094-0-2)
- CARVALHO, I. (2006). *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez Editora
- CATER, E. et LOWMAN, G. (1994). *Ecotourism. A sustainable option?*. Chichester, John Wiley and Sons
- CLAEYES, Urbain (2000). *O Turismo Social, elemento de construção de uma Economia Social no*

- âmbito de uma Europa social in AAVV. *Seminário Desenvolvimento Local, Cidadania e Economia Social – Comunicações*, Santa Maria da Feira: IEFP
- COHEN, Eric (1991). *The Sociology of Tourism: approaches, issues and findings* in Apostolopoulos, Yorgos; Leivadi, Stella; Yiannakis, Andrew (edit.), *The Sociology of Tourism: theoretical and empirical investigations*, London & New York: Routledge
- COLUMBIA UNIVERSITY (2008). *Guia do Investidor para São Tomé e Príncipe*. The Earth Institute, European Business Council for Africa at the Mediterranean, Nova Iorque: The Corporate Council for Africa
- Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (1987). *O Nosso Futuro Comum*, Lisboa: Milibérica Liber
- COMOANE, Ana (2007). *Impacto da Política de Desenvolvimento em Turismo – O caso dos PMAs, em especial Moçambique: contingências e estratégias*. Coimbra: Almedina
- CONCEIÇÃO, Cristina Palma (1998). *Promoção turística e (re)construção social da realidade* in “Sociologia Problemas e Práticas”, nº 28, CIES, Celta
- COOPER et al. (1998). *Tourism – Principles and Practice*, New York: Longman
- COPONS, Elizenda (2000). *Cabo Verde*. Barcelona: Laertes
- CORIOLANDO, Luzia; Almeida, Humberto (2007). *O turismo no nordeste brasileiro: dos resorts aos núcleos de economia solidária*. “Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales”, vol. XI, n.º 245 (57), Barcelona: Universidad de Barcelona
- CRAIGWELL, Roland (2007). *Tourism competitiveness in Small Island Developing States* in *WIDER Research Paper No. 2007/19*. Helsinki: Finland
- CUNHA, Licínio (1997). *Economia e Política do Turismo*. Lousã: McGraw-Hill
- DANN, Graham; Cohen, Eric (1991). *Sociology and tourism* in Apostolopoulos, Yorgos; Leivadi, Stella; Yiannakis, Andrew (edit.), *The Sociology of Tourism: theoretical and empirical investigations*, London & New York: Routledge
- DIEKE, P. (2000). *The political economy of tourism development in Africa*. New York: Cognizant Communication Corporation
- DINIZ, Ana Margarida (s.d.). *A Certificação e o Turismo Sustentável*. Naturlink, a ligação à Natureza
- Direção Geral do Turismo de Cabo Verde (2010). *Marca turística de Cabo Verde*. Praia: Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade
- EAGLES, P., McCool, S.; Haynes, C. (2002). *Sustainable Tourism in Protected Areas Guidelines for Planning and Management*. Gland: IUCN
- ELLIOTT, James, (1997). *Tourism: Politics and Public Sector Mangement*. London: Routledge
- ESPIRITO SANTO, Armindo de Ceita (2009). *S. Tomé e Príncipe: problemas e perspectivas para o seu desenvolvimento*, Lisboa: Edições Colibri
- ESTEVÃO, João (1989). *Desenvolvimento endógeno e integração económica regional em África – algumas considerações sobre a estratégia caboverdiana de desenvolvimento* in “Revista Internacional de Estudos Africanos”, nº10/11, Jan-Dez: 179-187
- ESTEVÃO, João (2001). *As pequenas economias insulares e as condições do desenvolvimento económico* in *Cultura*, Setembro
- FERNÁNDEZ, J. (2009). *Turismo y políticas de desarrollo local: el estratégico papel de la administración municipal*. A Coruña. Editorial Deputación Provincial da Coruña
- FERNÁNDEZ, M. (2008). *Fundamentos teóricos del desarrollo territorial y local*. El capita social. Em: ABELLÁN, F. (coord.), (2008). *Turismo Rural y desarrollo local*. Sevilla. Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha. Pp 67-75
- FERREIRA, Eduardo (2008). *O Turismo Sustentável como factor de desenvolvimento das pequenas economias insulares*. *O Caso de Cabo Verde*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas
- FIGUEIREDO, António; Costa, Carlos (1982). *Do Subdesenvolvimento: Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações em torno de um conceito*, Vol. I: *Vulgatas*, Porto: Edições Afrontamento
- FIROSEHOUSEN, Nassima; Libercier, Flora (2006). *Le Tourisme responsable et solidaire – Synopsis*, Trophée Innovation et Développement Durable, Capgemini Consulting – ESCP-EAP
- FORTUNA, Carlos (1995). *Turismo, Autenticidade e Cultura Urbana* in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 43, Outubro
- FORUM BARCELONA (2004). *Dialogo Turismo, Diversidad Cultural y desarrollo Sostenible*. *Turismo para Todos. Declaración sobre el turismo, la diversidad cultural y el desarrollo sostenible*
- FRANÇA, Genauto (2001). *Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenómeno da economia solidária em questão (precisões e complementos)* in *Organizações e Sociedade*. Salvador: EAUFBA, v.8, n.20, jan./abril 2001
- FRIEDMANN, John (1996). *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras:

- Celta
- GARCÍA, J. (1997). *Psicosociología del Ocio y del Turismo*. Málaga: Ediciones Aljibe
- GHAI, Dharam; Vivian, Jessica (1995). *Grassroots environmental action: people's participation is sustainable development*, London: Routledge
- GOODWIN, Harold (1998). *Sustainable Tourism and Poverty Alleviation* in *DFID/DETR Workshop on Sustainable Tourism and Poverty*, London: Department of for International Development
- GOODWIN, Harold (2001). *Contribution of Ecotourism to sustainable development in Africa in Seminar Planning, Development and Management of Ecotourism in Africa*, Maputo
- GOULET, Denis (1985). *The Cruel Choice: a new concept in the Theory of Development*, Lanham: University Press of America
- HALL, C. Michael. (2001). *Planeamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Editora Contexto
- HANTEM, F. (1990). *Le concept de "développement soutenable"* in *Economie, Prospective Internationale*, nº44, Paris : La Documentation Française
- HARRIS, J. et al (2001). *A survey of sustainable development - Social and economic dimensions*. Washington: Island Press
- HARRISON, D. (2000). *Tourism in Africa: the social and cultural framework* in DIEKE, P. (org) "The political economy of tourism development in Africa". New York: Cognizant Communication Corporation
- HERAS, F. (2000a). *La participación en la planificación y gestión de los espacios naturales protegidos*. Europarc España
- HERAS, F. (2000b). *Participación ciudadana, educación ambiental y acción local*, En *Actas Nuevas propuestas para la acción. Reunión internacional de expertos en educación ambiental*. Págs. 725-740. Xunta de Galicia-UNESCO
- HERAS, F. (2002). *Entre Tantos - guía práctica para dinamizar procesos participativos sobre problemas ambientales y sostenibilidad*. GEA. Valladolid
- HONEY, Martha (1999). *Ecotourism and Sustainable Development - Who owns paradise?* Washington: Island Press
- HONEY, Martha.; A. Rome. (2001). *Protecting Paradise: Certification programs for sustainable tourism and ecotourism*. Institute for Policy Studies. Washington, DC
- HOUGH, J. L. (1998). *Obstacles to effective management of conflicts between National Parks and surrounding human communities in developing countries* in *Environmental Conservation*, Vol 15, Nº2: 129-136
- ICP (2001) - *Cooperação Portugal-S. Tomé e Príncipe. Programa indicativo de cooperação 2002-2004*. Lisboa, ICP
- ICRT (2002). *Cape Town Declaration, Responsible Tourism in Destinations in The Cape Town Conference, World Summit on Sustainable Development*
- INECV (2009). *Projeções Demográficas*. Praias: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
- INSTITUTO DE PROMOÇÃO AMBIENTAL (1997). *De Estocolmo ao Rio - As Declarações do Ambiente*. Lisboa. IPAmb
- INSTITUTO NACIONAL DO AMBIENTE (1992). *Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento*. Lisboa. INAmb
- INTERNATIONAL CONSULTANTS IBERIA (2009). *São Tomé e Príncipe - Plano de Desenvolvimento do Turismo, Relatório*. Maio
- JACQ, G. (1997). *El turismo rural como factor de desarrollo local: análisis del programa Leader de Portodemouros en el contexto de la iniciativa Leader*. Madrid. Universidad Autónoma de Madrid
- JOAQUIM, Graça (1994). *Turismo e Ambiente: complementaridade e responsabilidade. Contribuição para uma abordagem sociológica do fenómeno turístico*, ISCTE, Setembro (pol.), Lisboa
- JOAQUIM, Graça (1997). *Da Identidade à Sustentabilidade ou a Emergência do «Turismo Responsável»* in "Sociologia Problemas e Práticas", nº 23
- JODELET, D. (org.) (2001). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj
- JODELET, Denise (1990). *"Représentation sociale: phénomènes, concept et théorie in Psychologie sociale"*. Paris: PUF
- KANBUR, Ravi e Squire, Lyn (1999). *The evolution of thinking about poverty: exploring the interactions*. Madrid: Banco Mundial
- KORTEN, D. (1992). *People-centered development: alternative for a world in crisis* in BAUZON, K. (1992) *Development and democratization in the third world: myths, hopes and realities*. New York : Crane Russak
- KRIPPENDORF, Jost (1987). *Les vacances, et après? Pour une nouvelle compréhension des loisirs et des voyages*, Paris: Editions L'Harmattan
- KRIPPENDORF, Jost (1989). *The Holiday makers. Understanding the impact of leisure and travel*. HP Publishing
- LAURENT, Alain (2003). *Caractériser le tourisme responsable facteur de développement durable*,

- Toulouse: Ministère des Affaires étrangères
- LAURENT, Alain (2004). *Agenda 21 Local para o Turismo a partir das Comunidades de Base (ALTICOBA 21), República do Djibuti - Uma iniciativa de desenvolvimento sustentável através de um turismo responsável, à escala de um território de participação*
- LAVILLE, Jean-Louis (Org.) (1994). *L'économie solidaire, une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer
- LEA, John (1988). *Tourism and Development in the Third World*, London: Routledge
- LIMA, 1997
- MARTÍNEZ LASIERRA, P. (1995). *Reflexiones acerca de algunos de los problemas referentes a la función de los espacios naturales protegidos que inciden directamente en su gestión in Actas del I Seminario de Espacios Naturales Protegidos ESPARC '95*, págs. 83-86
- MATA, INOCENCIA (1998). *Diálogo com as ilhas: sobre cultura e literatura de São Tomé e Príncipe*, Lisboa: Edições Colibri
- MATHIESON, A. et WALL, G. (1982) - *Tourism: economic, physical and social impacts*. London, Longman
- MATIAS, Álvaro (2007). *Economia do Turismo - Teoria e Prática*, Lisboa: Instituto Piaget
- MAUSS, Marcel (1988). *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70
- MAWELL, Simon (1999). *The Meaning and Measurement of Poverty*. Overseas Development Institute
- McCANNELL, Dean (1989). *The tourist. A new theory of the leisure class*. Nova Iorque: Schocken Books
- McCANNELL, Dean (1992). *Empty meeting grounds: the tourist papers*, London: Routledge
- McINTOSH, R. W.; Goeldner, C. R.; Ritchie, J. R. B. (2002). *Tourism. Principles, Practices and Philosophies*. 8ª. Ed. New York: John Wiley & Sons
- MCSORLEY, Katherine; McElroy, Jerome (2007). *Small Island Economic Strategies: Aid-Remittance versus Tourism Dependence in E-Review of Tourism Research (erTR)*, Vol. 5, No. 6. <http://ertr.tamu.edu>, consultado em 02/01/2007
- MEADOWS, D. et al (1972). *The limits to growth*, New York: Universe Books
- MEIRA, Pablo, RAMOS-PINTO, Joaquim (2008). A Educação Ambiental em Galicia e o Norte de Portugal: unha valoración estratéxica dende a perspectiva local no Eixo Atlântico. Em: Estratexias de Educación Ambiental: modelos, experiencias e indicadores para a sostenibilidade local. Vigo. Edición Eixo Atlântico. 31-82
- MIDDLETON, Victor and HAWKINGS, Rebecca (1998). *Sustainable tourism: a marketing perspective*. Oxford: Butterworth Heineman
- MILANI, C. (2002). *Desenvolvimento local e turismo em Tarrafal, Lições metodológicas a partir de uma experiência local*. UNESCO
- MORAIS, Pedro e Silveira, Miguel (2009). *O Ecoturismo e a Educação de Turistas como estratégias de Desenvolvimento Sustentável em Ilhas in Brito, Brígida (coord); et al. (org.) (2009), Desenvolvimento Comunitário: das teorias às prática - Turismo, ambiente e práticas educativas em São Tomé e Príncipe*, Lisboa: Gerpress, pp. 57-66
- MORENO, Luís (2002). *Desenvolvimento local em meio rural, caminhos e caminhantes*. Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras (tese de doutoramento)
- MORENO, Luís (2007). *Desenvolvimento Territorial - de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes*, Lisboa: edição do autor com base na revisão da sua tese de doutoramento em Geografia Humana (Universidade de Lisboa, FLUL)
- MOZZICAFREDDO, J. (1993). *Estratégias políticas de desenvolvimento local in SILVA, M. et COSTAS J. P. (1993) Autarquias locais e desenvolvimento*. Porto, Afrontamento
- MPF (1998) - *São Tomé e Príncipe, uma retrospectiva. Estudo Nacional de Perspectiva a Longo Prazo*, Projecto STP/95/004, São Tomé e Príncipe: Ministério do Planeamento e Finanças
- NAÇÕES UNIDAS (1972). *Report of the United Nations Conference on the Human Environment*. United Nations. New York
- NASCIMENTO, Augusto (2001). *Identidades e Saberes na Encruzilhada do Nacionalismo São-Tomense in Revista Política Internacional*, nº 24
- NASCIMENTO, Augusto (2001). *Mutações sociais e políticas em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX e XX: Uma síntese interpretativa*. Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento
- Observatório do Turismo de Cabo Verde (2010). *Estatísticas de Turismo*. Prais
- OMT (2004). *Código Mundial de Ética do Turismo*. Tradução de Direcção-Geral do Turismo, Lisboa
- PARTIDÁRIO, M. R. (1999). *Critérios para um turismo ambientalmente responsável*. Lisboa: FCT-UNL
- PARTIDÁRIO, Maria Rosário (1993). *A integração da componente ambiental no processo de planeamento in Sociedade e Território*, nº 18, Porto, Ed. Afrontamento

- PEARCE, Douglas (1993)
- PEARCE, Douglas et al (1990). *Sustainable development: economics and environment in the Third World*. Aldeshot: Ed. Elgar
- PEARCE, Douglas et PROOPS, J. (1996). *Models of sustainable development*. Brookfield : Wallace e Oates
- PINTO, Joaquim (2005). *A Participación Social: chave para a sustentabilidade local* in INTEREA Visual. Coruña. nº5: 35-40. [ISBN:1885-2882]
- PINTO, Joaquim Ramos (2007). *Participación social y educación ambiental: los procesos participativos en las estrategias locales de sostenibilidad. Un estudio de caso* in PUJOL, R. e CANO L. (Coords). *Nuevas tendencias en investigaciones en Educación Ambiental*. Madrid. CENEAM – Ministério de Médio Ambiente de España. 83-109. [ISBN: 978-84-8014-681-8]
- PNUA & OMT (org), (2002). *Declaração de Quebec sobre o Ecoturismo*. Cimeira Mundial sobre o Ecoturismo
- PNUD (1998). *Relatório do Desenvolvimento Humano São Tomé e Príncipe 1998*. San Sebastian, Egia
- PNUD; OMT (2001). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo*. República de São Tomé e Príncipe. Madrid
- POLLACK, Michael (1992), *Memória e identidade social, Estudos históricos*, Rio de Janeiro: Vértice, V 5, nº 10
- POOS, Samuel (2006). *Tourisme equitable et solidaire: un exemple de commerce equitable dans le domaine des services*, Bruxelles: Fair Trade Centre
- RAMOS-PINTO, J. (2006). *De uma política pública de Ambiente e Educação Ambiental em Portugal a uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental: sucessos e fracassos*. in *Ambientalmente Sustentable – Revista Científica Galego-Lusófona de Educación Ambiental*. Corunha. CEIDA. Volume 1 – números 1 e 2: 75-101
- RAMOS-PINTO, J. e MEIRA, P. (2010). *Participação Social e Educação Ambiental: Os processos participativos nas estratégias locais de sustentabilidade*. Em: BRITO, B. (coord), et al. (org), (2010). *Abrindo Trilhos. Tecendo Redes - Reflexões e Experiências de Desenvolvimento Local em contexto lusófono*. Lisboa. Gerpress (co-edição CEA/ ISCTE-IUL e UAL)
- RAYMOND, Eliza e Hall, Michael (2008). *The development of cross-cultural (mis) understanding through volunteer tourism in Journal of Sustainable Tourism*, vol. 16, no. 5, Routledge, pp. 530-543
- REGINA E MOMSEN, Janet (2008a). *Tourism and poverty reduction: issues for Small Island States in Tourism Geographies*, vol. 10, no. 1, London: Routledge, pp. 22-41
- REGINA E MOMSEN, Janet (2008b). *Tourism in Small Island States: from vulnerability to strengths in Journal of Sustainable Tourism*, vol. 16, no. 5, London: Routledge, pp. 491-510
- República Democrática de São Tomé e Príncipe: Código de Investimentos - Lei nº 7/2008 de 27 de Agosto
- RIDDELL, R. (1981). *Ecodevelopment - economics, ecology and development, an alternative to growth imperative models*. New York: St. Martin's Press
- RODRIGUES, Adir B. (org.). *Turismo rural, práticas e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2001
- ROJEK, Chris; Urry, John (edit.) (1997). *Touring Cultures: transformations of travel and theory*, London: Routledge
- ROXBOROUGH, I. (1991). *Theories of underdevelopment*. London: McMillan
- SACHS, Jeffrey (2006). *O fim da Pobreza*, Lisboa: Casa das Letras
- SAINT-MAURICE, Ana (1997). *Identidades reconstruídas. Cabo-verdianos em Portugal*. Oeiras: Celta Editora
- SANTOS SILVA, Augusto e MADUREIRA PINTO, José (orgs.), (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Biblioteca das ciências do homem: Edições Afrontamento
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1987). *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto: Afrontamento
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org) (2003). *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Edições Afrontamento
- SANTOS, Figueiredo (2002). *Turismo – Mosaico de Sonhos, Incursões Sociológicas pela Cultura Turística*, Edições Colibri: Lisboa
- SAUVÉ, L. e ORELLANA, I. (2003). *A formação continuada de professores em educação ambiental: A proposta do EDAMAZ*. Em: SANTOS, J.E. e SATO, M.. *A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora*. 2ª edição. Rima Editora. S. Carlos. Brasil. 273-287
- SAUVÉ, Lucie (1999). *La educación ambiental entre la modernidad y la posmodernidad: en busca de un marco de referencia educativo integrador*. in *Tópicos*, Guadalajara-México. 2. 7-25
- SCHUMACHER, E. F. (1985). *Small is beautiful, um estudo em que as pessoas também contam*. Lisboa, Dom Quixote
- SEIBERT, Gerhard (2001). *Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e*

- democratização em S. Tomé e Príncipe. Lisboa, Vega
- SEMIN, G. (2001). *Protótipos e representações sociais* in: JODELET, Denise. (org.). "As Representações Sociais". Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001
- SEN, Amartya (2000). *Desenvolvimento como liberdade*, Lisboa: Companhia das Letras
- SILVA, Augusto Santos (1986). *A Ruptura com o Senso Comum nas Ciências Sociais* in Silva, Augusto e Pinto, J. Madureira, *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento, pp 29-53
- SILVA, Augusto Santos (2000). *Cultura e Desenvolvimento*. Oeiras: Celta Editora
- SIMPSON, Murray (2007). *Community benefit tourism initiatives. A conceptual oxymoron*. Oxford: Oxford University Centre for Environment
- SIMPSON, Murray (2007). *Community benefit tourism initiatives*. Oxford: Oxford University Centre for Environment
- STÖHR, W. et TAYLOR, D. (1978). *Development from above or below? The dialectics of regional planning in developing countries*. Chichester: John Wiley and Sons
- SYRETT, St. (1995). *Local development*. Avebury: Ashgate Publishing Company
- TARR, B. (1990). *Political developments and environment in Africa in The long term perspective study of sub-saharan Africa*. Washington, Institutional and Sociopolitical Issues, The World Bank, vol 3
- TAYLOR, Charles (1994). *Multiculturalismo*. Lisboa, Instituto Piaget
- Twining-Ward, Louise (2010). *Cape Verde's transformation: tourism as a driver of growth*. New York: The World Bank Group
- UICN (1994). *Parques para la vida. Plan de acción para las áreas protegidas de Europa*. Ed. UICN-ICONA
- UN (1994). *Report of the Global Conference on the Sustainable Development of Small Island Developing States*, Barbados, United Nations
- UN (2009). *World population prospects: the 2008 revision*. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs. New York: United Nations
- UNAT (2002). *D'autres voyages, du tourisme à l'échange*. Paris: UNAT
- UNDP (2008). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 - Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido*, Coimbra: Edições Almedina.
- UNEP/ICLUI (2003). *Tourism and Local Agenda 21: The role of Local Authorities in Sustainable Tourism*. Paris: United Nations Publications
- UNESCO (1972). *Convenção geral para a protecção do património mundial, cultural e natural*. Paris: UNESCO
- URRY, John (1991a). *Tourism, culture and social inequality* in Apostolopoulos, Yorgos; Leivadi, Stella; Yiannakis, Andrew (edit.), *The Sociology of Tourism: theoretical and empirical investigations*. London & New York: Routledge
- URRY, John (1991b). *The changing economics of the tourist industry* in Apostolopoulos, Yorgos; Leivadi, Stella; Yiannakis, Andrew (edit.), *The Sociology of Tourism: theoretical and empirical investigations*. London & New York: Routledge
- URRY, John (1995). *Consuming places*. London: Routledge
- URRY, John (2002). *The tourist gaze*, London: Sage Publications
- VALADE, Bernard (1995). *Cultura* in BOUDON, Raymon (ed) *Tratado de Sociologia*. Porto: Edições Asa.
- VALLS, Josep (1996). *Las Claves del Mercado Turístico, Como Competir en el Nuevo Entorno*. Bilbao: Ediciones Deusto Turismo
- VASCONCELOS, Lia (1997). *O Envolvimento do Cidadão nas Decisões Públicas Complexas - Instrumentos para a Democracia Participativa*. Comunicação apresentada na Workshop sobre Participação Pública organizado pela APEA - Associação Portuguesa de Engenheiros do Ambiente, 19-20 de Novembro, Lisboa
- VIEIRA, João Martins (1997). *A Economia do Turismo em Portugal*, Biblioteca de Economia e Empresa, publicações Dom Quixote, Lisboa
- VILA NOVA, Carlos (2001). *O Turismo como Forma de Preservação do Património Cultural e Ecológico*, Comunicação Apresentação no XI Fórum de Desenvolvimento "Cultura e Desenvolvimento", São Tomé e Príncipe, Centro Cultural Português, Abril
- WEARING, Stephen (2001). *Volunteer Tourism: Experiences That Make a Difference*. New York: CABI Publishing
- WILLIAMS, A., Shaw, G. (1988). *Tourism and Economic Development - Western European experiences*. London: Belhaven Press
- WILLIAMS, Stephen (1998). *Geography tourism*. London: Routledge
- WTO (1995). *Charter for sustainable tourism in World Conference on Sustainable Tourism*. Lanzarote
- WTO (1997a). *Agenda 21 for the Travel and Tourism Industry - Towards environmentally sustainable development*. Madrid, World Tourism Organization

- WTO (1997b). *International Tourism: A global perspective*. Madrid, World Tourism Organization
- WTO (1999). *Código Mundial de Ética do Turismo*. Resolução adoptada pela Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo A/RES/406 (XIII) 13ª reunião, Santiago do Chile, Setembro/Outubro 1999
- WTO (2000). *Compendium of tourism statistics 1994-98*. Madrid: WTO
- WTO (2001). *Canary Islands Declaration on Tourism in the Least Developed Countries*.
- WTO (2002a). *Enhancing the economic benefits of tourism for local communities and poverty alleviation*. Madrid, WTO
- WTO (2002b). *Tourism: A catalyst for sustainable development in Africa*. Madrid, WTO
- WTO (2002c). *White Paper on Trade and Tourism Services: "liberalization with a human face"*.
- WTO (2003a). *Specific Programme of Activities to Promote Tourism Development in Sub-Saharan Africa in Seminar Ecotourism in National Parks and Protected Areas in Africa*, Kigali.
- WTO (2003b). *Turismo y Atenuación de la pobreza*. Madrid, WTO
- WTO (2004a). *Indicators of sustainable development for tourism destinations*. Madrid: WTO
- WTO (2004b). *Making tourism work for small island developing states*. Madrid, WTO
- WTO (2004c). *Sustainable Tourism Development and Poverty Alleviation, Conclusions and Recommendations in Regional Seminar-Workshop for Central and West Africa*. Cotonou
- WTO (2004d). *Sustainable tourism development guide for local planners*. Madrid, WTO
- WTO (2004e). *Tourism and Poverty Alleviation Recommendations for Action*. Madrid, World Tourism Organization
- WTO (2004f). *Tourism Highlights 2004*. Madrid: World Tourism Organization
- WTO (2004g). *Tourism Market Trends*. Madrid, World Tourism Organization
- WTO (2005). *Built environments for sustainable tourism (BEST)*
- WTO (2006a). *Guide for local authorities on developing sustainable tourism on sub-saharan Africa*
- WTO (2006b). *Reducción de la pobreza por medio del turismo*. Madrid, WTO
- WTO (2007a). *Special Programme in favour of Tourism Development in Africa*. Libreville
- WTO (2007b). *Study on the concepts and realities of social and solidarity tourism in Africa*. Madrid. World Tourism Organization
- WTO (2008a). *Tourism Highlights 2008*. Madrid, World Tourism Organization
- WTO (2008b). *UNWTO World Tourism Barometer*. World Tourism Organization, Committed to Tourism, Travel and the Millennium Development Goals. Volume 6, nº 2, June
- WTO (2009). *World Tourism Barometer: International tourism challenged by deteriorating global economy*. Vol. 7, No. 1, Madrid, World Tourism Organization
- WTO (2010). *Tourism Outlook 2010*. Magazine of the World Tourism Organization. UNWTO News, issue 1/2010
- WTO, PNUMA (2002). *Declaração de Ecoturismo do Quebec in World Ecotourism Summit*, Quebec
- WWF (2001). *Directrices para el desarrollo del turismo comunitário*. WWF Internacional.
- YUNIS, Eugenio (2004). *Sustainable tourism and poverty alleviation*. OMT
- ZAPATA, T. et al (2001). *Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos* in SILVEIRA, C.; REIS, L. (2001) *Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias*. Rio de Janeiro, RITS

Imagens e Momentos

I. ILHA DO FOGO, CABO VERDE



Foto 1CV – Com o Director do Parque Natural do Fogo, Alexandre Nevsky, Cabo Verde
Autoria: Joaquim Ramos Pinto

Foto 2CV – Paisagem do Parque Natural do Fogo, Cabo Verde



Autoria: Joaquim Ramos Pinto

Foto 3CV – O Pico do Fogo, Cabo Verde



Autoria: Joaquim Ramos Pinto

**Foto 4CV – Adega Vinho Chã de Caldeiras (vinho da ilha do Fogo),
Cabo Verde**



Autoria: Joaquim Ramos Pinto

Foto 5CV – Produção de vinha em Chã de Caldeiras (vinho da ilha do Fogo), Cabo Verde



Autoria: Joaquim Ramos Pinto

Foto 6CV – S. Filipe, Ilha do Fogo, Cabo Verde



Autoria: Joaquim Ramos Pinto

II. São Tomé e Príncipe

Foto ISTP – Estrada para sul com o Cão Grade ao fundo, São Tomé



Autoria: Brígida Rocha Brito

**Foto 2STP – Subida do rio Malanza em canoa tradicional com
remador da comunidade, São Tomé**



Autoria: Brígida Rocha Brito

Foto 3STP – Praia Piscina no sul da ilha de São Tomé



Autoria: Brígida Rocha Brito

**Foto 4STP – Sessão de formação dos técnicos nacionais
que colaboraram com a equipa do Projecto,
Jardim Botânico do Bom Sucesso, Ilha de São Tomé**



Autoria: Brígida Rocha Brito (em disparo automático)

Foto 5STP – Caminhada do Rio Malanza à Praia Jalé, Ilha de São Tomé



Autoria: Brígida Rocha Brito

**Foto 6STP – Equipa de apoio do Jalé Ecolodge
com o promotor local, Vado**



Autoria: Brígida Rocha Brito

Foto 7STP – Estrutura de alojamento no Ilhéu das Rolas



Autoria: Brígida Rocha Brito

Foto 8STP – Grupo comunitário em animação com Bulawé, Roça de São João, Ilha de São Tomé



Autoria: Brígida Rocha Brito

Foto 9STP – Sr. Hipólito, Ecomuseu Tatô em explicação a grupo de visitantes, Morro Peixe, São Tomé



Autoria: Brígida Rocha Brito

Foto I0STP – Nora Rizzo apresenta a Escola Diogo Vaz a grupo de visitantes, São Tomé



Autoria: Brígida Rocha Brito

"Turismo em Meio Insular Africano. Potencialidades, constrangimentos e impactos" é o resultado de um Projecto de Investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), intitulado "O impacto do Turismo no Desenvolvimento Comunitário em África: análise de experiências insulares", que consistiu num estudo comparativo entre dois Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, sendo analisados os efeitos do turismo no desenvolvimento das populações locais, considerando-se tanto os benefícios resultantes do incremento do sector, como os efeitos perversos que resultam negativamente para a totalidade, ou parte, dos grupos comunitários. Dadas as condições geográficas

e as particularidades ambientais, paisagísticas e socioculturais, o turismo tem sido considerado como uma opção estratégica para a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento comunitário. Contudo, o investimento no sector, a implementação dos projectos e os efeitos resultantes têm evidenciado diferenças significativas em função do caso em análise. O estudo foi enquadrado por princípios conceptuais e linhas de orientação teórica e metodológica de valorização das capacidades e das potencialidades locais, no sentido do reconhecimento e do reforço identitários, incentivando o aprofundamento do sentimento de pertença, as redes de solidariedade locais e a auto-estima, através da adopção de atitudes proactivas com envolvimento.



ISBN 978-989-96094-3-3



9 789899 609433

Financiamento:

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR